



Fabício Costa Ferreira

**“Desde que me entendi”. Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da
Comunidade Quilombola do Maruanum, Amapá/AP.**

Dissertação de Mestrado

Belém, Pará

2016



Fabício Costa Ferreira

**“Desde que me entendi”. Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da
Comunidade Quilombola do Maruanum, Amapá/AP.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Antropologia
pela Universidade Federal do Pará, sob a orientação
da Prof^a. Dra. Denise Pahl Schaan.

Belém, Pará

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Costa Ferreira, Fabrício, 1981-

"Desde que me entendi". Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade Quilombola do Maruanum, Amapá/AP. / Fabrício Costa Ferreira. - 2016.

Orientador: Denise Pahl Schaan.
Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2016.

1. Cerâmica - Amapá. 2. Quilombos - Amapá - cerâmica. 3. Quilombolas - Amapá. 4. Arqueologia - Amapá. 5. Etnologia. I. Título.

CDD 22. ed. 306.098116



Fabício Costa Ferreira

**“Desde que me entendi”. Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade
Quilombola do Maruanum, Amapá/AP.**

Belém, setembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Examinadora Interna

Dr^a. Mariana Petry Cabral
Examinadora Externa

Prof^a. Dr.^a Marcia Bezerra
Suplente

Prof^a. Dr^a. Denise Pahl Schaan
Orientadora.

Agradecimentos

Neste momento que finaliza esta trajetória do curso gostaria de agradecer pessoas e instituições que sem elas não seria possível de realizar este trabalho. Sei que por aqui não expressarei de forma precisa o que todos representam e possivelmente posso esquecer de pessoas também importante, mas me arrisco.

À minha família que mesmo sem entender os tramites acadêmicos ou mesmo sem saber direito o que é um mestrado, apoiaram-me incondicionalmente. Ao meu irmão Marcelo e sua esposa Gi que me deram estimada ajuda durante os anos de curso. Além disso, no começo de trajeto me presentearam com Mariana, a sobrinha que sinto falta e que sempre lamento em não acompanhar seu crescimento tão de perto. Ao meu irmão Renato por mostrar que o mundo pode ser diferente. Ao meu pai Reinaldo que nos deixou pouco antes que eu entrasse no curso. Dedico este trabalho aos seus ensinamentos que carregarei comigo eternamente. A minha mãe querida que me apoia e incentiva cotidianamente. Por ela, nutro todo o amor que tenho nessa vida. Sem o apoio de vocês a minha jornada não teria tanto sentido.

Agradeço o Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPA, lugar onde fiz verdadeiras amizades e que me proporcionou crescer enquanto pessoa e principalmente como profissional. A Capes pelo pleito da bolsa, cujo apoio financeiro foi de extrema importância, pois assim pude exclusivamente me dedicar a esta pesquisa.

Da mesma forma tenho gratidão a Professora Dr^a Denise Schaan, que mesmo com sua extensa carga de trabalho sempre pontualmente se dispõe nos momentos delicados em colaborar com gentileza, paciência e destreza. Sua horizontalidade e postura na orientação, faz-me crer o que realmente é ser uma pesquisadora com profissionalismo exemplar.

Não posso esquecer de agradecer a Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha, pesquisadores do NuPArq/IEPA, instituto onde cheguei com certa inexperiente e sai aprendendo a seriedade da pesquisa. Lá me iniciei na arqueologia e sou recebido de portas abertas. Agradeço com o mesmo reconhecimento aos amigos do IEPA, pois sem eles o cotidiano e o aprendizado não seriam os mesmos. Hoje vejo a trajetória de cada um e compreendo o sentido em trocar nossas aflições, angustias e os desejos pessoais, sobretudo,

profissionais. Alan, Avelino, Bruno, Chico, Daiane, Deyse, Jelly, Kleber, Larissa, Lucio, Marcos, Marcia, Michel e Ricardo. Torço por vocês na arquibancada cativa e obrigado pela força de sempre.

Agradeço ao IPHAN Amapá na pessoa de Juliana Morilhas pela colaboração na hora de realizar a Exposição louceiras do Maruanum. Neste momento sou grato ao IMPROIR com a ajuda da Josilana Santos, Museu da História do Negro sobre a pessoa de Cristiane Farias, NuParq/IEPA com a imprescindível ajuda de Mariana Cabral, Lúcio Costa e Anelisa Smith e, por fim, ao Cepap com a colaboração Irislane Moraes. A colaboração das louceiras neste evento foi de extrema relevância para que isto acontecesse de forma coerente.

Igualmente agradeço aos amigos de Macapá que me receberam de sorriso sincero. São vocês: Marquim e Juliana (sem esquecer o lindo Leon), Felipe e Giu (agora a inteligente Iaiá), Carlos e Julia (a querida Cecilia), Djalma e Lidiane, Marcio, Flávia, Luan, Evandro e Patrícia, Yuri, Valdir, Juliana, Flavius e Tânia. Completam minha família do lado norte do hemisfério. Sem vocês esta pesquisa também não seria estimulada.

Também gostaria de não esquecer da Clarissa Callegari e Daniela Teodoro Sampaio pela ajuda em pensar o projeto e nas afirmações dos meus pensamentos. A Daiane, Bruno e Chico pelas primeiras indicações de leituras e apoio de sempre. Vocês semearam minhas ambições de cursar o PPGA e realizar esta pesquisa.

Minha outra família que fiz em Belém. Ao Rodrigo e Zé, amigos de hoje e sempre! A vocês dois serei grato eternamente. Muito obrigado pelo companheirismo, as revisões do texto, as indicações de leituras e pela irmandade que me ofertam.

Ao Iberê e a Gabi por morar comigo, pelas conversas sobre arqueologia e pelas preocupações. A Lú com seu sorriso e sua ajuda no pensar antropológico. A Amanda com sua sensibilidade e as trocas. Ao querido amigo Edmar com sua força e disponibilidade em ajudar sempre que pode. A Jaq, pela amizade e as indicações de leitura. A Barbara e Diego pelas conversas nos corredores, salas e laboratórios. Ao Edmir pela verbosidade de suas posições e diálogos sobre os propósitos sociais. Ao Santiago e os papos arqueológicos na fila do R.U. Ao Diego Colômbia pelas visitas e ideias. Com todos ainda tenho muito aprender. Obrigado por fazer parte da minha trajetória e pela ajuda na leitura, nas discussões e na vida. A dona Marina

e Antonio Carlos pela agilidade na secretaria. Ao Max e a Claudia pela dinâmica do Laanf. Obrigado!

Aos queridos extra-universidade. Em Belém obtive a sorte de encontros significativos que me tranquilizam nas horas atribuladas e me deixa ébrio com o simples fato de estar com eles. As queridas Rocio e Pauline, Sol, Michele, Ruth, Benoit e Amintas. Ao Breno, Felipe, Fernanda, Marcela, Lorena, Marco, Mario, Rafael, Sofia, Thiago, Dorine, Rafael Estrela e Fabrícia. Obrigado por me receberem com os braços abertos, pelos encontros e finalmente pelo aprendizado. Levarei vocês comigo aonde for e certamente são fundamentais nesta pesquisa, pois seus acolhimentos me conforta dando base para seguir a pesquisa.

A franconada, amigos de adolescência e que sempre guardarei comigo. A Indio, Magrelo, Iuri, Leon, Levi e Déia, Bowie, Bianca e Malthus, Aretha e Tito, Flora, Flávinha e Bibi, Aender, Bode, Flávio, Liginha, Momo, Aninha, Marceleza, Kbç e Ana, Bozão, Stelinha e Zé. Nutro minha amizade com todo apreço por e com vocês. À vocês que são a minha base dessa engrenagem.

A República SóMofo. Lugar onde morei meus últimos meses de escrita. Deixo o meu respeito ao Xandão pelas conversas sobre o meu projeto e a vida. Também deixo o meu devido respeito aos demais companheiros de morada: Abel, Cristian, Juan, Rafa, Carol e Tati. Aprendi bastante com todos vocês.

Em especial agradeço a Giuliane Henriques e Juliana Morilhas por tão gentilmente me apresentarem a Comunidade do Maruanum. Hoje realizo esta pesquisa porque vocês me proporcionaram este encontro. Levo a mesma seriedade e respeito que me mostraram com a pesquisa. Também agradeço a Irislaine e a Josi pelas conversas sobre as louceiras.

Evidente que sem elas esta pesquisa nem se quer começaria. Imensamente agradeço as louceiras: Dona Ana, Carmosina, Castorina, Deuza, Dica, Irene, Marciana, Mundoca, Mariquinha, Maria Raimunda, Maria José e Maria Ventura. O aprendizado com elas foi intenso e agradeço imensamente pelo acolhimento fraternal. As pessoas do Maruanum, cuja recepção e universo das relações sempre me deixa com vontade de voltar. Muito obrigado e almejo que a comunidade sempre alcance suas reivindicações e cresçam de forma a garantir o futuro das próximas gerações.

A Bruna Cruz por me ofertar o carinho do olhar e o seu afago. Sua presença é poesia e ao seu lado aprendo o que é a simplicidade de gostar.

Resumo

“Desde que me entendi”. Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade quilombola do Maruanum, Amapá/AP.

A pesquisa procurou acompanhar os processos envolvidos na fabricação das louças de cerâmica características da comunidade do Maruanum no Amapá, uma comunidade de remanescentes de quilombos que se tornou conhecida pela produção de cerâmica. A proposta do trabalho foi acompanhar o dia-a-dia das louceiras não somente no processo de “tecer” a cerâmica, mas em seus afazeres cotidianos, entendendo que a louça cumpre o papel de marcador identitário para elas e para a comunidade em geral. As regras do tecer a louça e as interdições relativas a esses fazeres foram analisadas tendo como base ontologias relacionais estabelecidas pelas louceiras com outros seres não humanos que habitam o mundo. Buscou-se, além da etnografia, uma aproximação arqueológica do presente, encarando as louças como faria um arqueólogo que se dedica a estudar a cultura material. Dada a escassez de trabalhos arqueológicos na Amazônia com populações afrodescendentes acredita-se que essa pesquisa venha a contribuir também para entender o registro arqueológico referente a essas comunidades.

Palavras chave: Arqueologia do Presente, Cerâmica, Quilombola, Amapá, Amazônia.

Abstract

“Ever since I can remember”. Weaving knowledge and practices concerning pottery from Comunidade Quilombola do Maruanum, Amapá/AP.

The research sought to follow the process of pottery making at the Community of Maruanum, state of Amapá. The Maruanum is a community of descendants of slaves which become famous for the fabrication of pottery. The objective was to record the potters daily activities, not only in the process of “weaving” the ceramics, but in their daily routine, understanding that the pottery plays the role of identity marker both for them and the whole community. The rules and the interdictions involved in weaving the pottery were analyzed at the light of the relational ontologies established by the potters with the non-human beings that inhabit the world. Besides the ethnography involved, archaeology of the present was applied, looking at the pottery as an archaeologist interested in material culture. Given the scarcity of archaeological studies in Amazonia with afro descendent communities, it is hoped that this research will also contribute to understand the archaeological record related to these peoples.

Keywords: present archaeology, pottery, maroon community, Amapá, Amazônia.

Lista de Figuras

Figura. 01: Dona Maria José em sua casa na Vila do Carmo mostrando sua louça. Foto: Mariana Cabral(2012).....	13
Figura. 02: Fundo interno da terrina que Dona Carmosina me presenteou com o enunciado destacado.....	19
Figura. 03: Dona Carmosina burnindo a louça e retirando a cerâmica da fogueira ao lado sua casa.....	20
Figura. 04: Reunião com a Comunidade e as louceiras.....	21
Figura. 05: Encontro do Rio Maruanum com o Matapi. Navegando pelo Rio Maruanum.....	35
Figura. 06: Dona Marciana.....	40
Figura. 07: Reunião com a comunidade.....	42
Figura. 08: Imagens do Rio Maruanum e da Comunidade do Torrão do Maruanum.....	44
Figura. 09: Dona Ana em casa e no roçado.....	46
Figura. 10: Fragmentos encontrados ao lado da casa de Farinha.....	47
Figura. 11: À esquerda Waldez discursando juntamente com representante da comunidade e de chefes de secretarias de seu Governo. Ao lado direito ele tocando a caixa de Marabaixo junto com a comunidade do Maruanum.....	50
Figura. 12: Mapa com a localização da Comunidade.....	53
Figura. 13: Placas de boas-vindas nas entradas das comunidades.....	60
Figura. 14: Imagens de Dona Mariquinha em oficina do Sebrae e a direita no barreiro em 2010 quando fazia uma pequena vasilha para a Vovózinha. Fotos: Silvani/Autor.....	65
Figura. 15: Dona Irene em sua casinha de fazer louça localizada aos fundos de sua residência e à direita Dona Maria José no altar da Igreja do Carmo.....	68
Figura. 16: Na foto acima à esquerda podemos identificar algumas formas de cerâmica que são ofertadas para a vó do barro. À direita podemos ver o fogão de barro dentro de outra panela que está sendo reutilizada como suporte. Foto: Silvani/autor.....	80
Figura. 17: À esquerda festa de aniversário de Dona Deusa com todos os seus filhos em volta; à direita Dona Castorina em frente sua casa ao lado de suas peças.....	86
Figura. 18: Tracajá me mostrando o local ao lado do Furinho que antigamente elas colhiam o barro; foto das louceiras quanto elas ainda guardavam o barro com a sororoca em formato de cruz e Castorina mostrando o tanque de lavar que agora serve para acondicionar argila.....	88
Figura. 19: Cerâmicas com marcas em cruz em sua base externa.....	92
Figura. 20: Dona Dica mostrando seu antigo pote de colocar agua e ao lado Dona Maria Raimunda. Abaixo, Dona Maria Ventura “entortando” um alguidar.....	113
Figura. 21: Retirada e transporte da argila em 2012.....	114

Figura. 22: Dona Maria José preparando a argila com o caripé.....	116
Figura. 23: Acima Dona Ana ainda no barreiro tirando as impurezas da argila e ao lado Dona Maria José no momento em que esta tecendo a louça e tirando as impurezas. Abaixo a marca do vento e os pequenos rasgos.....	118
Figura. 24: Tábuas utilizadas como suporte para tecer.....	120
Figura. 25: Dona Mariquinha dando o acabamento com a cuiapel e Mundoca mostrando a cabaça localizada em seu quintal.....	121
Figura. 26: Dona Maria José com a mão aberta pressionando a bola de argila para fazer a base. A imagem à direita mostra a base com a valetas onde se encaixa o pavio.....	122
Figura. 27: Dona Zezé tecendo suas louças.....	124
Figura. 28: Dona Maria José realizando o alisamento e Mundoca mostrando o cuiapel em seu quintal.....	125
Figura. 29: As ferramentas de Dona Zezé com sua coleção de seixos; a pedrinha que Dona Maria Raimunda empresta de sua mãe Dica e sua panela com as marcas de raspagem.....	129
Figura. 30: Acima o pau furado no meio do caminho e o pé de caripé com o Valney segurando a pera.....	132
Figura. 31: Dona Carmosina com casca, o caripé queimado, Dona Deuza pilando o caripé e o caripé de Dona Maria José já peneirado. Foto: Ferreira e Silvani.....	134
Figura. 32: Dona Zezé queimando sua louça com o caripé e, ao lado direito, Dona Carmosina queimando as louças em seu quintal.....	136
Figura. 33: Dona Irene e Valney me mostrando o jatobá com a resina em sua casca e a procura da resina, tanto no chão, quanto no tronco.....	138
Figura. 34: Dona Deuza com sua sacola cheia de jutaicica.....	140
Figura. 35: Fotografia com a jutaicica e o momento da impermeabilização.....	142
Figura. 36: Mundoca tecendo o pequeno fogão no jirau de casa.....	144
Figura. 37: Acima, dois exemplos de pares de alguidar. Abaixo, a coleção de alguidares de Dona Geralda e do Sr. Leonel e, à direita, um alguidar onde foi preparado piracuí.....	148
Figura. 38: Ilustração das pequenas decorações das peças do Maruanum (segundo o Sebrae)	149
Figura. 39: Exemplos de painéis.....	150
Figura. 40: Os fogões são utilizados e vistos em diversos ambientes.....	152
Figura. 41: Fogão com suporte para álcool.....	153
Figura. 42: Acima, à esquerda, dois fogões e duas churrasqueiras que estavam sendo vendidas na feira do agricultor. À direita, churrasqueira de Dona Mundoca. Abaixo, o forno na casinha de Dona Mariquinha e, no detalhe, o alguidar guardado embocado.....	154
Figura. 43: Sr. Raimundo, esposo de Dona Mariquinha, mostrando como era poronga e ao lado morador esperando com arpão o pirarucu.....	155
Figura. 44: Exemplos de caramuché.....	157

Figura. 45: Exemplos de terrinas.....	158
Figura. 46: Pote e Botijão doados por Dona Maria José para a exposição.....	160
Figura. 47: Ao lado esquerdo, Dona Carmosina, na feira do Agricultor, vendendo sua cerâmica, com os cachimbos na frente. À direita, os cachimbos.....	161
Figura. 48: Exemplos de tigela.....	161
Figura. 49: Jogo de café feito pelas louceiras. Fotos: Silvani.....	163
Figura. 50: Algumas das peças de feitiço recente.....	164
Figura. 51: Genealogia parcial das louceiras. Construção: Mariana Cabral, Fabrício Ferreira e louceiras do Maruanum. Arte: Lúcio Costa e Aneliza Smith.....	168
Figura. 52: Colaboradores e as louceiras ao final da última reunião. Frente da igreja da Comunidade de Santa Luzia do Maruanum. Abaixo foto oficial com as louceiras e representantes dos Institutos que colaboraram.....	171

Sumário

Apresentação.....	2
Introdução	7
1. Os caminhos possíveis	14
1.1 “Um dos bens mais preciosos que nós temos”	14
1.2 Entre caminhos adversos	25
1.3 “Quando eu me entendi”	38
2. Particularidades da Louça do Maruanum: “Isto é uma ciência”	61
2.1 “Vovozinha”	75
2.2. “É isso aí e as pessoas não acreditam”	84
2.3. O “Fetio” da Louça.....	96
3. As Louças do Maruanum	101
3.1. As pesquisas com ênfase na arqueologia em comunidades quilombolas na região Amazônica	101
3.2 O “Ponto Certo” ou Construção da louça	108
3.2.1 Obtenção de Matéria prima ou do Barro.....	108
3.2.2 Limpeza da argila, Preparação da pasta ou tipos de impureza.....	114
3.2.3 “Tecendo a louça”	118
3.2.4 “Burnir” a louça	127
3.2.5 Queima e Secagem.....	130
3.2.6 Impermeabilização	137
3.3. Inventário das Louças do Maruanum.....	142
3.3.1 Alguidar	146
3.3.2. Panelas	148
3.3.3. Fogão	150

3.3.4. Fogão com suporte para álcool.....	152
3.3.5. Churrasqueiras	153
3.3.6. Caramuché e candeeiro	154
3.3.7. Terrina	157
3.3.8. Pote e Botijão	158
3.3.9. Cachimbos	160
3.3.10. Tigelas.....	161
3.3.11. Peças diversas.....	162
3.4 Exposição “As louceiras do Maruanum”	165
Considerações Finais	172
Bibliografia.....	176

“Muriel Rukeyser: tá, tá bem, isto que o mundo está feito de átomos... o mundo não está feito de átomos, o mundo está feito de histórias (...) o mundo deve estar feito de histórias, porque são as histórias que a gente conta, que a gente escuta, recria, multiplica, as histórias que permitem transformar, o passado em presente. E que, também, permitem transformar o distante em próximo. O que está distante em algo próximo, possível e visível”.

Eduardo Galeano (2009)

Apresentação

Minha passagem pelo estado do Amapá ocorreu por três anos entre 2010 e o início de 2013. Quando cheguei na região vinculei-me ao NuParq (Núcleo de Pesquisa Arqueológica) que até então era o Laboratório de Arqueologia do IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá). Sou grato por iniciar meus interesses na disciplina e realizar estudos relativos à cerâmica arqueológica denominada como Koriabo, encontrada no sítio Laranjal do Jari, cidade homônima situada na divisa do Estado com o Pará, na região sul do Amapá. No decorrer desses estudos e conforme fui direcionando meus interesses para linhas teóricas referentes às escolas do pensamento arqueológico, comecei me preocupar sobre como a arqueologia trabalha e colabora com pessoas, no tempo presente, utilizando, obviamente, de sua cultura material para entender o passado.

Quando me encontrei no Estado participei dos festejos de Marabaixo na Comunidade Quilombola do Curiau. Neste momento, percebi que, assim como em outras manifestações e instituições, a presença africana nesta região era de relevância extrema, na qual correspondia com a história, a cultura e a política do Estado do Amapá. No decorrer da construção histórica desse Estado, esta região, como uma área de fronteira e de disputa territorial entre diversas nações europeias, tentou sobrepujar a presença africana sob o domínio de seus interesses.

Neste ínterim, os africanos escravizados foram redimensionando suas vidas perante condições adversas. Ao passo que direcionavam suas lutas e programavam fugas para o interior do Amapá, o território ergueu-se com suas marcas e raízes. Paulatinamente fui percebendo, que não há como, acredito eu, escrever uma história da região sem ao menos relatar a presença africana e suas vivências. Não me cabe neste trabalho e nem tenho tamanha pretensão em discutir a escravatura na Amazônia como um todo, porém a presença do africano e a utilização de sua mão de obra, não só no Amapá, mas nesta região em geral, é bastante forte.

Confesso que inicialmente não percebia direito a trajetória e o papel do negro escravizado e como este se inseriu na Amazônia, especialmente na região do Amapá. O que de fato e de imediato soube e o que me interessou, é que sua presença neste Estado sem sombra de dúvida é substancial, pois, não obstante, sua mão de obra foi intensamente utilizada na construção e na efetivação de interesses ultramarinos, não edificando somente

prédios, sobretudo, construindo e nitidamente colaborando na formação de uma identidade cultural, política e social da região.

Estas contradições sociais, entendidas por meio da cultura material, tornaram para mim um desafio e uma curiosidade que deveria levar adiante. Não que sua história seja negada e calada pelas populações e pelas comunidades negras, ao contrário, mas por uma satisfação pessoal e por me inserir em contextos que para mim precisavam de outros esclarecimentos. Além disso, sentia que deveria por meio de um projeto acadêmico levantar questões que colaborassem no entendimento destas reflexões sobre suas trajetórias e lutas de vida, ou seja, penso que quanto mais vozes a favor, suas demandas se tornem igualmente visíveis.

Por isto sei que o empoderamento destas comunidades já está posto, de tal modo que ao lançar um possível projeto, pretendia paralelamente e dialogicamente me inserir nestas questões. Embora na época estas percepções para mim ainda estivessem neblinadas, percebia que estas comunidades estavam em plena luta por seus direitos. Só depois com o tempo e com a familiaridade notei que uma das causas que interessavam estas populações era o requerimento de permanência definitiva em suas terras, visto que uma gama de grandes empreendimentos está se instalando na região da foz do Amazonas.

Conforme percebia estas nuances políticas, igualmente fui articulando espaços e fazendo amigos ligados às diversas manifestações culturais do Estado do Amapá. Além disso, pela presença de afrodescendentes na região ser muito forte, presenciei no ano de 2010 o festejo dos tambores¹ e também havia visitado algumas comunidades quilombolas que até então nunca tinha adentrado, impulsionando-me, deste modo, ainda mais a querer levar adiante uma pesquisa acerca do tema e destas comunidades. Como meu *métier* é a

¹ O calendário no Amapá sobre os festejos de Marabaixo e outras datas comemorativas da cultura afro-brasileira é bastante extenso. Porém o que na época e a princípio me impressionou foi a festa do encontro dos Tambores. Esta festa tem uma data móvel e se realiza no Município de Macapá geralmente em novembro. O encontro reúne os grupos remanescentes de populações negras, com a finalidade de reforçar as raízes e identidades, unindo diversas linguagens musicais. Também coloca em discussão os problemas das diversas comunidades negras. Como a cultura amapaense é calcada principalmente nos costumes negros, é uma grande oportunidade para assistir às apresentações dos mais diversos segmentos da arte afro-brasileira: dança, pintura, escultura e música, como o batuque, o candomblé, o sahirê, o samba, o gingado da capoeira e o quase extinto zimba. (<http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=1040>. Acesso em 20/10/2015).

arqueologia, entre estas idas e vindas, o que me impressionava era a cultura material destas populações e como este saber era passado e apreendido diante da necessidade de permanecer e se estabelecer em seus territórios perante as dificuldades herdadas das lutas históricas contra uma política de colonização.

Dentre estas comunidades, no decorrer destes anos em Macapá, tive a breve oportunidade de conhecer e trabalhar com as louceiras, por meio de duas amigas pesquisadoras que trabalharam em suas dissertações de Mestrado (Henriques 2011, Silvani 2012) com a Comunidade do Maruanum e gentilmente apresentaram-me às senhoras louceiras. Estive com elas algumas vezes na comunidade, o que posteriormente facilitou minha entrada e acesso aos interlocutores de minha pesquisa.

As mulheres da comunidade que fazem as peças de barro se autodenominam como louceiras do Maruanum. Também é recorrente elas chamarem suas cerâmicas de louças, levando a pensar que este talvez seja o motivo por se reconhecerem dessa forma. Além disso, é por este termo que elas são reconhecidas entre as pessoas que conhecem seu trabalho. Portanto, ao anuncia-las neste trabalho, estarei na maioria das vezes utilizando a mesma expressão.

Depois disso, acordei com a coordenação da Arqueologia do IEPA, com a qual trabalhava na época, em realizar uma exposição temporária com o material produzido pelas louceiras, visto que no saguão do prédio do Núcleo de Arqueologia há um espaço reservado para este tipo de atividade. A elaboração da exposição efetivamente se iniciou, porém lamentavelmente por motivos institucionais, não se concluiu².

Com a possibilidade de visitar a comunidade fiquei surpreso com o que o local oferece para o campo de pesquisa e como as pessoas fazem questão de proporcionar uma recepção cordial. No início da elaboração da exposição realizei com meus próprios recursos uma reunião com as louceiras para explicar minhas intenções e as levei, com consentimento de todos, para conhecer as cerâmicas arqueológicas da reserva técnica do Núcleo de

² Esta exposição foi retomada no período em que estive em campo levantando meus dados e reestabelecendo o vínculo. Este trabalho será descrito adiante e foi de suma importância para fortalecer uma confiança, pois, mesmo que seja um trabalho temporário, acredito que trouxe satisfação para todas as partes envolvidas.

Arqueologia do IEPA. Além disso, também houve a oportunidade de acompanhar pela segunda vez a retirada da argila no barreiro. Estes processos foram interessantes, porque na hora da visita ao Núcleo e ao andarem pela reserva algumas identificaram cerâmicas como se fossem delas, havendo uma satisfação no olhar e no reconhecimento. Acompanhar a retirada da argila foi igualmente importante, sendo parte deste trabalho.

No ano de 2013 ausentei de Macapá, porém este projeto não se ausentava de minhas ansiedades. Quase todo momento deste tempo morando fora, tinha em mente que deveria voltar e concluir esta etapa que havia deixado para trás e que certamente deveria ser concluída, pois havia largado algo pela metade. Assim, no ano de 2014, ingressei no curso de mestrado em Antropologia da UFPA com este objetivo: voltar e dar continuidade no que comecei.

Depois disso e passado um período considerável que não voltava à comunidade, permaneci dez dias em julho do ano de 2014 anunciando meu retorno e explicando meu interesse de pesquisa; assim, visitei cada louceira e pormenorizei o que pretendia. Já no ano de 2015, depois do momento da qualificação, me propus a permanecer um tempo morando na comunidade, o que de fato ocorreu durante cinco meses (maio à final de setembro) de intensa troca e aprendizado. Neste tempo, ficava hospedado tanto em Macapá como na comunidade, passando a grande maioria do tempo na comunidade. Em Macapá voltava uma vez e outra para resolver questões de logística, porém, quando resolvemos aplicar um trabalho voltado para a exposição, tive que ficar direto em Macapá por um mês articulando todo o empreendimento.

Fora este último mês, minha permanência na comunidade, nos meses que se passaram, se efetivou por completo. Esta experiência me fez entender vários aspectos sobre o modo de vida dos moradores da comunidade, sobretudo perceber o modo de vida das louceiras, fato que me foi proposto, assim que adentrei, por Josilana, uma neta da comunidade e articuladora política.

A Comunidade do Maruanum é repleta de questões que podem ser investigadas no âmbito da arqueologia e da etnografia, por isto, confesso que no início estava meio confuso e completamente ansioso com a situação em campo, me fazendo lembrar Bronislaw Malinowski (1978) ao ver o barco se distanciando das Ilhas e nele bater um sentimento de estar só em um

ambiente que a princípio não lhe pertencia. Contudo ao passar do tempo e pela recepção que tive, este sentimento aos poucos se esvaiu.

Ao chegar à comunidade queria anunciar minha pesquisa em alguma reunião que tivesse um contingente de pessoas, para que dessa forma, pelo menos uma parcela da comunidade soubesse o que estava fazendo e não estranhasse tanto minha presença e andanças pelo local. Neste momento, participei da reunião do projeto “Nós, Povos Quilombola do Amapá: pela efetivação dos direitos etno-territoriais” e além de participar do início deste projeto, também expliquei minha pesquisa a todos e todas, realizando, desta forma, uma espécie de consulta prévia. Neste dia estavam presentes quatro louceiras e principalmente pessoas da Comunidade Santa Luzia do Maruanum.

Por meio deste tempo e destas oportunidades, já havia condições em poder aprofundar questões referentes ao que deveria ser um projeto colaborativo. A arqueologia, as pessoas, as instituições, a persistência e, sobretudo as pessoas da comunidade do Maruanum, carinhosamente me ofertaram o caminho que seja relevante aos princípios que apontem para uma direção na qual realmente acredito. Assim, a comunidade do Maruanum oferta um celeiro de pesquisa, como: trabalhar com a interpretação das pessoas sobre os vestígios arqueológico existentes na comunidade e em outras comunidades onde elas vendem sua louça³, investigar a etno-história local, trabalhar com espacialidades, etc, no entanto, privilegia-se uma continuidade temática relativa à construção da cerâmica e a vida das louceiras e assim concluir a interpretação acerca do processo da feitura da louça e suas imbricações.

³ Sobre os vestígios que possam remeter as louças do Maruanum em comunidades vizinhas, veja o artigo de Clarisse Callegari Jacques, intitulado: Os Sentidos da Cultura Material no Cotidiano e na Memória das Famílias da Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi. *Revista de Arqueologia Pública* (8):2013.

Introdução

Em sua pesquisa de doutorado, Cristina Maria Arêda-Oshai (2015) realiza em sites, uma busca minuciosa no MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome), FCP (Fundação Cultural Palmares) e ITERPA (Instituto de Terras do Pará), destacando que há 5.401 comunidades quilombolas no Brasil e que no Amapá há 52 comunidades. Dentre elas encontram-se as comunidades do Maruanum onde, segundo as louceiras, ainda mantêm a mesma forma tradicional de “tecer”⁴ suas peças.

O saber e o fazer a cerâmica se constituem em fatores de identificação da comunidade, quiçá um dos mais emblemáticos, o que se percebe tendo em vista os diversos convites para vender suas louças em feiras no Amapá ou fora do Estado. De fato, como mostro adiante, suas louças são encomendadas por pessoas de inúmeros lugares, demonstrado que são reconhecidas fora de sua comunidade.

Perceber estas questões “somente” por meio da construção da cerâmica certamente não totaliza a sua expressão cultural, social e política, porém, sem dúvida alguma, é uma questão interessante e de suma importância que merece investigação. Ao ignorá-la é ao mesmo tempo esquecer-se da história das mulheres negras rurais e ceramistas da comunidade do Maruanum, cujo papel na construção da identidade da Comunidade é de extrema relevância.

A sequência de saberes empreendidos na construção da louça do Maruanum decorre evidentemente de sua história; veremos que estes conhecimentos são seculares e que foram e ainda são estabelecidos e levados adiante por meio das gerações das mulheres louceiras do Maruanum. Deste modo, os aspectos ontológicos e as técnicas empreendidas na fabricação da louça constituem um tema que se busca compreender.

De antemão, como já falado, fica claro que este saber, que foi elaborado e apreendido em meio à construção histórica e de ocupação do território, através das mulheres do Maruanum, suscita outros significados. Assim, refletir sobre este processo é trazer à luz o papel das senhoras louceiras e seu empoderamento diante deste percurso histórico. Além

⁴ Tecer, levantar, entortar são os termos que elas utilizam na hora que estão fazendo a louça. No decorrer desse trabalho, além destes termos, também utilizo a construção, feitura ou o fazer a louça.

disso, pretendo mostrar neste trabalho, sobretudo, o modo de vida destas louceiras, que por meio de seu trabalho e de seu cotidiano, continuam ativas e fortes.

Portanto, através da etnografia e da arqueologia do presente, pretendo compreender o universo através do qual estes fazeres culturais se transformam e principalmente de que forma os saberes que envolvem a construção da louça estão relacionadas aos processos que certamente foram inscritos por meio da construção de suas territorialidades.

No primeiro capítulo, descrevo o início de minha experiência em campo e como o decorrer da estadia paulatinamente foi me fazendo compreender os rumos metodológicos e teóricos que pude aplicar em minha pesquisa. Assim, por meio da cerâmica, isto é, “um dos bens mais preciosos que eles têm”⁵ mostro como o meu convívio entre as louceiras, ofertou interpretações e possibilidades de análise.

Após, apresento um pouco da história dos africanos escravizados na região. Conseqüentemente tento traçar a ocupação do Maruanum e entender este tempo presente. Por meio da bibliografia histórica referente à escravidão na Amazônia, especificamente na Amazônia Oriental, tento buscar os caminhos adversos que os negros escravizados fizeram durante suas fugas. Em paralelo a esta bibliografia, enfatizo também algumas narrativas das pessoas da comunidade do Maruanum. Compreendo que o rio Maruanum foi de suma importância para a ocupação de seu território e que entre estes caminhos adversos percorridos durante a escravidão, sem dúvida alguma, houve práticas de solidariedade entre os indígenas e os negros.

A louça do Maruanum é parte desse processo, pois desde quando elas se entendem, a construção da cerâmica é realizada diante delas. Além disso, narrativas sobre indígenas e negros nesta região foram constantes. Este processo de territorialização visto por meio da cultura material, penso que pode colaborar em suas demandas acerca de seus direitos etno-territoriais. Em seguida, descrevo a comunidade e sua estrutura física, mostrando os espaços que os moradores e a louceiras frequentam em seu cotidiano.

⁵ Esta frase bastante elucidativa foi anunciada por uma de minhas interlocutoras e que explicarei mais abaixo.

No segundo capítulo apresento os primeiros aspectos da confecção da louça, isto é, a retirada da argila, o processo de queima, os aspectos relacionais com seres não-humanos, a simbologia destas relações permeadas pelo modo de fazer a cerâmica, que justamente por estes conhecimentos, torna-se um trabalho único e especial. Além de confeccionar uma peça singular devido à utilização de certas matérias primas e da sobrevivência do modo de fazer, estes conhecimentos e regras são levados a sério, do contrário, elas entendem que no processo da construção da louça, pode haver complicações, como a veia do barro sumir ou a louça não queimar em paz. Estes saberes que estão conectados ao “entortar” da cerâmica permitem refletir sobre as relações com outros seres e as ontologias específicas que guiam esses relacionamentos.

Neste momento, busco compreender que estes conhecimentos estão sendo mantidos pelo fato da compreensão de suas relações com os ambientes e conseqüentemente com seu território. Ou seja, as narrativas sobre estas relações ontológicas são criadas pela inclusão e pertencimento a cada lugar, como os quintais, o fogo na cerâmica, o barreiro, etc. Isto ocorre pela apropriação dos espaços que por eles são ressignificados.

No terceiro capítulo, faço um levantamento de trabalhos realizados em coletivos quilombolas presentes na região Amazônica. Enfatizo pesquisas arqueológicas que tem como foco estas comunidades e vejo que esta linha de pesquisa nesta região ainda é muito insipiente. Descrevo também todo o processo de confecção da louça envolvendo o modo de fazer, os sentidos, a historicidade da cerâmica, os usos e a predileção das formas. Portanto, procuro elaborar os caminhos da louça e a materialidade decorrentes destas atividades. Depois busco por meio de um inventário das louças, mostrar as cerâmicas mais emblemáticas e as que são mais encomendadas. Finalmente, descrevo a exposição que conjuntamente realizamos, demonstrando trabalho colaborativo.

Dedico-me neste trabalho a descrever o modo de vida da comunidade e, sobretudo o modo de vida das louceiras. Assim busco observar como estas senhoras vivem seu cotidiano, sendo a maioria delas mulheres que se sustentam a si mesmas sozinhas ou com ajuda dos filhos e netos. Veremos que estas mulheres não admitem algum homem mandando ou interferindo em sua independência, pois como bem retrata a fala de Dona Ana quando perguntei sobre ao trabalhar sozinha na roça e na casa de farinha, dizendo que “Eu não gosto de depender de ninguém”.

Busco descrever o cotidiano destas mulheres que travam uma luta diária, ao mesmo tempo em que são amigas, politizadas, informadas, amam mais que tudo suas famílias, adoram sorrir e zombar, são responsáveis, religiosas, respeitadas na comunidade, adoram o ofício de ceramistas... Conhecedoras de sua existência enquanto mulheres, algumas gostam de festejos, enfim, ao contrário da música “Cotidiano” de Chico Buarque onde a mulher faz todo dia tudo sempre igual e da “Amélia” de Adoniran Barbosa, onde a mulher é submissa, com as louceiras do Maruanum a história é outra.

Ao buscar descrever o modo de vida das louceiras, no decorrer dos capítulos ainda vou apresentando cada uma das loucerias conforme os temas que vão aparecendo. Assim, apresento cada louceira de acordo com o assunto que está sendo tratado. Vou mostrando as narrativas de cada para deixar suas opiniões evidentes.

Por meio de uma arqueologia do presente, articulo argumentos que trazem à luz algumas perspectivas nas interpretações sobre a cultura material, pois, na Amazônia, sobretudo com populações afro-brasileiras, estes temas infelizmente ainda estão em construção. Compreender todo este processo de confecção da louça permitirá aprofundar no entendimento sobre o seu modo de vida. Desta forma, neste trabalho a síntese está no processo de feitura das louças tradicionais da comunidade quilombola do Maruanum, localizada no estado do Amapá, e as diversas possibilidades de pesquisa que envolvem esta prática.

É nítido também que a cerâmica no Maruanum, além de ser um objeto identitário, é uma cooperação econômica, onde todas as partes envolvidas saem ganhando. Assim foi observado entre os interlocutores que o fogão de barro e a churrasqueira de barro são usados para substituir o gás de cozinha, utilizando o carvão que elas fazem em caieiras⁶. Já as panelas de barro são preferidas principalmente para cozinhar o feijão. Os alguidares substituem as amassadeiras de açaí ou bacaba, inclusive, segundo elas, deixando um “gosto diferente”.

⁶ As caieiras são os lugares que elas fazem o carvão. Henriques (2011) descrever que na Comunidade do Maruanum a produção de carvão é feita em caieiras. Para aproveitar a madeira das árvores que caem e da água, a produção de carvão é feita ao lado do rio durante oito dias seguidos. Quando estive na comunidade foi possível observar que este processo também se realiza ao lado das casas que estão pouco distantes do rio.

Por meio de uma abordagem apoiada na etnografia com preocupações arqueológicas, aplico os pressupostos necessários para a compreensão dos fatores que estão envolvidos no tecer desses artefatos cerâmicos. Através da oralidade e do registro da construção da cerâmica também almejo identificar os traços históricos das territorialidades e conseqüentemente da ocupação quilombola existente na comunidade do Maruanum.

Assim, entenderíamos como o “levantar” da louça, além das questões ontológicas que serão tratadas abaixo, pode cooperar para este momento particular que a comunidade do Maruanum está passando, ou seja, o reconhecimento etno-territorial. Levantaríamos a questão de como a cultura material pode ser um viés para o fortalecimento das lutas pelo reconhecimento das terras quilombolas e conseqüentemente para as demarcações e titulações destas.

Portanto no trabalho almejo esta causa em questão, pois do contrário, esta investigação na comunidade do Maruanum não estaria sendo realizada de acordo com os interesses recentes que estão por eles sendo levantados. Assim um dos métodos que inicialmente utilizei é a observação participante. Mas percebi que este seria o ponto inicial para que posteriormente pudesse utilizar outras metodologias que dessem conta de minhas necessidades.

Com isso acompanhei algumas reuniões, presenciei principalmente o fazer da cerâmica levantando suas imbricações com o território e outras questões como sentidos, histórias, aprendizagens, bem como tentei também perceber as narrativas das louceiras e demais pessoas neste processo de produção da louça. Descrever o “entortar” da louça mais profundamente creio que seja uma das possíveis formas de entender, aprender e dialogar com a história da ocupação local.

Por meio das narrativas das louceiras e de outros moradores veremos que a cerâmica do Maruanum é parte integrante de sua história que remonta a um tempo secular. O fato é que o ofício é geracional e ao perguntar como elas aprenderam é comum todas dizerem que foi com a tia, a mãe ou mesmo com as louceiras atuais. Ao perguntar como a quarta ou a quinta geração de mulheres louceiras - já falecidas - adquiriram o conhecimento de tecer a cerâmica, a memória das louceiras atuais ou dos moradores, ora não alcançava e falavam que

não sabiam como, ora relatavam que poderia ser com os índios que estavam ali quando seus parentes chegaram ou mesmo com os antigos moradores que eram os escravos fugidos.

Porém o que mais acentuou-se foram as narrativas acerca dos índios. O que o relato de Dona Maria José, outra louceira que aprendeu o ofício com os parentes antigos, demonstra muito bem. Dona Maria José Silva Chagas de Almeida, com 68 anos de idade, tece sua louça com dedicação permanente. Ela tem sete filhos, 11 netos e é viúva há 11 anos. Antes do falecimento de seu marido, eles haviam se separados, assim criando seus filhos praticamente por conta própria. De acordo com sua fala, seu esposo adoeceu e quem deveria tomar conta seriam as filhas que à época estavam estudando e “eu não queria que elas parassem do estudo, aí elas pediram para tomar conta dele, aí eu voltei cuidar dele de novo. Até ele morrer eu cuidei dele”.

Nascida e criada no Santa Luzia do Maruanum ela também aprendeu o ofício com a mãe da dona Deusa e da Mundoca, pois seu marido era irmão dela; “eu via minha cunhada fazendo e sempre ela estava fazendo, eu ia lá pro lado dela né e eu ficava olhando. Ahhh não assim como a senhora faz eu faço! Pois então faça! Aí teve um dia que fui e fiz um alguidarzinho, né?”. Hoje sua casa fica ao lado da sua filha Decleuma, na Vila do Carmo.

Religiosa, parece que é a única louceira que acompanha os cultos evangélicos. Em sua casa, com o rádio sempre ligado na emissora de sua igreja, cantava e orava ao fazer suas louças. Uma mulher calma, solícita, com voz igualmente serena, me narrava histórias centrais sobre a louça e a comunidade. Em sua casa há um quarto onde ela guarda diversas louças, novas e antigas.



Figura 01: Dona Maria José em sua casa na Vila do Carmo mostrando sua louça. Foto: Mariana Cabral (2012)

Nesta imagem mostra um dos dias que a encontrei em sua casa e me mostrou suas louças. Geralmente quando há uma encomenda as louceiras tem uma preocupação enorme em guardar suas cerâmicas. Assim como o cuidado em tecer a louça, elas também têm um cuidado e uma maneira bastante específica em transportar suas louças. Para que a louça não se quebre, quando há uma encomenda é preciso acondicioná-las de forma bastante segura, e para isso, elas envolvem as louças com jornais e as colocam dentro de uma caixa de papelão.

Com ela a aprendizagem aconteceu de forma muito contínua, pois em sua residência estive inúmeras vezes, acompanhando, os momentos da produção da louça em toda sua cadeia produtiva. Foi uma senhora que mostrou uma forte preocupação comigo, me chamando sempre para almoçar, fato que ocorreu diversas vezes. Também me colocou para fazer louça, já que gostaria de entender o que ela estava fazendo, deveria ao mesmo tempo aprender a fazer. De fato, Dona Zezé é uma senhora que me mostrou o acolhimento que elas tendem a proporcionar quando se tem uma aproximação adequada. Ao perguntar à Dona Maria José como as antigas mulheres aprenderam, me respondeu “foi com os índios, né? Por que índio é tudo curioso, né? E tudo do índio é da natureza”. Assim pergunto novamente se os antigos aprenderam então com os índios e ela afirma: “com certeza!”. (Caderno de campo 11/07/2015)

1. Os caminhos possíveis

Êta luar

Lumiou meu navio,

Quem vai lá no mar bravio

Não sabe o que vai achar

Música, Miragem do Porto. Lenine (2002)

1.1 “Um dos bens mais preciosos que nós temos”

Comecei minha viagem para o campo em um dia memorável e especial, ou seja, no dia 22 de abril, data de meu aniversário, às 10 horas da manhã, na embarcação Ana Beatriz. Amarrei minha rede amarela em um gancho ao lado de uma senhora muito simpática e verborrágica. Esta senhora havia passado o feriado com os filhos que moram em Belém e permanecemos até tarde conversando sobre diversos assuntos. De repente, ela se juntou a outras senhoras que estavam ao redor com uma curiosidade despertada por minha aparência de “gringo” e começaram a questionar sobre quem sou, o que estava fazendo sozinho tão longe e o que iria fazer em Macapá. Respondi que estava voltando para Macapá resolver questões de trabalho. Elas então perguntaram qual era o trabalho, onde era, como, enfim, a curiosidade se estendia a cada resposta.

Depois da euforia inicial todos nos recolhemos e fomos dormir cada um em sua rede. No clarear do dia me levantei, fui à proa do navio presenciar a aurora e observar como o amanhecer é suntuoso em meio a toda aquela paisagem. Uma neblina branca pairava na superfície do rio e se misturava com a vegetação ao redor, causando uma sensação de unidade e envolvimento entre estes ambientes.

Depois de tomar o café, peguei um livro que comecei a ler para passar o tempo e refletir sobre meu trabalho. Esta viagem de quase 24 horas me despertou múltiplas ansiedades, pois não estava retornando somente para o campo, mas para os amigos, para a cidade de Macapá, para meu antigo trabalho, enfim, Macapá para mim se assemelha à construção de Brasília cujo lema era “cinquenta anos em cinco”, isto é, minha passagem e amadurecimento pessoal e profissional ocorreram em Macapá durante três anos, e, sem demagogia, pareceram no mínimo dez.

Porém, o que estava me causando um maior desconforto era minha chegada a campo. A princípio isto me causou desconforto na medida em que me propus a entrar na comunidade por conta própria. Pensava que não seria uma maneira muito fácil e talvez a mais adequada, pois não estava inserido em nenhum projeto com algum instituto ou ONG que já tivesse trabalhando com questões dentro da localidade.

Neste ponto, adentrar na comunidade seria um desafio. Ainda deitado na rede pensando e escrevendo no caderno de campo, refletia: até que ponto minha investigação poderia colaborar com interesses das pessoas com quais iria trabalhar? Como iria estabelecer uma relação horizontalizada e simétrica? Será que não colocaria somente minhas ambições no direcionamento dos meus interesses enquanto pesquisador? Qual forma mais adequada para estabelecer minhas relações e como retomá-las depois de um tempo fora?

Mesmo já conhecendo as pessoas, o local e já tendo passado um relativo tempo com as pessoas da comunidade, este receio me veio à tona, pois me comprometi passar de quatro a cinco meses em campo. Sou arqueólogo e um iniciante de antropologia me apoiando em dados etnográficos com alguns apontamentos históricos. Por conta disto, além de ser uma experiência interna significativa, sobretudo seria uma experiência profissional de maior importância com a qual estava prestes a lidar.

Encontrar-me sozinho em meio ao local relativamente desconhecido com muito trabalho a se realizar me deixou ansioso, pois tinha que lidar com questões de diversos direcionamentos. Este sentimento condiz muito com o que Mariza Peirano (1995) escreve em seu livro *A favor da etnografia* que ao reler me esclarece que:

A solidão, embora boa companhia nas descobertas da alteridade, não é o caminho virtuoso e mágico que, por si só, produz boa antropologia. À parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, de etnia ou outra, mas será sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos próprios conceitos da disciplina e à tradição teórico-etnográfica acumulada (Peirano 1995: S/P)

Assim ela acrescenta:

(...) não há como propriamente ensinar a fazer pesquisa de campo. Esta é uma conclusão antiga, não só de professores bem-intencionados como de estudantes interessados, mas atônitos. A experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio histórico mais amplo e, não menos, das

imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados (...) (op.cit. s/p)

Senti que deveria controlar minhas ansiedades e que em campo meu trabalho se construiria. Assim, penso que nesta pesquisa não há uma posição exata e uma linha teórica a seguir, mas algumas linhas conceituais que o campo iria me proporcionar. Penso então que este seria meu (des)caminho o qual percebi durante este tempo na comunidade. Isto é, tive o máximo esforço em tentar abordar vários aspectos que me foram mostrados no decorrer deste tempo em campo.

Desembarquei no dia 23 de abril, depois de quase 24 horas de viagem de navio, no porto do município de Santana, que é uma cidade vizinha de Macapá e a segunda, demograficamente, maior do Estado. A viagem foi tranquila devido ao favorecimento da maré que, de acordo com o comandante do navio Ana Beatriz, na maioria do trajeto esteve a favor da corrente do rio.

Instalei-me e logo visitei colegas do Instituto de Pesquisa Arqueológicas/IEPA para, além de reencontrar velhos amigos, tentar trabalhar algumas atividades com o Instituto. Das conversas saíram que possivelmente poderíamos retomar a exposição que antes havíamos deixado de lado em decorrência de demandas da época e também poderia utilizar das dependências do laboratório para os estudos.

No outro dia entrei em contato com uma amiga, Prof. Irislane Moraes (Cepap-Unifap) avisando de minha chegada à Macapá com o intuito de também tentar articular alguma ação. Coincidentemente ela me disse que estava indo para a Comunidade realizar oficinas através de um projeto⁷ selecionado por editai voltado para demandas sociais em comunidade quilombolas. Foi confirmado que elas realizariam a primeira oficina no dia 02/05/2015 e que eu estava convidado a participar. Desta forma, além da intensa chuva que caía sobre Macapá e região, aproveitei esta ocasião e esperei uns dias para realmente entrar na Comunidade.

Nesta oficina conheci pessoalmente Josilana Santos, uma neta de pessoas da comunidade e articuladora política a qual já conhecia por nome, mas ainda não tivera oportunidade de encontrar pessoalmente, pois ela mora em Macapá e vai para a comunidade

⁷ Sobre este projeto e as demandas da comunidade discorro mais abaixo.

para trabalhar e visitar os parentes. É uma mulher de uma voz firme e tênue, um olhar penetrante: apesar de ser uma pessoa de estatura baixa, quando fala, seu tamanho se amplifica pelo empoderamento e consciência política.

Além de oferecer abrigo na casa do Nenezão e da Nete, filho e nora de Dona Mariquinha, ao explicar meu trabalho a Josilana, esta conseguiu que minhas dúvidas e anseios do que faria na comunidade comesçassem a se desfazer. Depois da reunião elas foram arrumar a cozinha e deixá-la organizada para outros eventos que no local pudessem acontecer; em meio a isto, conversávamos sobre diversos assuntos acerca da comunidade, sobre meu projeto e o trabalho que elas estavam organizando, quando ela direciona seu olhar para mim e me esclarece que meu trabalho seria importante:

Seu trabalho é muito importante porque os trabalhos que fizeram aqui não estudavam diretamente as louceiras, mas tinham elas como parte da pesquisa, surgia quando ia estudando (Caderno de Campo: 02/05/2015)

Neste momento percebi que embora diversos trabalhos já estivessem sido realizados na comunidade, sobretudo com as louceiras, estes não estavam focando especificamente no seu modo de vida, seu cotidiano, suas lutas, suas louças, enfim, suas histórias. Isto é, elas são as fontes desses conhecimentos que gostaria de estudar e nada mais justo que tentar direcionar meus esforços para isto.

Desta maneira, como descrito acima, comecei a perceber que meu trabalho teria que incluir alguns aportes teóricos e metodológicos diferentes, pois estes diversos aspectos do modo de vida das louceiras, no decorrer da escrita, precisam também ser apoiados em categorias e conceitos antropológicos e arqueológicos distintos. Portanto, o que me levou a visitar a comunidade e a ingressar no mestrado foi o interesse de estudar a louça do Maruanum; todavia, naquele momento percebi que o interesse maior está no conhecimento sobre a louça e não propriamente a louça isolada de todos os aspectos que as envolvem. Quem detém este conhecimento são justamente as louceiras e a comunidade.

De fato, e de antemão, a fala de Josilana proporcionou um norte para minha pesquisa. Penso que me deixou *afetado* no sentido em que expõe Jeanne Favret-Saada (2005) sobre este termo. Para ela na pesquisa de campo deve se reconsiderar a noção de afeto numa antropologia das terapias com qual possa reabilitar uma “velha sensibilidade”. Assim ao

analisar a feitiçaria no Bocage discute qual foi para ela a melhor forma de considerar suas informações em campo.

Sei que não estou trabalhando com o mesmo tema de pesquisa que a autora, isto é, a feitiçaria, no entanto, seus aspectos metodológicos e seus anseios parecem que se assemelham aos meus, pois:

(...) Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da “participação” um instrumento de conhecimento... eu estava justamente experimentando esse sistema, expondo-me a mim mesma nele... aceitar participar e ser afetado não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia (...) (Favret-Saada 2005:157)

Acredito que também me deixei ser afetado pelo fato de que algumas das louceiras quiseram e propuseram que eu também fizesse louças juntamente com elas, fato que também ocorreu alguns dias quando Dona Maria José propôs que junto a ela fizesse cerâmica. “Olha já falei para Irene que você vai tecer uma peça comigo. Ela morreu de rir” (Dona Maria José). Desta forma, assim como senti um *feedback* na conversa com a “Josi”, no decorrer da minha estadia também senti que deveria me relacionar de forma que as situações fossem sendo naturalizadas e não tentei somente registrar, sobretudo, tentei possibilitar o estreitamento das relações e o início de uma horizontalidade. Assim ocorreu na roça, nas residências, na feitura da cerâmica, na casa de farinha, nas festas, etc.

Estes momentos da experiência etnográfica não foram somente uma transformação e um engrandecimento profissional, mas, principalmente, uma modificação pessoal, um próprio agenciamento diante do convívio. É possível pensar que pela alteridade não estive levantando ou modificando minhas perspectivas de pesquisa, mas modificando meu modo de pensar, de ser e estar no mundo. Acredito que para elas aconteceu o mesmo, pois quando fui me despedir e passei na casa de cada louceira para anunciar minha “partida” senti que elas ficaram contrariadas, insatisfeitas e saudosas. Algumas exclamaram, “já está indo?”, outras perguntaram quando eu voltava, outras falavam para ligar, etc. O mais simbólico dos gestos que representa o que estou dizendo, ocorreu quando Dona Carmosina me presenteou com uma cerâmica, cujo fundo estava escrito: “Lembranças da Carmosina. Para um amigo que veio mandado por Deus em nossa Comunidade Carmo do Maruanum. Boa sorte! ”. Geralmente elas escrevem seu nome e localidade ao fundo da vasilha, mas neste em especial ela escreveu

no interior. Penso que seja uma forma de lembrança que deve ser desgastada somente com o tempo e não com o seu uso.



Figura 02: Fundo interno da terrina que Dona Carmosina me presenteou com o enunciado destacado.

A varanda da casa de Dona Carmosina Pereira da Costa, com 57 anos, nascida e criada no Muruanum, é o lugar onde ela trabalha a louça e ainda onde as diversas peças ficam expostas secando ao ar livre. Com uma voz firme, pouca estatura, um olhar desviante, porém bem seguro, Dona Carmosina foi uma das louceiras que mais convivi durante minha estadia na comunidade. Passava horas conversando com ela e realizando alguns tipos de atividades. Foi ela e sua filha que pegaram o festejo⁸ do Marabaixo desse ano, o que me deu a oportunidade de acompanhar os inúmeros estágios da festa. É uma senhora muito firme em suas posições, mas com uma delicadeza e sensibilidade imensas.

Ao caminhar pelo local, é impossível passar em frente de sua casa e não notar as dezenas de vasilhas sobre a mesa e ao chão. Em sua casa, na Vila do Carmo, ao lado do campo de futebol, hoje moram os dois netos e sua filha, junto com seu genro. Seu esposo é falecido há anos e sua independência - assim como da maioria das louceiras com as quais estive - é buscada na lida do cotidiano.

Ao lado de sua residência, há uma casa abandonada em cujo quintal ela queima a cerâmica, recolhe madeira e quando o sol irradia diretamente na varanda, ela também modela cerâmica embaixo de uma sombra de árvore crescida neste quintal vizinho.

⁸ A cada ano duas pessoas da Comunidade do Carmo Maruanum pegam a bandeira do Marabaixo. Isto significava que a organização do festejo é da responsabilidade dessas pessoas.



Figura 03: Dona Carmosina burnindo a louça e retirando a cerâmica da fogueira ao lado sua casa.

Para as louceiras e a comunidade, a minha participação, penso que foi um gesto de reciprocidade, pelo qual, se não houvesse, igualmente penso que não haveria confiabilidade na relação. Um fato, dentre outros tantos, onde esta situação também esteve bem clara, ocorreu quando observava os vários aspectos da construção da cerâmica, pois há momentos em que pessoas estranhas não são bem-vindas ou causam desconforto entre elas. Este assunto deixo claro mais abaixo quando descrevo sobre os aspectos das ontologias relacionais. Além disso, sou homem pesquisando mulheres e suas vidas. Esta relação entre homens e mulheres que pode ser construída pelas diferenças, nesse momento penso que esta noção acima de tudo deveria ser quebrada.

Marcio Goldman (2006) participa de semelhante experiência sobre os estímulos que lhe causaram os tambores de Ilhéus e ressalta que:

(...) a característica fundamental da antropologia seria o estudo da experiência humana a partir da experiência pessoal. E é por isto, penso, que alteridade seja a noção ou a questão central da disciplina, *o princípio que orienta e inflete*, mas também limita nossa prática. Parte da nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até onde somos capazes de suportar a palavra nativa, as práticas e os saberes daqueles com quem escolhemos viver por um tempo (...) (Goldman ,2006; 167. Grifo meu)

Particularmente não pensava que meu foco estivesse em realizar um trabalho acadêmico *sui generis*, mas construir formas de diálogo, convívios que me proporcionassem percepções tanto sobre as louceiras e sua louça, quanto da comunidade e que me fizesse refletir sobre o modo de pensar e viver das louceiras por meio da quebra do distanciamento.

Este *feedback* inicial que recebi e também em outros momentos com as louceiras e a comunidade, coincide com Goldman, ao se indagar se acreditava ter ouvido ou não os tambores dos mortos, pois para ele, o que “importava é que, querendo ou não levei a história a sério... O que quer dizer que o acontecimento me atingiu em cheio...” (Goldman 2006:171). O que igualmente quero dizer, é que este *feedback* o qual estava buscando, só foi possível por meio do afeto e dos acontecimentos que tanto atingiram a mim, quanto a elas. Em outras palavras, o que busquei foi vivenciar, sentir, sensibilizar, perceber e trocar.

De acordo com a Josilana, o que também deveria registrar era a cerâmica, pois é “o bem mais precioso que nós temos”. Esta situação onde a cerâmica é o bem mais precioso me fez entender que a vida e os diversos conhecimentos destas senhoras louceiras, sem dúvida alguma, também são o bem mais precioso para a comunidade, pois evidentemente, uma é consequência da outra, são relações vivas que se integram e interagem em um mesmo ambiente secular.

Além disso, descrever a vida da louça é consequentemente contar a trajetória de vida das senhoras, que na maioria é tia, avó, bisavó, irmã ou mãe da grande maioria da comunidade. Portanto, levantar a história e refletir sobre a louça, sem dúvida para elas seria o mesmo que levantar a história da comunidade, ou seja, suas biografias, suas memórias, sua identidade e territorialidades.



Figura 04: Reunião com a Comunidade e com as louceiras.

A foto à esquerda demonstra o momento que considero de fato estar-se iniciando o campo, isto é, a hora que comuniquei sobre meu trabalho para diversas pessoas da comunidade. Nessa foto, é possível observar cerâmicas sobre uma das mesas. Nesta ocasião comecei a entender que a louça permeia todos os espaços, sejam estes políticos, festivos, cotidianos e simbólicos. A foto à direita mostra a primeira reunião que fiz com elas em 2012 na ocasião de apresentar as intenções e colaborações que facilitassem realizar a exposição sobre as louceiras e suas louças do Maruanum. Descrevo essa atividade com mais clareza no terceiro capítulo.

Nesta ocasião acho relevante utilizar e entender uma arqueologia que não dualize e separe as pessoas dos objetos, cultura e natureza, presente e passado (González-Ruibal 2006, 2009 e 2012), pois neste momento e no tempo que fiquei hospedado na comunidade, nitidamente observei que a louça não estava no centro da mesa somente para decorar. Ela é parte do repertório dos outros objetos que estavam na mesa.

Estes objetos por sua vez foram necessários para que esta reunião tivesse andamento e que igualmente mostrasse sua particularidade enquanto grupo, ou seja, o microfone para que todos ouvissem, o computador para que viabilizasse a imagem do retroprojetor, a bandeira manifestando suas predileções e a louça para assegurar de onde vieram e quem são. Quando falo assegurar e manifestar não é o mesmo que lembrar, pois suas identidades não são esquecidas, mas fortalecidas.

Através de minhas participações, a relação com as pessoas, os lugares e o tempo, paulatinamente foram me ofertando e abrindo caminho pelo qual achasse condições de utilizar de uma arqueologia do presente para assim direcionar minhas posições teórico-metodológicas. De acordo com González-Ruibal (2009:19) esta arqueologia do presente:

(...) estudia las sociedades actuales mediante la metodología y teoría arqueológicas. En esto, en principio, no es muy diferente de la etnoarqueología. Sin embargo existen três diferencias notables: como ya he señalado, su objetivo último no es análogo, aunque sus resultados puedan ser utilizados de forma comparativa para otros períodos. En segundo lugar la arqueología del presente estudia potencialmente todo el mundo actual: tanto sociedades no modernas como capitalistas. No establece una distinción tajante entre nosotros y los otros... En tercer lugar, este tipo de arqueología no contempla una distinción drástica entre pasado e presente: em vez de considerar el uno al servicio del otro, como hace la etnoarqueología, cree que ambos, pasado e presente, están inextricablemente unidos (...)

O autor desta forma reclama do dualismo cartesiano presente nas pesquisas arqueológicas. Esta visão, segundo o autor, separa e distingue as modalidades de compreensão sobre o mundo e conseqüentemente dá ênfase a um projeto assimétrico. Esta relação entre as pessoas e as coisas, o passado e o presente, o material e imaterial é uma concepção que deveria, portanto, ser simétrica. Com isto o autor salienta este conceito em Latour (1993) onde nos lembra que “simmetry as the simultaneous construction of peoples and things”(González-Ruibal 2006:117)

Neste caso das cerâmicas estarem mediando as relações nesta reunião e em diversas outras atividades que acompanhei, enfatiza que a arqueologia do presente também é uma etnografia que trabalha com descrições de comunidades vivas, porém com uma distinção, ou seja, uma etnografia da materialidade (op. cit.). Desta forma, ressalta que:

(...) “nosotros creamos cultura material y la cultura material nos crea a nosotros simultaneamente, nos hace ser quien somos y condiciona nuestra forma de experimentar el mundo”(...) (op.cit 2009:24)

Além disso, o autor acrescenta que,

(...) “Como arqueólogos podemos encontrar inspiración en la antropología y en la historia. La ventaja de una arqueología del presente es que su punto de partida, como el resto de la arqueología, es la cultura material” (...) (op.cit 2009:26; 2012)

Esta imagem da mesma forma demonstra e por isso sinto que anda em paralelo nos escritos desta arqueologia do presente. Em outras palavras, o campo fez perceber que a louça do Maruanum é uma atividade secular e que a trajetória dessas louceiras é ainda vivida por meio destas atividades, das histórias, das ontologias e materialidades. Assim especificamente a louça *no* Maruanum demonstra que a mesma persiste e o passado para elas está aqui e agora, em todos os lados (González-Ruibal 2012). Assim, ainda nas palavras do autor, evidenciar esta importância ontológica da materialidade seria também uma arqueologia multitemporal no sentido foucaultiano, ou seja: “busca las condiciones de emergencia de los fenómenos históricos y sus repercusiones en el presente”(op. cit.:106)

Adriana Fraga (2009) por uma abordagem menos *tradicional*⁹ da arqueologia direciona sua investigação à cultura material contemporânea se referindo ao tropeirismo da

⁹ As abordagens menos tradicionais a que Fraga se refere são estudos que buscam caminhos que vão além das relações entre formas e funções, quantificações, identificações de relações diretas entre

cidade de Bom Jesus no Estado do Rio Grande do Sul, a qual analisa sob a ótica da materialidade presente nas experiências humanas. Para isto ela se refere à produção de mulas artesanais vendidas como suvenires. Acredito que ambos os casos (o nosso e o dela) convergem. Tanto a louça do Maruanum como o artesanato de Bom Jesus, estão carregados da experiência humana, portanto, estes processos encontram-se repletos de mecanismos e atribuições de significados, cujo entendimento e valorização se encontram presentes na cultura material.

Do mesmo modo, é possível pensar que a produção da cerâmica no Maruanum reflete “memórias de um tempo passado que, no hoje, dão novos significados à produção da cultura material contemporânea, em objetos que produzem *marcas* daquele tempo” (Fraga 2009:80. Grifo meu). Em Bom Jesus, as marcas se referem ao tropeirismo, já no Maruanum as marcas refletem, como havia dito antes, a biografia das louceiras, sua história particular e secular, a trajetória da ocupação, suas lutas, seu modo de vida, enfim, estes “objetos do tempo presente representam um tempo, uma história, uma prática, um saber-fazer.” (op. cit. 2009:80)

A frase de Josilana proporciona, e penso que esteja nas entrelinhas do enunciado das falas delas e das vivências com elas/es, identificar e mostrar as “marcas” do bem mais precioso que os pertencem, de forma a “extrapolar a abordagem de uma herança do passado”. Da mesma maneira que a autora, o foco está em “analisar o tempo presente propriamente dito, um presente que tem em si um passado, naquilo que, quem sabe, podemos chamar de arqueologia do contemporâneo, ou então: “arqueologia dos vivos”, do vivido” (op.cit.:77)

Acompanhei e registrei as atividades em cadernos de campo. As entrevistas tiveram a louça como pano de fundo, no entanto, não houve questionário prévio, interrupções ou tensões, pois, neste momento, optava por fazer as entrevistas tomando café na cozinha ou nas varandas, andando nos quintais, nas atividades da casa de farinha, quando elas estavam “tecendo” a cerâmica, enfim, para não centralizar focando demais a entrevista, procurava dar atenção para outras direções e tornar a situação mais informal possível, ao ponto que no

diferentes áreas de um sítio, regularidades culturais e estruturais que certificam um modelo teórico ou um aparato tecnológico. (Fraga 2009:76)

festejo de Marabaixo a “Josi” chegou a comentar que a tia dela, Dona Mariquinha, que também é uma excelente louceira, na hora da entrevista, não havia percebido que estava participando de uma.

Quando registrava minhas impressões no caderno de campo fazia questão de reler para elas o que estava escrevendo, assim poderia também perceber se não estava escrevendo trivialidades¹⁰ e conseqüentemente procurava dividir com elas estas impressões. Isto me deu uma tranquilidade, afinal, estava, na maioria das vezes, repartindo e mostrando para elas que estava descrevendo a vida delas da forma mais direta, simples e, penso que coerentemente, pois algumas sorriam ou acenavam positivamente com a cabeça quando ouviam. O que tentei nesse momento e na maioria dos outros é o que González-Ruibal (2012) lembra que não se trata de fazê-las enxergar, mas tentar participar com elas na criação do conhecimento.

Usei para o registro fotográfico uma *Nikon D3100*, que sendo uma câmera semi-profissional, proporciona excelentes recursos. Para os mapas utilizei um *Garmim GPSMap 64s* com uma margem mínima de erro. Por fim, no meu celular *Samsung Galaxy Gran Prime Duos* trabalhei com seu gravador de voz, fazendo algumas fotos e também utilizando o seu bloco de notas. Estes recursos proporcionaram uma sistematização de meus dados de forma completa.

1.2 Entre caminhos adversos

Alguns fatores para empreender esta investigação são a relativa ausência de estudos que direcionem suas inquietações para as populações de origem africana na Amazônia, sobretudo, no que diz respeito às preocupações arqueológicas voltadas para a cultura material. Há uma série de estudos que levantam questões referentes à presença da escravatura na região Amazônica (Assunção 1996; Funes 1996; Figueiredo 2008; Fonseca 2011; Gomes 2015; dentre outros) no entanto, o que se vê na maioria destes textos, excelentes de fato, é que estão direcionados aos processos históricos, sendo utilizados outros tipos de fontes.

¹⁰ Estas trivialidades penso que poderia ir a favor ao que Malinowski denominou como os imponderáveis da vida cotidiana, isto é, fenômeno de importância que devem ser observado em pleno funcionamento (op.cit.:1978).

Assim, realizar uma pesquisa na Amazônica Oriental, especificamente no Amapá, pensando como a cultura material pode colaborar para outra forma de entendimento dessas populações é de suma importância, uma vez que supre uma relativa lacuna existente na literatura referente a estas populações.

Flávio dos Santos Gomes (2015), explica que a vinda de negros escravizados para a América é um fenômeno hemisférico, pois desde o Canadá, até as fronteiras meridionais, como a Argentina e Uruguai, a presença do trabalho compulsório entre índios e, sobretudo, negros, ocorreu de forma sistemática. Outro fato interessante são as raras notícias em documentação escrita sobre as mulheres em quilombos, que por sua vez, segundo o autor, sugere sua ausência e até mesmo sua falta de importância. Contudo, percebe que através da “mobilidade dos quilombos é possível imaginar o papel da mulher diante de ataques, armadilhas e escaramuças” (op. cit.:39).

Mitos presente na memória coletiva de alguns remanescentes revelam a função da mulher e dentre estas, o autor lembra que em meio às fugas, mulheres carregavam grãos em seus cabelos que posteriormente favoreciam na formação de outras lavouras em novos quilombos. Outra participação importante seria a religiosa, pois por meio dos tranSES, estas mulheres adivinhavam o momento e o local dos possíveis ataques, além disso, “seu papel de manutenção da família foi acompanhado da importância econômica na produção artesanal de utensílios e mesmo do enfrentamento diante das tropas escravistas” (op. cit.:39)

As fugas e o surgimento de quilombos e mocambos¹¹ na Amazônia e até mesmo a presença de negros escravizados nesta região há tempos é um fato esquecido na literatura.

¹¹ De acordo com Gomes (2015:10-11) “No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já mocambo, ou *mukambu* tanto em *Kimbundu* como em Kicongo (línguas de varias partes da África Central), significava pau de feira, tipo de suporte com forquilhas utilizadas para erguer choupanas nos acampamentos... Assim, mocambos (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em quilombos (acampamentos) e tais expressões africanas ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África desde o século XVI”. Vicente Salles (1988:205) categoriza de forma diferente do autor acima, descrevendo da seguinte forma: “Na crônica histórica do Pará quilombo e mocambo aparecem como sinônimos. Damos preferência, entretanto, ao termo mocambo, que significa um aldeamento fixo, permanente, ao contrário de quilombo, que era provisório”. Assunção Pureza Amaral descreve que a palavra

Além disso, quando os fatos da presença negra na Amazônia não eram esquecidos, eram tratados de forma neblinada. Exemplos assim, são os estudos nas décadas do começo do século XX, quando estas formas de interpretação, diziam que a cultura negra nesta região, tratava-se de impura por conta de uma filiação banto ao invés da pureza da cultura nagô. Outro argumento levantado era para justificar o vazio demográfico ou mesmo interpretações econômicas que não relatavam de maneira coerente a realidade (Henry-Vergolino e Figueiredo, 1990).

No primeiro momento, segundo os autores, esta superioridade nagô demonstrou que os estudos se articularam com o mito da democracia racial onde o pano de fundo era a manutenção da estrutura de poder entre a sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940. Desta forma, os africanistas, ao ressaltarem os cultos, acabavam por excluir a Amazônia visto que era uma região de tradição religiosa banto acrescida da pajelança indígena (op. cit.). Os africanistas consideravam a cultura nagô, encontrada no nordeste brasileiro, mais “purificada”, portanto, mais digna dos estudos culturais. Através desta “inclusão científica” e “exclusão ideológica”¹² a Amazônia, por falta de certa africanidade, era esquecida e ideologicamente mal interpretada por uma estrutura de poder vigente.

Outra razão para o esquecimento é o fator econômico. Os autores consideravam o modelo de *plantation* encontrado no nordeste como a característica fundamental para o aprofundamento das pesquisas à época. Assim estes estudos, além de não privilegiar outros modelos agrários (arroz ou da cana) ou outras atividades (obras de fortificação militar), assimilaram estas mesmas prerrogativas do modelo nordestino para o modelo Amazônico (Henry-Vergolino e Figueiredo 1990:27).

Mocambo foi e é utilizada para identificar as comunidades negras da região Norte, especialmente do Estado do Pará. O termo quilombo também utilizado, é endógeno a elas, mas foi e é aceito por representar uma conquista das comunidades e por ser o termo presente nas Constituições Federal e Estadual que dizem respeito às comunidades remanescentes de quilombo. (Amaral 2014:81)

¹² Os autores citam Jean Copans (1974) que define e caracteriza os estudos de Roger Bastide (1960) e Édison Carneiro (1964) como uma duplicidade, ou seja, da inclusão científica e da exclusão ideológica, a qual pondera conhecer o outro, para posicioná-lo enquanto tal. Inclusão científica, segundo Copans, é por que Roger Bastide tomou a Amazônia como objeto de sua pesquisa; exclusão ideológica, pois em seguida descarta a existência de uma religião genuinamente africana na região. (Henry-Vergolino e Figueiredo, 1990:29)

Os autores ainda relatam que à época este modelo interpretativo supunha que na Amazônia existia um vazio demográfico. Isto igualmente foi ressaltado na década de setenta com o lema “integrar para não entregar”¹³. José Maia Bezerra Neto (2008) ao descrever este modelo do vazio demográfico, caracteriza estes estudos como sendo ideologizados, e que portanto, não consideravam as evidências contidas em fontes primárias acerca dessa presença africana. Assim, Neto acredita que Figueiredo (1976) trouxe um novo modelo interpretativo para se entender a escravidão negra na Amazônia.

O caso é que as fugas na Floresta Amazônica, consequência da formação de múltiplos ajuntamentos de escravos africanos, cresceram vertiginosamente a partir do final do século XVIII e com extrema força no começo do XIX, sob a pressão de diversos fatores econômicos, políticos e sociais. Dentre estes: a desorganização da lavoura em busca das drogas do sertão, onde fez os engenhos decaírem. A expulsão dos missionários e confisco de seus bens, dando oportunidade dos negros escravizados fugirem de suas dependências agrícolas e indústrias e das intenções de Mendonça Furtado. E por fim, o liberalismo francês e as ideias da independência do Brasil chegavam com aprazia aos ouvidos dos escravizados como um lance à liberdade iminente (Salles 1988: 218)

Eurípedes Funes (1996) fez um largo trabalho sobre a trajetória e o processo histórico dos negros no médio Amazonas (Curuá, Cuminá e Trombetas) utilizando da memória e de fontes escritas para esclarecer as micropolíticas de resistências destas populações no século XIX. Neste artigo, argumenta que embora na Amazônia a escravidão em termos quantitativos não se expressasse como outras regiões do Brasil que explorava minério ou café, o negro escravizado nesta região consistiu em parcela significativa da mão de obra para serviços domésticos, atividades urbanas e em especial na agropecuária. Esta ideia anunciada por autores que a Amazônia continha um vazio demográfico e que talvez fosse menos africanizada do que outras áreas, já foi largamente contestada (Gomes e Queiroz. S/D)

¹³ Vale ressaltar que a Ditadura na Amazônia empregou diversos empreendimentos pelos quais descartaram a presença das diversas populações que aqui já moravam. Pelas palavras do General Médici “terra sem gente para gente sem terra”, é criado um modelo econômico para a Amazônia sem precedência, onde os direitos dessas populações foram completamente usurpados. Atualmente este modelo desenvolvimentista ainda é levado em conta pelo plano de governo em diversas partes da Amazônia.

O fato é que desde a entrada dos primeiros navegantes europeus se concretizava e efetivava lentamente a presença de negros escravizados na região. Verônica Xavier Luna (2011:62) menciona que a entrada de mão de obra africana, “existiu desde que os colonizadores europeus, ao perceberem essa região como exótica aos seus olhos, fizeram-na de seus interesses, inclusive de disputa entre elas”. Mais adiante a historiadora busca nos estudos de Varnhagen (1905:222) onde enfatiza que desde a primitiva colonização, os “escravos com seus senhores adentraram a bordo nos primeiros navios que aqui aportaram”.

Embora, os mocambos nesta região do Grão-Pará, Maranhão e Amapá começaram a surgir no regime colonial, quando a agricultura ainda se fazia precária, exigindo a mão de obra escrava africana (Salles, 1988:218), Nilma Bentes (2013) recorda através de um registro que ao invés, como muita gente imaginava, dos escravos terem sido introduzidos na Amazônia pelos portugueses, foram trazidos pelos ingleses e também ressalta esta antiguidade:

(...) não por intermédios dos portugueses, como muita gente imaginara é que tenha ocorrido, mas graças aos ingleses que, nas últimas décadas do século XVI e na primeira do XVII, tentaram apossar-se do extremo norte do Brasil, numa aventura que não lhes assegurou o êxito imaginado. Nas feitorias que montaram entre a costa do Macapá e a zona dos estreitos, esses ingleses pretenderam realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente, do plantio de cana, para a fabricação de açúcar e rum. O braço africano foi trazido porque não desejavam os aventureiros da Britânia entrar em conflitos com o gentio local, do qual pretendiam a aliança interesseira e necessária, aliança que obtiveram e lhes assegurou o passageiro domínio que exerceram nas águas e terras da Amazônia [...] (Bentes 2013:17)

Mesmo Nilma Bentes não referenciando tal acontecimento, ao ler Flávio Gomes e Jonas Queiroz (S/D:141) citando Arthur Cesar Ferreira Reis, estes autores igualmente mencionam que os primeiros negros que chegaram na Amazônia foram trazidos por intermédio dos ingleses nas últimas décadas do século XVI e começo do XVII, data que tentaram se apossar do extremo norte do Brasil. Por meio das feitorias entre a costa de Macapá e a zona dos estreitos, os ingleses tentaram estabelecer a cana-de-açúcar para produzir açúcar e rum.

Entre os rios, as matas e a cidade, o território do Amapá se dilui em novas formas de organização, onde o negro teve que aprender a sobreviver em outras realidades impostas por situações e caminhos adversos. Neste momento em toda região Amazônica os escravos foram distribuídos conforme os eixos econômicos, e, nas palavras de Assunção José Pureza Amaral,

foram distribuídos para o Baixo Amazonas (Cacau), Marajó (pecuária), Baixo Tocantins (cana-de-açúcar), Macapá (arroz), etc. (Amaral 2014:96).

O cultivo de arroz em Macapá, de acordo com Rosa Elizabeth Acevedo Marín (1999), no século XVIII, respondeu por duas demandas; a primeira direcionava ao abastecimento local no momento da construção da Fortaleza e as vilas de colonização, servindo como ração de alimento ou pagamentos de tropas; a segunda demanda, vista como mais importante e mais delicada para a Coroa em termos econômicos, pois exigia despesas e custos variados, é a política de exportação para Lisboa.

Acevedo-Marín ao realizar reflexão sobre a introdução da rizicultura empreendida na época em Macapá, lança luz sobre diversos aspectos explorados pela colônia que corroboraram para consolidar um projeto político centrado em arquitetar uma “colônia agrícola e de guarnição militar” (op. cit.: 43). Gomes e Queiroz (S/D: 143) também aludem que a exploração de Macapá pelo interesse metropolitano é explicada por este duplo viés, ou seja, a defesa territorial e a exploração de gêneros pelos quais o capital comercial naquele momento precisava.

Mesmo a região produzindo outros gêneros alimentícios e de consumo, o arroz era o que visava o maior lucro pelos colonos na exploração centrada na mão de obra escrava. Desta forma, a autora visa compreender o modelo destas relações sociais entre os colonos e as instituições coloniais, cujo cotidiano era marcado por problemas centrais que poderiam interferir na organização de uma política agrícola.

Além da agricultura de arroz em Macapá, acrescenta-se a construção da fortaleza de São José e a edificação dos prédios públicos, que necessitavam mão de obra escrava. (Acevedo-Marín, 2009; Luna, 2011, Gomes 2009). De modo geral, a chegada de escravos à Macapá é relacionada sobretudo à construção da Fortaleza de São José (Gomes e Queiroz, S/D).

O trabalhador negro escravizado resistia e articulava fugas, contribuindo para construção de diversos quilombos e mocambos na região do Cabo Norte. Nestas situações adversas encontrava o meio ambiente como mais um dos obstáculos a serem superados. Estes locais a princípio inóspitos, para onde as escapadas se realizavam, não ocorreram somente no Amapá, mas pode-se dizer que pela região Amazônica,

(...) em tempos de festas, tempo de cheias, tempo da castanha – é o tempo da fuga. Os escravos buscavam o rio, à noite, em canoas tomavam os furos, os igarapés, passando de um lago a outro. Pelos paranás varavam de um braço a outro do rio. Adentravam pelo Amazonas, subiam para as cabeceiras de seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleciam acima das primeiras corredeiras e cacheyras, as “águas bravas” [...] Conhecer o ambiente se torna fundamental para o sucesso das fugas (...) (Funes, 2011:474)

Por outro lado, ao descrever a constituição dos quilombos no médio Amazonas, o autor acrescenta que a relação,

[...] quilombola/meio ambiente não foi fundamental apenas para a fuga, mas, principalmente, para a sobrevivência e reprodução dos quilombolas como organização social diferenciada da ordem escravista. O escravo, até então ocupado em atividades agropastoris e serviços domésticos, se viu diante de uma nova realidade, na qual, além da agricultura, devia caçar, pescar e praticar o extrativismo para a garantir a sobrevivência [...] (idem: 480)

Pelo visto, creio que esta estratégia de fuga era generalizada, pois diante desta situação, o que restava era dominar este ambiente e procurar territórios que lhe fornecessem condições tanto para refazer suas vidas em liberdade, como para a sua proteção militar. Neste sentido, no Amapá, os rios foram largamente explorados nestas estratégias à procura de uma vida livre. De acordo com Gomes (1999), enfrentar as escarpadas matas, nem pensar, pois seriam mortos pela fome ou capturados por serem presas fáceis, por isto, os fugitivos optavam pelo mar e/ou rios que cortavam a região. Se prestarmos atenção às localizações dos quilombos do Amapá se encontram da mesma maneira às margens dos rios.

Na Bacia do Rio Araguari, umas das principais do Estado do Amapá, na literatura que consultei, ocorreu uma concentração de fugas, pois esta região, por ser uma área de fronteira, decorrente de um ambiente com disputas entre a França e Portugal, se tornou um caminho desejável entre os fugitivos escravizados pela instabilidade entre estes países.¹⁴ Por outro

¹⁴ O Estado do Amapá tem uma considerável hidrografia e também um importante ambiente aquático. A sua zona costeira é estabelecida como divisão dos seguintes setores: Setor Costeiro Atlântico ou Oceânico, que compreende a extensão do Cabo Orange ao Cabo Norte, que se situa próximo à foz do Araguari. A partir da foz do rio Araguari, até o final da planície costeira, onde fica o município de Vitória do Jari, encontra-se o Setor Amazônico Estuarino, que sofre forte influência do Rio Amazonas. Além destes, o Estado possui muitas ilhas e lagos. O sistema lacustre é influenciado pelos corpos fluviais e flúvio marinhos, compondo então um importante conjunto de corpos d'água do Amapá, situados na extensão da planície costeira. As águas do interior, por sua vez, são reveladas pelos rios das bacias que pertencem à região Hidrográfica Costeira do Norte, cujos rios deságuam no Oceano Atlântico, como,

lado, esta região por ser de fronteira, era a que mais causava apreensão entre as colônias (Gomes 1999, Luna 2011).

Este rio, de acordo com Luna (2011) era um destino esperado onde os escravos da cidade de Macapá procuravam por meio de suas fugas. Assim ela argumenta que o Araguari se tornou um tipo de “arquimediano para os africanos, área onde eles se faziam protegidos” (op. cit.:27). Por outro lado, na região de Pesqueiro, no rio Araguari, índios da povoação do Ananim atacaram um mocambo dos pretos fugidos de Macapá, aprisionando 20 e matando sete. (Gomes e Queiroz S/D:149)

Mais adiante autora esclarece que,

(...) No caso dos trabalhadores africanos, ou seja, os fugitivos enxergavam nesta geografia do rio Araguari um sentido de autonomia para suas decisões e ações. Este fator contribuiu para fazer desse território de fronteira um espaço de “terra de ninguém” propício para a entrada de fugitivos e indígenas, destarte essa área ia se enchendo de acampamentos e mocambos (...) (Luna 2011:101)

Gomes (1999:225) acrescenta que na região de fronteira do Cabo Norte, havia interesses ingleses, franceses, holandeses e espanhóis, caracterizando como uma “fronteira móvel, uma vez que eram alvos de constantes disputas, principalmente na segunda metade do século XVIII”. Desta forma, mais que as “florestas propriamente ditas, era a região da fronteira o lugar mais seguro para fugitivos e quilombolas” (op. cit.: 233).

Esta mobilidade criava, além destas disputas, um ambiente vulnerável que os mocambos aproveitavam para não se isolar, podendo por meio das brechas, negociar ou trocar suas mercadorias formando uma economia própria e uma sociabilidade entre outros grupos emergentes. Em outros escritos, Gomes informa que na região situada entre os rios Araguari e Oiapoque, os estabelecimentos de mocambos deram origem a vários conflitos, apesar do Governo francês ter decretado a abolição definitiva da escravidão nas suas colônias a partir de 1848. (Gomes e Queiroz S/D:155)

por exemplo, o rio Oiapoque. Já ao sul, a bacia do Araguari, onde se encontram os rios amapaenses, que desembocam no Rio Amazonas. Estes, pertencem à Região hidrográfica do Amazonas e seus principais rios, são: Vila Nova, Maracá, entre outros (IBGE 2004)

Embora os pretos encontrassem refúgio nesta região, o fato é que os caminhos não estavam abertos livremente, podendo ocorrer infortúnios se fossem descuidados, pois mesmo sendo uma terra de ninguém, é preciso lembrar que estavam fugindo de um regime, cuja função econômica centrava-se nas mãos destes homens e mulheres negras escravizadas. Gomes (1999:231) explica que estas estratégias de escapar e a consequente formação de mocambos, eram mais um “ingrediente naquele caldeirão”.

Este “caldeirão” era consequência da instabilidade na fronteira, que permanecia repleta de disputas e conflitos entre as colônias. Assim a fronteira era, “para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto Amazônico” e por consequência estes “quilombos estavam mesmo na fronteira da liberdade e eles sabiam disso. As autoridades ficavam alarmadas” (op. cit.: 233-236).

Portanto, é notável que no Araguari desenvolveram-se os mocambos que sem dúvida foram, “os mais populosos, estáveis e considerados bem antigos” (op. cit.: 253). Porém a peculiaridade desta localidade, não desconsidera que a região do Amapá tivesse uma gama de outras insurreições, tendo em vista que quilombos e mocambos surgiram por quase toda parte. Igualmente não se devem ignorar outras rotas pelo Baixo e Alto Amazonas ou diversos rios, considerados outros destinos tão importantes quanto, porém percebe-se que no Amapá a característica de ocupação é notavelmente distinta.

Vicente Salles escreve que o destino natural do negro fugido era o mocambo (1988:210) e que nas regiões do Amapá e da Guiana ocorreram diversas fugas, sobretudo depois de alguns acontecimentos políticos. Pelo lado brasileiro, “somente após a Cabanagem, quando se refez o regime da escravidão, que a revolução popular havia desorganizado, procuraram fugir mais frequentemente naquela região (Caiena) (op. cit.: 223)”. Por meio de abundante documentação o autor também anuncia que houve fugas em ambos os sentidos e levanta as estratégias de ocupação e fugas cometidas por eles. Sobre a região o autor escreve sobre o episódio da República do Cunani, originária de um núcleo de escravos fugidos e que se localizava no ano de 1885 (ainda se localiza) entre a região do Oiapoque ao Araguari.

Se na história pré-colombiana, o Amapá foi sede de encontros (ou a capital) entre diversas etnias indígenas, percebo através dessas leituras, que no século XVIII e XIX destacam-se os negros, pois esta região era ponto estratégico das fugas, uma vez que estes destinos

igualmente ofertaram encontros entre inúmeras etnias vindas da África, com os próprios indígenas ou com outros agentes da sociedade escravocrata. Estes caminhos eram as rotas entre o Pará e o Platô das Guianas e pelo labirinto verde e pelas águas “bravias”¹⁵, certamente ocorreram trocas interculturais da mesma importância que a dos indígenas dos séculos passados.

A propósito, o Maruanum com seu rio sem dúvida fez parte desse caminho entre as matas e a cidade. Afluente do rio Matapi, que por sua vez verte no Amazonas pela cidade de Santana, seu percurso é realizado por canoa pelos moradores do Maruanum, dependendo do favorecimento das marés, um percurso que dura poucas horas remando ou de rabetá.

Luna (2011:65) relata que uma das medidas de Mendonça Furtado, então governador do Grão-Pará foi implantar “uma aldeia de leigos em 1753, denominada Vila de Santana, às margens do Rio Matapi, justamente para assistir com mão-de-obra os colonos da vila de Macapá”. Além disso, é perceptível, pelo quadro abaixo, que no Matapi também instalaram-se mocambos em épocas distintas.

Mocambos na região colonial do Amapá (1734-1804)

Data	Local
1734	Amapá
1762	Amapá
1763	Amapá – Rio Camarupi
1765	Amapá (2) – Rio Matapi
1766	Amapá – Cabeceiras do Araguari
1779	Amapá
1785	Amapá – Mazagão
1788	Amapá
1792	Amapá
1793	Amapá (2) – Rio Pesqueiro
1794	Amapá - Araguari
1797	Amapá – Araguari

¹⁵ Funes (2011:475) lembra que as fugas individuais e coletivas de escravos no médio Amazonas tinham como fim e destino as águas bravas, pois quando conseguiam transpor as matas e alcançar estes locais, o negro conseguia romper com sua condição de escravo.

1798	Amapá – Mazagão
1803	Amapá – Vila de Iguaçú
1804	Amapá – Rio Matapi

Modificado de Gomes (1999:269)

Em outro momento este autor também, recorda que :

Pela via fluvial, construindo canoas¹⁶ e jangadas, aventuravam-se. Do Amapá, em 1765, vinham informações de "alguns pretos terem passado o Rio Matapi em jangadas" e que poderiam ser encontrados "nas campinas do Rio Uanará-Pecú e nos lagos do Rio Arapecú aonde também se encontrarão vestígios certos de eles ali andarem (Gomes 1999:230).

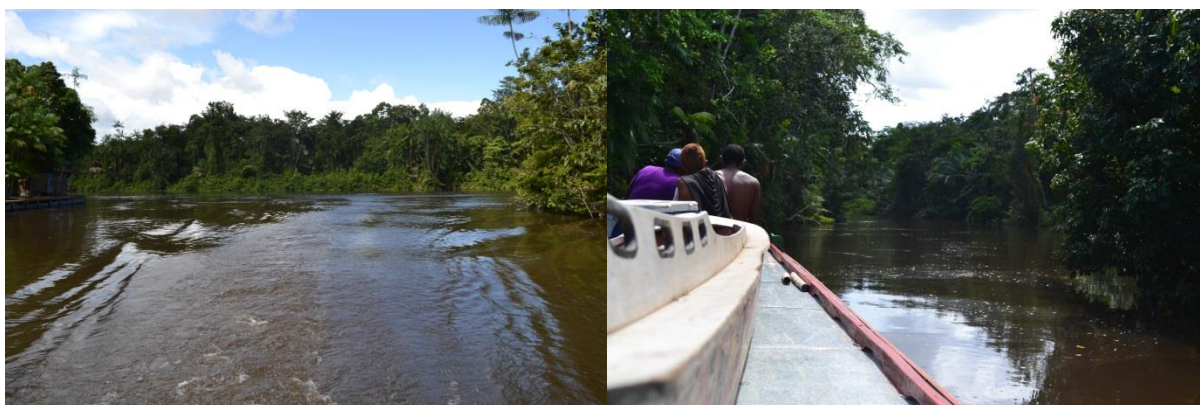


Figura 05: Imagem à esquerda mostrando o encontro do Rio Marunatum com o Matapi. A direita imagem mostrando a navegação pelo Rio Marunatum.

A vila do Carmo, nas palavras do Sr. Matias, é a mais nova de todas as outras vilas que ali existem, sendo a Vila Conceição a mais antiga e nesta hora ao perguntar como surgiu ele me relata da seguinte forma:

Matias: A vila do Conceição foi o seguinte: Assim que terminou a escravidão, os negros se refugiaram por medo de represália, né? E Conceição foi um dos lugares onde eles se refugiaram. Então foi a primeira vila que foi habitada e daí que começou a se espalhar para outros lugares, né? A Conceição foi a primeira, depois o Santa Luzia, depois São José, depois a Ilha dos Bois.

¹⁶ Vive na comunidade do Marunatum um senhor que ainda faz canoa da forma antiga, ou seja, em um único tronco de madeira cujo interior é escavado e trabalhado, produzindo uma embarcação bastante utilizada entre os indígenas da Amazônia. Porém, atualmente a técnica deste fazer está se perdendo.

Primeiro era Ilha dos Bois, agora São José, né? Então todas, assim por diante, se criaram.

Eu: Então foi pelos escravos Sr. Matias?

Matias: Foi pelos escravos, tanto que hoje na Vila do Maruanum estão se reconhecendo como afrodescendentes.

Eu: E o senhor acha que esta cerâmica é afrodescendente também Sr. Matias?

Matias: Não, ai já era indígena, né? Porque quando chegaram aqui os primeiros moradores, na Vila Conceição, encontraram um casal de índios. O índio chama-se Maru e a índia Anu. Dai produziram (a cerâmica). Morreu a Anu e ficou o Maru. Ai depois falavam, vou visitar a Maru, vou visitar Anu e com isso ficou Maruanum. E já encontraram algumas peças de cerâmica feita por estes índios. (Entrevista cedida no dia 16/07/2015)

Esta narrativa do Sr. Matias é riquíssima, ofertando diversas informações. O rio Maruanum, assim como o Rio Araguari, eram lugares para se refugiar, isto é, um lugar de proteção e segurança, que pelo conhecimento do Sr. Matias, é bem sabido que os fugitivos sofriam represália. Além disso, os fugitivos precisavam encontrar um lugar para habitar, pois vivam presos no regime de escravidão. Portanto, habitar um lugar corresponde à liberdade de viver, plantar, caçar, pescar, dançar, enfim, gerar a vida além das amarras. Deste modo, o Maruanum da mesma maneira dos mocambos espalhados pelo Amapá, também nasceu em um ambiente de resistência.

Sua narrativa revela que a Vila Conceição, sendo a mais antiga, foi o primeiro lugar no Maruanum¹⁷ entre as outras comunidades que foram sendo habitadas, mostrando o caminho pelo qual houve a ocupação de seu território e como ele ainda se faz presente na memória. Isto demonstra que o território é parte simbólica da construção da memória correspondendo um elemento de sua história ainda viva. É interessante observar também como que cada comunidade foi se criando por meio de sua permanência na terra e desconstruindo aparentemente este caminho adverso.

O senhor Matias claramente explica o reconhecimento da Comunidade enquanto afrodescendente, pois atualmente estão procurando seus direitos que outrora foram

¹⁷ Em conversa com Sr. Alcides gentilmente me evidenciou um documento de terra cuja época remonta ao final do século XIX.

negados, assegurando de fato sua identidade e seu modo de vida. Assim na emergência e na busca destes direitos, esta consciência acima de tudo, é política e igualmente histórica. História ligada aos seus antepassados e na luta que tiveram para estabelecer suas vontades. Por fim, o Sr. Matias diz que na Vila do Maruanum estão se reconhecendo como afrodescendentes, é porque apesar de seu direito de permanecerem efetivamente no seu território, ainda são ameaçados pela falta da titulação definitiva que assegura sua permanência na terra e o futuro das próximas gerações.

É provável que a relação com este saber sobre a cerâmica advenha desde episódio¹⁸. A cerâmica do Maruanum, claramente é um dos resquícios do passado que ainda se constrói e permanece no presente. Sua temporalidade secular ainda se mantém através do fazer e apreender deste costume materializado nas cerâmicas ainda presentes nos quintais, na varanda, na cozinha, no jardim, no rio, no olfato, na mata, na casa de farinha, na roça, etc. Além disso, se atento observar, é visto que ela é parte do mito do nascimento da comunidade, pois, de acordo com a narrativa do Sr. Matias, Maru e Anum é o casal indígena que fazia louça e que ensinou aos escravos o conhecimento de "tecer" o barro neste novo ambiente.

Estas trocas interculturais que seguramente aconteceram no âmbito de fugas na Amazônia, igualmente ocorreram nestas rotas da liberdade e pelos "segredos da Floresta"¹⁹ do Amapá colonial. Ao compreender a etnogênese da comunidade do Maruanum, Henriques (2011) igualmente se apoia na mesma narrativa do Sr. Matias. Reitero seus escritos apoiando-

¹⁸ Não descarto a possibilidade das escravas fugidas que chegaram ao Maruanum, já tivessem em África alguma experiência na prática de fazer a cerâmica. Porém neste trabalho não me atento neste sentido por demasiado que seja o assunto e também não é o objetivo. Porém é uma possibilidade a se trabalhar posteriormente com as questões que possam mapear etnicidade e a possível rota e origem dos escravos que chegaram ao Maruanum.

¹⁹ Neste momento Flavio Gomes (1999:272) oferece explicação que por meio dos segredos da floresta, estratégias e fugas de indígenas e africanos, isto é, entre estes dois setores da sociedade colonial ocorreram e formulavam contatos interétnicos. Estas trocas e intercâmbios de bens entre os indígenas na região das Guianas ver "Redes de Relações nas Guianas (Gallois 2005)". Gabriel Coutinho Barbosa (2005:62) diz que "entre o final do XVII e XVIII, houve uma imigração maciça de escravos negros fugidos das plantações de cana-de-açúcar da então Guiana Holandesa para as florestas ao sul. Lá eles constituíram grandes organizações tribais, dividindo-se em três grupos maiores e rivais: Boni (ou Aluku), Ndjuka e Saramaka, chamados genericamente de *mekoro* pelos povos indígenas da região, embora reconheçam suas diferenças. Com a concentração populacional em zonas de refúgio, eclodiram e acirraram-se os conflitos entre os grupos indígenas, envolvendo também os grupos de escravos negros."

me em Flavio Gomes (1999), cuja fonte possibilita a veracidade da narrativa histórica do Sr. Matias. Juntamente com estes escritos, esta narrativa ressalta a importância dos caminhos sobre as águas, pois justifica o nome da comunidade do Maruanum ser homônimo ao rio.

Flavio Gomes (1999:276), discorrendo sobre contatos e redes de solidariedade entre índios e negros, explica que, no final do século XVIII, nos mocambos da “região de Macapá índios da nação Marauanu estavam refugiados com os pretos”. Embora o autor não seja claro quanto à localização exata destes indígenas, este ponto é bastante elucidativo sobre a pertinência da explicação que faz referência ao casal de índios Maru e Anu.

1.3 “Quando eu me entendi”

De manhã bem cedo, já de saída, recebo uma ligação confirmando que a van que nos levaria já estava chegando. Chegando ao local combinado, o transporte e as pessoas que participariam da primeira oficina do projeto já estavam presentes. Esperamos mais uma integrante chegar e com a van lotada partimos para o Maruanum. Dentre estas pessoas estavam as lideranças de outras duas comunidades quilombolas que fazem parte do projeto (Curiau e Campina Grande), um oficinairo e outros participantes.

No caminho de uma hora e meia para a comunidade fui conhecendo as pessoas e nesse momento observei mais que participei. Mesmo assim tentei estabelecer minimamente uma aproximação. Ainda que neste trajeto tenha conversado com um ou dois integrantes, neste primeiro momento, como ainda não estava me sentindo seguro no ambiente, não considerei oportuno agir de forma intrusiva e confesso que fique mais como espectador.

Chegando à Santa Luzia uma parcela da comunidade já estava esperando no Centro Comunitário, local no qual acontecem os diversos eventos. Com os bancos já dispostos em semicírculos, todos estavam sentados conversando. Assim que entrei avistei três louceiras (Dona Castorina, Mundoca e Mariquinha) e fui conversar com elas.

Depois de pouco tempo as coordenadoras do projeto iniciaram as falas. Dentre estas me chamou atenção a preleção de Josilana Santos ao dizer que “não era uma luta somente pela terra, mas de pertencimento”. Creio que a louça do Maruanum e os fragmentos encontrados na comunidade igualmente fazem parte desse pertencimento. Dona Marciana, ao ser perguntada como a louça poderia colaborar neste processo de titulação de suas terras, esclarece:

Dona Marciana: Desde que eu me entendi já tinha gente fazendo estas peças. Já tinha que amassar bacaba e coar açai.

Fabício: O Santa Luzia hoje em dia está “transformando” em quilombo, né? A senhora acha que nesse processo político a louça poderia colaborar?

Dona Marciana: Olha não tem problema nenhum não. É porque o Santa Luzia já está nos Quilombos mesmo, e como a gente não parou de fazer a louça, ainda estamos trabalhando, colhendo o barro e sempre fazendo o nosso trabalho.

Dona Marciana Nonata Dias, com 65 anos de idade, viúva do Sr. Raimundo Lemos da Costa, aprendeu a fazer cerâmica “roubando o barro” quando criança da Dona Raimunda Costa Silva, mãe de Dona Deusa, que apresento mais à frente. Ela é uma senhora bastante articulada politicamente tanto no Maruanum quanto na cidade de Macapá. Além disso, foi presidente da ALOMA desde sua criação no dia 11 de julho de 1992. De acordo com os estatutos e o objetivo disposto na Ata inicial e acordada na primeira Assembleia da Associação, o interesse em se transformar em pessoa jurídica era o de promover a defesa econômico-social de seus membros.

Atualmente mora em Macapá, local que facilita muito suas articulações entre a cidade e comunidade, porém ainda com residência no Maruanum, ela sempre está presente para resolver diversas questões. O grupo de Marabaixo do Santa Luzia, da qual ela é presidente é bastante requisitado quando há festejos em outras comunidades que promovem a festa. Neste grupo, além de ser a “chefona”, exerce o papel de uma excelente ladrão²⁰ de marabaixo, tendo composto diversas músicas. No Maruanum há dois grupos de Marabaixo, um composto pela comunidade de Santa Luzia e outro recentemente criado na comunidade de São João do Maruanum II pela família de Cadinho. Mesmo tendo sido criados nestas duas comunidades, representa também pessoas das outras comunidades, que participa ativamente dos festejos de ambas.

Dona Marciana compreende muito bem as histórias sobre a louça e sempre está à frente em eventos relacionados ao ofício e outros assuntos. Sua determinação em promover

²⁰ Em minha experiência de campo não ouvi referência se há o temo “ladra” de marabaixo, não havendo assim uma distinção de gênero.

a permanência e divulgação da louça, entre os interessados que a procuram, nos mostra uma preocupação em manter este patrimônio material e imaterial do Estado do Amapá, cujas referências ela muito bem sabe. A cerâmica, além disso, é também uma fonte de obtenção de renda para elas; e sem determinação é provável que o fazer possa se extinguir pela falta de matéria prima, interesse dos mais jovens e ausência de políticas de promoção e valorização cultural. Disso não só a Dona Marciana tem consciência, mas todas elas.



Figura 06: Dona Marciana.

A expressão “desde que me entendi”, utilizada por Dona Marciana, também foi ouvida na ilha Caviana, onde Juliana Salles Machado (2014: 301) coletou narrativas históricas com seus interlocutores. A autora descreve a história como um processo inerente ao presente, que é vivido e constantemente reconstruído pelas pessoas em seu cotidiano (op.cit.: 288). Esta expressão, “desde que me entendi”, enunciada por algumas louceiras e pessoas do local, parece uma prática comum.

Esta narrativa mostra que as pessoas se entendem a partir de sua história, das vivências e das circunstâncias de pertencimento àquele lugar de infância, onde seu próprio entendimento, se realiza diante das escolhas de um passado seletivo. Não parar de fazer a louça corrobora a afirmação da tradição e desse passado que deve ser seguido, tampouco

esquecido, pois Dona Mariquinha considera importante que a louça continue a ser feita da forma tradicional:

A nossa tradição é essa, de fazer a louça só mesmo com o caripé, feito manual. O pessoal quis botar um torno aqui para nós, ninguém quis, ninguém aceitou. A gente quer só essa mesmo. Por que a gente nunca trabalhou com essas coisas, né? Só trabalhamos assim mesmo, não adianta a gente ir e botar um torno aqui. Vai fazer um serviço de louça e não ter para quem vender... a gente gosta é fazer no manual mesmo. (Entrevista concedida no dia 06/05/2015)

Para dar continuidade à reunião, pessoas de outras comunidades, com suas experiências sobre o tema, também foram ouvidas. Após relatarem suas vivências, me apresentaram para explicar meu projeto, oportunidade que tive para esclarecer minha presença, minhas intenções, sobretudo consultar previamente se estariam de acordo. Embora já tivesse visitado a comunidade algumas vezes, considero que minha entrada na comunidade do Maruanum ocorreu nesta ocasião.

Este projeto com responsabilidade da Prof^a. Irislane Moraes (Unifap) e Josilana Santos (AJOMPROM) têm como objetivo principal promover ações político-culturais visando articulação de três Comunidades Quilombolas do Estado do Amapá. Através de oficinas temáticas, este projeto pretende possibilitar o fortalecimento e compreensão de temas que tivessem como fim seus direitos etno-territoriais (Moraes e Santos 2014). Portanto, as louceiras e a comunidade estão querendo este direito e ausentar-me dessa discussão, seria desconsiderar essa demanda.



Figura. 07: Reunião com a comunidade.

Ao perguntar para Dona Marciana se ela achava interessante este processo da Comunidade “se tornar quilombo” prontamente me responde e esclarece alguns entraves internos:

Depois que foi transformado em quilombo. No Curiau é quilombo, é o primeiro quilombo é do Curiau. De Brasília veio o presidente (da FCP) para transformar em quilombo as comunidades. Aquela comunidade que não quisesse se tornar quilombo, não seria beneficiada com nada. Ai até que houve uma confusão lá no terreno. Depois que lá virou quilombo, não sei se o senhor já sabe dessa história? Este camarada queria tomar o terreno dos outros. E o meu terreno, estende com o do Dicão. Ele comprou uma casa aquele que é do irmão dele. Foi até ministério da Justiça. (Entrevista concedida no dia 24/07/2015)

Além desses problemas internos, ocorrem na Amazônia diversos conflitos em torno de territórios tradicionalmente ocupados, em função de interesses capitalistas e do desenvolvimento (Mesquita 2011; Almeida 2011a, 2011b; Becker 2014). Assim, recentemente há na Amazônia brasileira uma dinâmica de redistribuição espacial onde grandes empreendimentos, ações governamentais, antigas práticas de apropriação indébita, etc, são redimensionadas pelas disputas de territórios, por meio do uso da terra, concentração e centralização fundiária (op.cit.). No Amapá não se realizam de forma diferente.

Tendo em vista as demandas acerca dos direitos territoriais, estudos desde a constituição de 1988 tentam compreender como se dá atualmente a caracterização de um

quilombo tentando alçar, desta maneira, imperativos de ressemantizar a palavra quilombo (Boyer 2009). Não podemos esquecer dos antecedentes de lutas pelo movimento negro, pois através deste histórico de lutas é que a demanda por reconhecimento dessas populações pelo Estado relativamente toma a pauta. Especificamente neste período de 1988 e de redemocratização, seus direitos territoriais são especialmente postos em questão devido à complexidade de caracterizar e nomear o que é um quilombo, pois nesta tentativa de caracterizar, seria possível permitir por vias legais os seus direitos de permanência e uso das terras.

Por uma “etnoarqueologia da vida-história da formação do território” ou uma “etnoarqueologia do território” Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira argumentam que,

(...) as questões étnicas e raciais também passaram a integrar a pauta de atuação dos órgãos do governo, cada vez mais acionados a instituir procedimentos administrativos que visam assegurar direitos a essas coletividades” (...) “O fato é que a redemocratização da sociedade brasileira tornou possível a organização dos índios e quilombolas em torno da defesa de seus direitos. Isso também é feito a partir da elaboração de estratégias políticas por parte destes autores sociais, em busca de uma aproximação com segmentos aliados na sociedade nacional (...) (Eremites Oliveira e Pereira 2010:186-192).

Atualmente, estes termos passam por ressignificações onde a concepção de quilombo ocorre por várias estratégias (Arruti 2006; Gusmão 2007). Em meio a isto, o auto-reconhecimento é parte fundamental nesse processo de afirmação das identidades. Portanto o direito a terra está ligado ao conceito de território que do mesmo modo está ligado à suas lutas e reivindicações.

A terra, alerta Gusmão (2007), “é um ser vivo de mesma natureza; sua relação com ela está centrada em ritos, mitos, lendas e fatos. Memórias que contam sua saga, revelam sua origem e desvendam, além da própria trajetória, a vida em seu movimento”, sendo assim, “o espaço da terra é o espaço de uma existência material e imaterial, onde cria e recria a cultura própria”. Ainda conforme a autora, nota-se que o “território é condição essencial que define quem são os grupos negros, onde estão e por quê (op. cit.: 145-149)”. Portanto, o “território não existe em si, ele é impensável fora de um contexto de ação e de atores” (Acevedo-Marín e Castro 2004:62).

Isto ocorre por esses termos serem indissociáveis, pois para entendê-los há a necessidade de também entendermos a fluidez que esses conceitos nos trazem, ou seja, “a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos de identidade e território” (Schmitt *et al.* 2002:04). Com isso, o termo em questão indica: “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (Garcia in: Andrade 1997:47 *apud* Schmitt *et al.* 2002:04). Assim Schmitt acrescenta que “este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão de identidade étnica e da territorialidade” (op. cit.: 04)

As pessoas da comunidade ao trabalhar o roçado afirmam que há vestígios como “igaçabas inteiras, caco de alguidar ²¹e cacos de louças” (Silvani 2011:45). Da mesma forma Coiroló (1991:93) afirma em seu trabalho que “sobre as margens dos rios Maruanum e Macapi existem vestígios arqueológicos” e, desta forma, há duas décadas a autora propôs “a realização de uma prospecção para a programação de uma pesquisa sistemática e metódica de caráter etnoarqueológico”.



Figura. 08: Imagens do Rio Maruanum e da Comunidade do Torrão do Maruanum.

No local as histórias sobre estes vestígios são sempre lembradas, e ora estas histórias são relacionadas aos indígenas que ali estavam no momento em que chegaram, ora são

²¹ Os alguidares presentes em suas memórias como referido antes.

mencionados como se fossem dos primeiros moradores do Marunaum. Participando das atividades com as louceiras, no roçado com dona Carmosina, presenciei pelo caminho alguns fragmentos de cerâmica. Isto igualmente aconteceu quando descascava mandioca e fazia farinha com dona Ana. Na hora do intervalo e do café caminhei ao redor da casa de farinha e também observei outros cacos de cerâmica.

Dona Ana: cerâmica dos antigos, dos primeiros donos. Pais desses novatos. Pai e avô.

Fabrício: Eles faziam cerâmica?

Dona Ana: Todo mundo! Estes que sabem. A minha avó fazia, a minha tia porque era tia do papai. Aqui, o que eu sei, tinha louceira velha, muita louceira que morava e que aqui faziam. O nome dela era Miritina. Aqui nesse pedaço (Santa Luzia). Tinha muita louceira que tinha aqui nesse pedaço. Aqui! Aqui nessa vila só era ela. Que eu saiba né? Agora eu não sei se tem outra. Tem outras louceiras fora daqui, mas aqui mesmo só era ela.

Fabrício: Não poderia ser de índio essa louça?

Dona Ana: A louça do índio não leva caripé. A louça do índio só é argila mesmo. Não leva o nosso material. Não leva argila e não leva a jutaicica. A dele só mesmo feita, botado no fogo e queimada e pronto. A dele não tem esse material. Só é mesmo a nossa que a gente faz.

Fabrício: A senhora vê muito caco desses?

Dona Ana: Vê! A gente acha cada pedaço grande aí pela roça. (Entrevista concedida no dia 12/05/2015)

Dona Ana da Costa, neta da Dona Eva que “fazia do pote ao prato”, com seus 50 anos, solteira e que cuida de seus filhos e netos com uma atenção redobrada, também é considerada uma louceira experiente. Ela aprendeu o ofício com “a tia Angelina, mulher do Tetê”. Ultimamente, pela escassez de matéria prima, ela anda desencantada com o ofício. Com ela acompanhei a dura prática de fazer farinha, cujo aprendizado foi extremamente valioso e cansativo. Confesso que acompanhar esta tarefa foi bastante penoso e no final do dia estava completamente esgotado, ao contrário de Dona Ana que mesmo magrinha e com pouca estatura, ainda se mostrava vigorosa diante daquele dia que começou às sete horas da manhã e terminou às 20 horas.

Com uma voz linear, de poucas palavras, por meio de sua aparente seriedade narrava histórias pontuais. Moradora do Santa Luzia, praticamente cuida da casa sozinha e suas palavras “Eu não gosto de depender de ninguém”, demonstram assim como as outras louceiras, que Dona Ana é consciente como poucas de sua condição de mulher independente.

Quando estive em sua companhia a presenciei vendendo urucum (colorau), galinha e fazendo a farinha. Nesta época, algumas pessoas da vila e sua filha Carol estavam com dengue, fazendo Dona Ana viajar algumas vezes à cidade para acompanhamento.

Logo de manhã fomos buscar na casa de farinha os sacos para colocar a maniva e de início sentimos os perigos de andar desatento pelos lugares, pois Dona Ana ao pegar seu tênis que estava neste local, de súbito saiu uma pequena cobra de seu interior. Tanto eu como ela ficamos assustados e ela exclama “ Olha uma cobra, eu tenho medo! Uma jararaca. Fui bater o tênis e ela pulou! Olha é ainda uma do rabo amarelo” (caderno de campo: 12/05/2015). Já não andava desrespeitando os lugares, mas depois desse pequeno incidente, fiquei ainda mais cuidadoso.



Figura. 09: Dona Ana em casa e no roçado.

Estava acompanhando Dona Ana a trabalhar na casa de farinha, e no momento estávamos descascando a mandioca. No intervalo andei ao redor da casa e encontrei fragmentos de cerâmica no chão. Alguns tinham como tempero o caco moído, quartzo e laterita, achados em meio a piçarra ao lado onde estávamos. Ao dialogar e ingenuamente tentar mostrar a diferença que existe entre o fragmento encontrado e a cerâmica do Maruanum, Dona Ana diz que os cacos são daquele jeito devido ao tempo, me fazendo entender que meu conhecimento sobre aquele assunto ainda deveria ser percebido de forma mais relacional.

Dona Ana: Ah, estes dai estão assim porque já são muito antigos. Isto já é material muito velho já. E já estão misturados com a própria terra mesmo, com a areia da mata. Eles são muito antigos. (Entrevista concedida no dia 12/05/2015)

Por minha surpresa e agrado, em meio à atividade de ralar a mandioca e a conversa, Dona Mariquinha chega na casa de farinha. Neste momento aproveito e mostro os cacos que encontrei e dona Ana reitera o que havia me falado.

Dona Ana: Eu disse para ele que isto é muito antigo e estava enterrado na terra. E quando ele aparece é assim. Que a louceiras antigas daqui ainda é a mesma coisa. Fazia com caripé e não fazem assim. Faz liso assim só é mesmo os índios para lá. Mas eles não usam esse material. (Entrevista concedida no dia 12/05/2015)



Figura. 10: Fragmentos encontrados ao lado da casa de Farinha.

Ao perguntar à Dona Marciana como ela e as antigas conheceram ou aprenderam as peças no Maruanum ela recorda de sua avó e “desde quando se entendia”.

Dona Marciana: Quando eu me entendi, minha avó já dizia que a mãe dela fazia as peças. Quando o pessoal ia para o mato roçar, achavam por dentro da mata aquelas igaçabas, os pedaços de alguidar tudo quebrado. Ai eles traziam junto só um pedacinho do alguidar. Daí eles chegavam e mostravam que era dos índios e dos escravos que faziam. A minha tia do modo que ela via as igaçabas ela fazia. Os potes tudinho também. Ai os alguidares a gente já sabia como era, a gente via tudinho né? (Entrevista concedida no dia 24/07/2015)

Dona Nazinha, antiga louceira e mãe de Dona Mariquinha, recorda as histórias de quando chegou na comunidade e relata que anteriormente na “antiguidade” dos negros escravizados e dos índios encontravam os potes pelas matas.

Dona Nazinha: Quando eu cheguei (no Maruanum) poucas coisas falaram pra gente e não gravo tanto na cabeça, né? Mas eu sabia que tinha esses escravos, tinha índio por ai e andavam escondendo por ai pelo mato este negócio de pote e de barril. Isso tudo eu sei. E chegava um bocado de gente e dizia que tinha esses tachos enterrados por ai. Isto eu sei. Aqui para baixo tem um campo grande, tinha cada tacho grande que na antiguidade

enterravam. Agora não sei se ainda tem, tem que tirar. (Entrevista concedida no dia 28/05/2015)

As percepções que as comunidades têm sobre estes vestígios arqueológicos é uma excelente investigação a se fazer para entender suas histórias. Estas interpretações também certamente contribuem para entender a memória e a ocupação da comunidade. Desta forma, como muito bem salientou Fabíola Silva ao realizar investigação semelhante entre os Assurini:

(...) É preciso entender a incorporação dos vestígios arqueológicos no cotidiano Asurini – independentemente de uma continuidade histórica comprovada entre eles e aquelas populações que os produziram – como um dos aspectos da construção e manutenção da sua identidade étnica na medida em que são elementos materiais que falam *para eles* sobre a sua ancestralidade e contribuem para a manutenção da sua memória cultural. Cabe lembrar que esta percepção e utilização dos vestígios do passado é algo compartilhado por diferentes populações em todo o mundo e tem sido usada como argumento político para a manutenção de seus territórios (...) (Christie-Shults 1992; Eluyemi 1994; Layton 1985, 1989 *apud* Silva 2002:184).

Em outro momento a autora também afirma:

(...) a atuação mais intensa das populações amazônicas em busca da autodeterminação e da construção da sua própria história obriga o pesquisador a rever a interpretação do registro arqueológico, no sentido de refinar as relações entre os contextos do passado e do presente (...) (Silva 2009:34).

As questões ontológicas que discuto no segundo capítulo estão presentes tanto em comunidade indígenas como nas comunidades afrodescendentes. Desta forma conforme as narrativas e a bibliografia, percebo que nesse primeiro momento da ocupação do Maruanum, houve contatos interétnicos e de intercâmbio comercial entre estes grupos tradicionais, expressando desta maneira, parte de sua história.

Isto, ao meu ver, não desvaloriza sua história e muito menos a identidade de descendentes de africanos, ao contrário, como estas identidades foram forjadas em meio a novas formas de viver em locais inóspitos, cuja escravidão os fizeram passar, demonstra novas formas de resistências contra períodos de repressão apreendidos em tempos coloniais.

Assim esta afirmativa, voltada na compreensão do estudo da cerâmica, suas imbricações cosmológicas e sobre os contatos interétnico, neste momento, alinha-se com as expressões materiais da cultura e desta forma:

(...) favorece o delineamento do perfil da sociedade e fornece elementos importantes para o conhecimento da história do grupo, já que a cultura material constitui testemunho complementar de informações sobre

migrações, contato intertribais e interétnicos, desenvolvimento das técnicas, etc. (...) (Vidal e Silva 1995:376)

Ao falar de identidade do Maruanum e como eles se reconhecem, pelo momento que estão vivenciando, logicamente a maioria se identifica enquanto negros descendentes daqueles escravos que vieram para o cabo norte através da colonização.

Embora Silva se refira somente às terras indígenas, penso que vale a pena pensar suas colocações para as questões das comunidades tradicionais em geral. Com isso a autora menciona que:

A etnoarqueologia em terra indígena revela que as populações têm suas próprias interpretações cosmológicas e científicas sobre os vestígios arqueológicos, bem como sobre os significados da própria pesquisa. Nesse caso, a importância da arqueologia e da etnoarqueologia na Amazônia transcende os espaços acadêmicos e se torna uma ferramenta além do conhecimento, reforçando a luta indígena pela soberania territorial, autonomia e manutenção da sua identidade cultural (...) (Silva 2009:34).

Nesta perspectiva me alinho com o que menciona Wüst (1998:674 *apud* Mazz 2008) e tento relacionar teoria, prática e ética que fundamentam a investigação arqueológica em ferramentas para a defesa de propriedades indígenas da terra. No caso, parte da comunidade do Maruanum está da mesma forma procurando novas ferramentas para estabelecer seus direitos etnoterritoriais.

Ao descrever a temporalidade e as percepções sobre a cerâmica e os vestígios arqueológicos é notável que estes ocorrem desde que as pessoas “se entendem” enquanto pertencentes deste lugar. É parte da aquisição da história ainda vivida em seu cotidiano, onde “os vestígios são entrelaçados com o conhecimento oral, analisados em relação ao lugar onde estão, e então inseridos em histórias. Conhecimentos sempre em construção, aliás, como todos os conhecimentos”. (Cabral 2014:157)

No segundo capítulo, veremos como a construção deste território fez emergir relações ontológicas que foram sendo construídas e por eles percebidas no decorrer do tempo, fortalecendo ainda mais a visão sobre o vínculo entre as louceiras e suas relações vivenciadas em suas territorialidades. Todavia, antes disso há neste momento a necessidade de apresentar a comunidade tentando mostrar o seu funcionamento e cotidiano.

1.4 Seja Bem-vindo

As comunidades do Maruanum estão localizadas a cerca de 60 km a noroeste do município de Macapá, capital do Amapá. Para chegar à comunidade é preciso pegar a rodovia BR-156, no sentido sul do Estado, rumo à cidade de Laranjal do Jari. Para ter acesso à comunidade pode-se ir de carro, barco ou de ônibus, que atualmente transportam passageiros quase que cotidianamente para a cidade de Macapá e vice-versa.

Atualmente o Maruanum é um Distrito sob a administração da cidade de Macapá. Desta forma, todos os órgãos públicos presentes no local estão sobre a jurisdição desta cidade. O Maruanum tem uma forte ligação política com os governantes na cidade de Macapá. Estas administrações presentes na comunidade têm influências políticas de diversas maneiras, com a qual se observa um forte vínculo com os políticos da cidade de Macapá. É visto que certas posições e favorecimento causam diferenças no interior da comunidade, desmobilizando, por vezes, qualquer coesão onde o bem maior seria a coletividade.

Uma dessas influências ficou claro quando estive presente na festa de Marabaixo da Vila do Carmo do Maruanum, onde quem realizou a cerimônia inicial, foi o então Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes. Antes de ingressar na política este atual governador já trabalhou na comunidade pelo Instituto do Desenvolvimento do Amapá (Rurap). Sua presença política na comunidade é bastante representativa.



Figura. 11: À esquerda Waldez discursando juntamente com representante da comunidade e de chefes de secretarias de seu Governo. Ao lado direito ele tocando a caixa de Marabaixo junto com a comunidade do Maruanum.

No Maruanum há um agente distrital comprometido com várias questões que dizem respeito ao andamento político e bem estar das pessoas. Este ano o Alessandro Lemos, que é o agente, foi um dos organizadores do Marabaixo da vila do Carmo e sua presença foi essencial

para que acontecesse o festejo. No período de minha estadia não foi raro presenciar o gol vermelho de Alessandro andando pela comunidade resolvendo estas demandas.

O Distrito²² do Maruanum é margeado pelo rio Maruanum, que tem uma extensão de aproximadamente 15 km. Este rio é afluente do rio Matapi, que desagua suas águas perto da Foz do rio Amazônas. Estes dois rios sofrem a influência das marés da região do estuário amazônico. O rio Maruanum permeia o cotidiano, o modo de vida local (Coirolo 1991; Henriques 2011; Silvani 2012) e como já foi citado, também influencia sobre as pessoas e suas histórias relativas à ocupação do Maruanum.

Depois da reunião com as louceiras na qual anunciei meu projeto, ficou acordado que voltaria e me estabeleceria neste primeiro momento na casa do filho de Dona Mariquinha. Dona Mariquinha e sua família moram na Vila de Santa Luzia do Maruanum. A comunidade de Santa Luzia é uma das 16 presentes na região. Na comunidade do Maruanum, de acordo com o levantamento que os funcionários do Posto de Saúde realizaram, a equipe atende 1500 pessoas.

Depois de um tempo no Santa Luzia, mudei para a Vila do Carmo na casa do Sr. Mathias, porém sua mulher estava doente e os quartos restantes estavam ocupados pelos membros da própria família que cuidariam de Dona Zezé. Com este imprevisto o Sr. Mathias, sendo umas das lideranças mais antigas, imediatamente arrumou a sede do Rurap para me instalar.

Quando peguei o ônibus às 5:30h da manhã para chegar à comunidade ainda estávamos em março, mês que consta como o meio do inverno na região Amazônica. Assim em um dia chuvoso partimos pela BR-156, cujo asfalto, por descaso do Estado, ainda não está concluído. Trafegar por esta via neste período é bastante precário facilitando acidentes e a quebra do transporte.

²² Mesmo o Maruanum sendo um Distrito da cidade de Macapá, esta posição é válida somente para as questões administrativas. Por isto, daqui para frente é mais oportuno chamar de Comunidade, pois no local existe uma história comunal e certamente uma identidade que orgulha as pessoas. Além disso, quando se referem ao local raramente chamam de distrito, mas de comunidade.

As condições da estrada e do transporte são motivo de reclamação dos moradores locais. Além do preço do transporte (15 reais o trecho) a frota de ônibus que leva os moradores constitui-se de modelos antigos; ao mesmo tempo, frequentemente pessoas vão em pé no corredor, causando um desconforto geral. Por outro lado, o ônibus passa em alguns bairros de Macapá para apanhar os passageiros, se tornando assim um meio de comunicação a mais entre a cidade e a comunidade.

Fato bastante comum são pessoas esperando nas esquinas ou ligando para o motorista pedindo que pegue encomendas, mande recados, leve mercadorias, etc. Este processo colabora para viabilizar o transporte de utensílios diversos entre a cidade e a comunidade. Afora algumas pessoas da comunidade que tem carro e a via fluvial com seus barcos, este é o único meio transporte a que a comunidade tem acesso.

No total são 16 comunidades e a maioria delas se localiza às margens do Rio Maruanum. As famílias que moram e produzem no cerrado são bastante respeitadas pelos que moram na beira do rio e possuem uma facilidade a mais de recursos. Certa vez ouvi de um morador ao falar a respeito do porte físico dos membros da família dos Cadinhos, moradores do Santa Maria, comunidade a qual se encontra na área de cerrado e pouco distante do Rio Maruanum. Estávamos conversando sobre o grupo de Marabaixo desta família e este morador comentou do porte físico dos irmãos Cadinhos e disse que para produzir alimentos no cerrado, ao invés da agricultura de coivara que se produz em matas, só sendo forte daquele jeito.

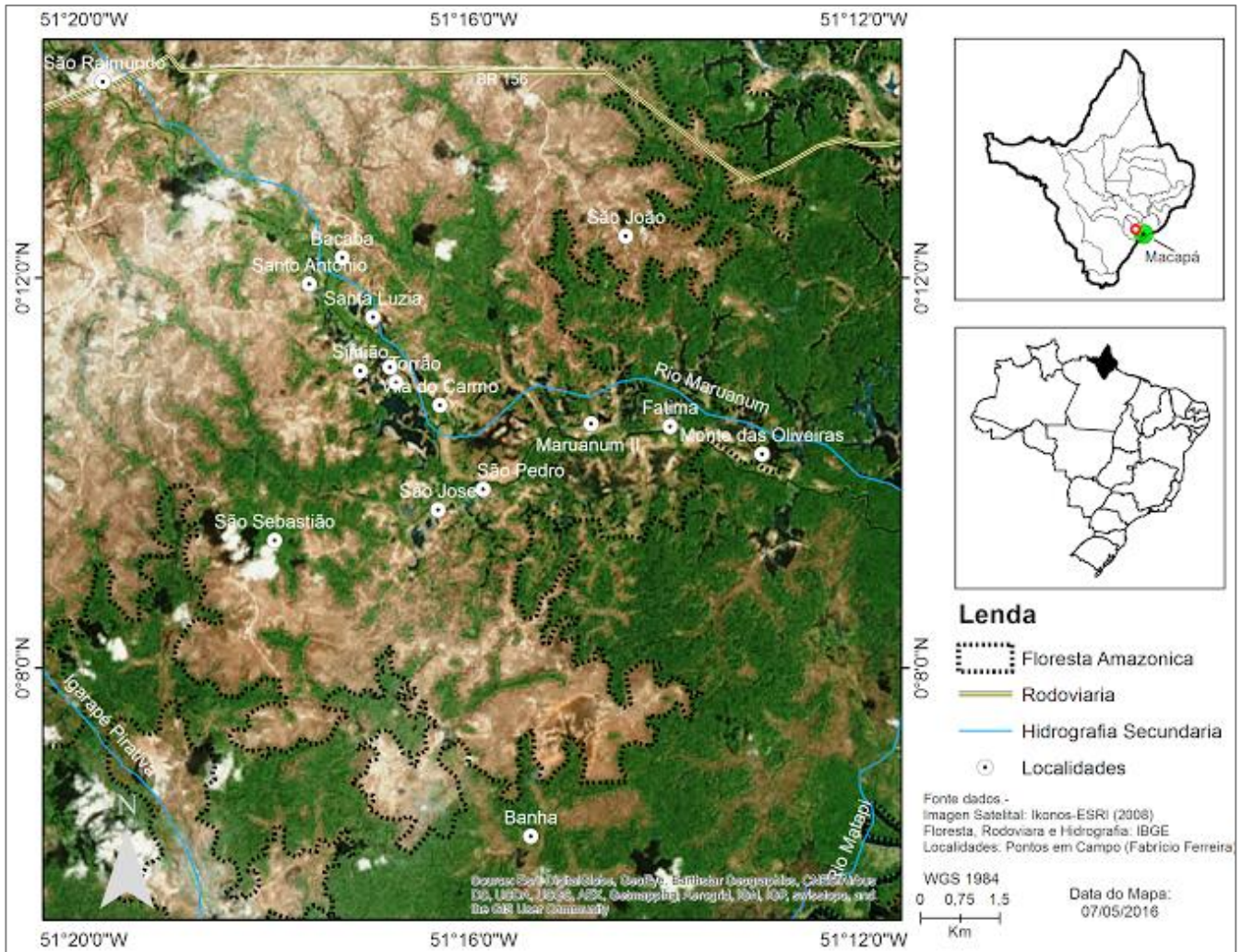


Figura. 12: Mapa com a localização das comunidades.

A Vila do Carmo é a mais estruturada, pois é o lugar onde se localizam a maioria das construções públicas, como: campo de futebol (construído pelo Estado), duas escolas (fundamental e primário), duas Igrejas (uma evangélica e outra católica), duas sedes do RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá), Caesa (Companhia de Água e Esgoto do Amapá), CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), Posto Policial, Centro Cultural, Associações e um balneário que recebe as pessoas nos períodos de festa.

De acordo com os funcionários da escola Raimundo Pereira da Silva (nome que homenageia um antigo professor e morador do Maruanum) além da vila do Carmo, na Vila Santa Maria, Conceição e São Sebastião também há escolas, porém todas estas são de primeira à sexta séries. O transporte dos alunos é realizado por sete lanchas e por 11 Kombis.

Enquanto a maioria dos professores é de Macapá, os funcionários que dirigem estes transportes escolares residem e moram na comunidade. Para conseguir o trabalho precisam licenciamento da prefeitura e, no caso dos barqueiros, de acordo com um dos donos das embarcações, Olísio Araújo, necessitam de licença dos órgãos responsáveis como a Capitania dos Portos para o credenciamento e titulação da embarcação, regularização da carteira também pela Marinha, Polícia Federal e Fórum.

Alguns procedimentos sobre as embarcações são analisados, como o comprimento (geralmente entre 9,5 e 11 metros), motor (13 cavalos), a largura, pontal (“do fundo ao beicho”), etc. Depois de realizar um termo de responsabilidade são marcados os dias para tirar fotos e pegar a documentação. A lotação para estas pequenas embarcações são para 12 pessoas. Olísio comprou sua embarcação na boca do Matapi-Mirim que fica na boca do rio Matapi; geralmente o preço destas embarcações varia entre dez e onze mil reais.

Fora estas embarcações escolares é comum observar canoas e rabetas particulares navegando pelo rio. Na Vila Monte das Oliveiras mora Joel, que constrói estas pequenas embarcações. Manualmente ele também constrói remos com vários tipos de madeira, que também tem suas funcionalidades. Somente as formas e as madeiras utilizadas nos remos, belos por sinal, ofereceria uma significativa investigação. O mesmo acontece com as diversas formas, tamanhos, utilidades dessas pequenas embarcações que são feitas no local. Ao perguntar a Joel como ele aprendeu o ofício, me explicou que “está no sangue, pois meu avô era carpinteiro e o pai dele também é, escola mesmo eu nunca fui, aprendi só de olhar”.

A escola da vila do Carmo atende 198 alunos do fundamental e médio de todas as 16 comunidades, conforme informou a secretária escolar da própria unidade. Conversando com os funcionários da escola e moradores, me disseram orgulhosos que no local há alunos que terminaram o ensino médio na Vila e prestaram vestibular e que após de formados alguns voltaram a exercer a profissão na região de origem.

Debaixo de uma frondosa árvore na frente da escola Raimundo Pereira da Silva há uma pequena baiuca²³ que comercializa alguns produtos como bombons, biscoitos, bolo, café, salgados, monteiro lopes e até roupas. Na sombra dessa árvore os motoristas que transportam os estudantes esperam o horário de saída conversando sobre inúmeros assuntos e também aproveitam para realizar a manutenção do veículo. Estas baiucas ou pequenos bares que podem estar tanto no meio das vilas como na beira do rio, são vistos na maioria das comunidades. Na vila do Carmo atualmente existem quatro dessas.

O saneamento básico como a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), além da Vila do Carmo, existe em outras três comunidades, já o restante é atendido por poços artesianos ou caixas d'água comunitárias construídas e organizadas por eles. No posto de saúde é distribuído hipoclorito de sódio utilizado para purificar a água que é bastante utilizado. Quando não tem, a água é fervida para o uso cotidiano.

Além da Vila do Carmo existe na Vila Santa Maria do Maruanum II outro posto de Saúde. O primeiro foi inaugurado em 28/11/2009 na gestão do então prefeito Roberto Góes. Ambos os postos são bem estruturados com funcionários da comunidade e outros de Macapá. Eles contam com uma ambulância responsável por um motorista que fica 24 horas a serviço para qualquer emergência. No local existe o Programa Saúde da Família (PSF) com sete técnicos, três agentes, um enfermeiro e um médico do programa e mais dois técnicos e dois auxiliares pela Unidade Básica de Saúde (UBS). No tempo que estive não percebi reclamações ou elogios acerca do Posto de Saúde.

O que escutei muito em referência ao posto de saúde foi sobre o médico estrangeiro que havia chegado no lugar. Ou seja, no Estado do Amapá, de acordo com o site da prefeitura²⁴, atualmente atuam 129 médicos no Programa Federal Mais Médicos. No Maruanum há um cubano que “fala enrolado, mas dá muita atenção para as pessoas”²⁵. Embora algumas pessoas não entendam muito bem sua pronúncia (nesses momentos as

²³ Baiuca é o nome dado para pequenos pontos de vendas onde se comercializa diversos produtos alimentícios, bebidas e o que eles mais desejarem. Geralmente são de madeiras e constitui como uma forma a mais de garantir a renda familiar.

²⁴ Acesso 12/11/2015: <http://www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=1796>

²⁵ Fala de Dona Zezé sobre o médico e seu atendimento.

enfermeiras que o acompanham estão atentas e às vezes traduzem) a atenção dada é generosa e muito elogiada. Certo dia tomando café e conversando na varanda com Sr. Mathias e Dona Zezé, observei o médico participando da caminhada com as senhoras da comunidade, percebendo desta forma, que eles atuam pelo viés da medicina preventiva e que atenção é o que todos precisam.

Ao lado deste posto há um centro cultural onde acontecem aulas de capoeira e outras atividades. Este também serve de logística na época do Marabaixo, pois observei que o local foi usado como alojamento para o contingente policial que veio trabalhar na segurança do festejo. Neste centro cultural querem investir na sua estrutura, mas o que algumas pessoas do Carmo acham é que antes disso talvez se deveria fortalecer mais o centro de festas do Marabaixo que está pequeno e com a mesma estrutura há anos.

Estes centros onde acontecem o Marabaixo são vistos em várias comunidades do Maruanum, pois além de servir para as festas, também ocorrem as reuniões, ou seja, são centros comunitários que são utilizados para diversas atividades. Isso ficou claro quando me reuni com as louceiras no Santa Luzia por ocasião da Exposição e para a reunião onde esteve o Governador Waldez. Ao contrário da Vila do Carmo e Santa Luzia, onde há espaços mais estruturados, podem ocorrer casos que o centro seja um pequeno galpão construído pelos próprios moradores na parte central das vilas. Estes locais se encontram no centro das comunidades como uma forma de chamar a atenção, pois se houver reuniões, é uma maneira onde todos possam observar o que está acontecendo.

Antes existia somente a Associação dos Moradores do Carmo que respaldava a todos por meio de reuniões onde uma grande maioria estava presente, no entanto, esta fragmentação das Associações, de acordo com um interlocutor, aconteceu devido aos financiamentos ou créditos rurais ofertados pelo Estado, pois para obtê-los, é necessário CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e para isto uma associação caberia muito bem. Às vezes acontece o endividamento de algumas associações que deixam de exercer sua função, sendo meio que abandonadas.

Ao lado deste Centro Cultural se localiza o campo de futebol com areia e uma arquibancada. O futebol também é central na coletividade para afirmação das relações do grupo. Embora seja uma hora de lazer certamente também é um momento de encontros de

gerações. O futebol no Maruanum não é somente uma competição, mas sem dúvida, é a forma de solidificar relações que estão ligadas com o tempo. Quando acontecem torneios neste campo, quase todas as comunidades do Maruanum estão representadas e algumas de fora também são convidadas. Quando estive presente, a premiação do torneio era em dinheiro e o time ganhador gastava a premiação festejando entre os membros do próprio time, fortalecendo, deste modo, os laços parentais e de afinidades. Tudo é realizado de forma amistosa, com muita brincadeira e união. Tanto que não é preciso nestes torneios a presença dos policiais.

Existe um posto policial na Comunidade e três servidores que trabalham no Local. Na conversa com os policiais foi visto que não há ocorrências graves na comunidade. O que acontece por vezes são incidentes para os quais são chamados a realizar mediações entre as partes, não demandando, na grande maioria dos casos, o registro de Boletim de Ocorrência em Macapá. Os policiais já residem na comunidade e sua relação com eles é bem tranquila não havendo desentendimentos. Um dos três policiais é casado com a filha de Dona Irene que também é considerada uma exímia louceira.

A população do Maruanum é muito religiosa e as igrejas são comuns. Isto se percebe nos nomes da maioria das comunidades que fazem referência aos santos católicos. Na comunidade predominam o catolicismo e o protestantismo. Contudo, as pessoas me falaram que na vila São Sebastião há uma família que pratica o candomblé. Quando estive presente na vila, conheci e conversei por um tempo com a herdeira da tradição e que foi muito gentil comigo, porém com toda desconfiança advinda de sua experiência, gentilmente solicitou para não fazer “pesquisa” com ela.

Também conversei com seu filho e ele não mostrou restrições, pois ao perguntar se poderia voltar para uma consulta e uma conversa, me disse quando quisesse. No entanto, minha passagem neste momento no local foi breve, assim confesso que não houve possibilidade de voltar e aprofundar estas questões.

Nas demais vilas predominam pequenas igrejas católicas. As igrejas evangélicas também são bastante presentes nestas comunidades. Uma coisa em comum entre ambas as igrejas são as ações de arrecadação de fundos, através de bingos ou outros eventos visando uma melhora da estrutura das igrejas ou até mesmo construir outras em locais que ainda não

há templos. Os bingos também são bastante utilizados para arrecadar fundos para as pessoas que estão precisando de algo urgente, como remédios, cirurgias médicas, etc. Esta é uma forma colaborativa que a comunidade encontra de ajudar uns aos outros, mostrando a solidariedade entre as famílias.

As relações entre os membros destas religiões são igualmente amistosas. Dialogando com a mantenedora da Igreja do Carmo, a dona Zezé, me disse que em períodos onde as datas de festejos coincidem, eles se reúnem para organizar a melhor opção entre as partes, pois se houver festas simultâneas poderia ocorrer alguma indisposição ou prejuízo na organização de ambas. A religião também fala muito sobre as louceiras, pois são mulheres bastante fiéis em suas crenças e em seu modo de ser.

Mais abaixo encontramos a sede do Rurap, com o quadro de oito funcionários no total. Este órgão representante dos assuntos rurais é mais uma instituição do Estado que não tem verba para atender as demandas e necessidades dos locais onde trabalham. É visto, pelo menos os sediados no Maruanum, que os funcionários são considerados pela comunidade como responsáveis e comprometidos com as questões da comunidade. No entanto, o Estado não oferta o aparato necessário para o seu funcionamento adequado, tornando o trabalho mais como assessoria do que realização de projetos que demandam investimento financeiro.

Por estes motivos e por questões de políticas governamentais o trabalho se torna moroso e a comunidade tem certa insatisfação do órgão. Este instituto trabalha pela implementação do novo programa da reforma agrária instituído pelo governo federal. Quando estive presente na visita do governador à comunidade, observei que uma minoria pediu em voz alta pela volta do PPI (Programa de Produção Integrada). Através de créditos rurais, este programa é uma das diretrizes estabelecidas pelo governo, de modo a garantir uma maior produção pela mecanização do trabalho.

Giuliana Henriques (2011) em seu trabalho sobre a comunidade, fez uma larga reflexão dando ênfase às pessoas, suas narrativas e suas atividades, salientando sobre este tema diversas questões benéficas sobre a agricultura de coivara e seu modo tradicional, criticando de certa forma, este modelo de agricultura mecanizada que é implantado pelo estado. Concordo com a autora, quando ressalta que em um discurso alinhado ao desenvolvimento sustentável e oportunidade de aumento de renda ou da produtividade, os

agricultores se encantam com as propostas, que ao mesmo tempo, é uma proposta com a qual o Estado esquece que o manejo dessa região é realizado “há centenas de anos e que envolvem habilidades específicas” (op. cit.: 51)

Por estas medidas de créditos a agricultura familiar, de acordo com um morador e funcionário do Rurap, há uma década houve uma proliferação de Associações de moradores e agricultores no Maruanum. É visto que cada comunidade possui uma representação e se organiza em torno destas questões de créditos rurais. Do mesmo modo, em três comunidades (Vila do Carmo, Santa Luzia e Maruanum II) há Associações que lidam com as questões quilombolas e seus direitos territoriais. As louceiras também se organizam por meio da ALOMA (Associação das Louceiras do Maruanum).

Por fim, além das relações institucionais presentes, as relações pessoais com as famílias foram de extremo carinho e atenção. Esta relação não se restringe somente a mim, mas qualquer visitante que respeite suas particularidades, individualidades e seu modo de vida é bem-vindo. Posso certamente dizer que o modo de receber as pessoas também é uma forma de ver como é o modo de vida da comunidade, ou seja, algo já fundamentado na cultura do Maruanum.

Um fato que ocorreu comigo ilustra bem esta situação. No dia das mães, quando toda a família de Dona Marquinha e do Sr. Raimundo se reuniu para o almoço, me ofereceram o local de honra na em uma ponta da mesa. Esse é um lugar de prestígio, pois na outra ponta quem estava sentado era o Sr. Raimundo, o ancião da casa. Tentei recusar, mas fizeram questão e disseram que não haveria problemas. Esta forma de tratamento, que é comum, também é uma maneira de se proteger de fofocas, pois não querem que falem que receberam mal seus convidados. Ao mesmo tempo é uma forma de agradecimento por estar contando suas histórias, pois eles querem que estas histórias sejam contadas da melhor maneira possível e que sejam no mínimo coerentes.



Figura. 13: Placas de boas-vindas nas entradas das comunidades.

Descrever dessa forma a comunidade é tentar mostrar aspectos do cotidiano dos moradores, sobretudo das louceiras. Quando não elas, são seus familiares que estão presentes em cada um dos lugares descritos acima. Seja no futebol, nas escolas, no Rurap, na Caesa, no Posto Policial, Centro Cultural, Associações, seus filhos, sobrinhos, irmãos, noras, enfim, participam de maneira ativa de cada uma delas. Ou seja, são lugares ou instituições presentes na comunidade e que certamente permeiam a vida de cada uma delas, ora participando ativamente ou ora contribuindo indiretamente.

2. Particularidades da Louça do Maruanum: “Isto é uma ciência”

“Há mais sujeitos, no mundo amazônico, que os sujeitos humanos”

A propriedade do Conceito: Viveiros de Castro (2001)

“A floresta tem mais olhos do que folhas”

Antônio Donado Nobre (2010)

As cerâmicas produzidas pelas louceiras do Maruanum são utilizadas e encontradas em diversos contextos. Por exemplo, (1) as panelas e os fogões de barro são usados nas lides domésticas e nos festejos; (2) a venda das louças produz uma renda extra; (3) pequenos enfeites como porta canetas, tigelas de coração, bonecos de barros, são colocados como decoração; (4) a reutilização por vasos que quebram somente a borda ou trincam na hora da queima são utilizados para plantar flores ou outras plantas; (5) potes para água na casa de farinha; (6) alguidares para amassar a bacaba e o açaí; (7) terminando em seu descarte nos quintais etc.

Assim, nota-se que a cerâmica faz parte do dia-a-dia desta comunidade. Lendo trabalhos resultantes de pesquisas realizadas na comunidade (Coirolo 1991; Andrews 2002; Henriques 2011; Costa 2011; Silvani 2012), e por meio de meus interlocutores, percebi que essas atividades fazem parte de um processo histórico constituinte da memória destas mulheres louceiras e, por conseguinte, da comunidade.

A pesquisa feita por Coirolo (1991) é interessante no âmbito da arqueologia e etnografia. Embora não aprofunde muito sobre os aspectos da feitura da cerâmica, em seu breve artigo, a autora discorre muito bem sobre os fazeres e costumes da comunidade, sobretudo das louceiras à época e seu ofício de ceramista, indicando uma continuidade desta aprendizagem.

Já Andrews (2002) realiza um importante filme documentário sobre a coleta da argila no barreiro e sobre as relações das louceiras com a “mãe do barro”. Além disso, também evidencia outros aspectos que se relacionam ao universo da cerâmica. Neste trabalho o documentarista também aborda brevemente a feitura da cerâmica demonstrando que este fazer sem dúvida é entre as gerações.

Henriques (2011) traz a luz um trabalho de fôlego ao descrever a vida da comunidade. Grosso modo, ela realiza considerável etnografia e sua pesquisa direciona-se às ervas e aos ambientes da comunidade. Seu trabalho, mesmo que seja na linha da botânica, para mim foi inspirador, fazendo-me realizar um trabalho semelhante, porém, pensando a linha da arqueologia.

Célia Souza da Costa (2011) volta-se à uma argumentação do direito sobre princípios socioambientais com enfoque nos bens culturais, no caso, a louça. Oferta uma leitura interessante na preservação deste fazer secular. Na retirada da argila e em outros momentos da confecção da louça ela descreve uma lógica de preservação com a tutela do Poder Público e do IPHAN.

Juliana Morilhas Silvani (2012) igualmente realiza um trabalho de peso com as louceiras e sua cerâmica. Voltada para o patrimônio, a autora direciona seus esforços para explicar o caminho social da louça e mostra que a cerâmica do Maruanum é um importante instrumento identitário, porém essa identidade talvez possa se perder no decorrer da venda, pois ao final do caminho, dependendo dos entraves comerciais, a louça se torna para o consumidor uma mera questão mercadológica ou fetiche.

É visto que há tempos são realizados trabalhos importantes com a cerâmica da comunidade do Maruanum, demonstrando o respeito que as louceiras possuem por meio de seu ofício e outros significados próprios que envolvem este saber. Meu trabalho tenta se diferenciar dos demais quando foco em descrever por meio da etnografia a vida dessas e como estes saberes e fazeres sobre a louça podem contribuir para arqueologia.

As particularidades no interior da comunidade quanto à cerâmica, se tornam neste sentido um aspecto específico, pois atualmente, o saber praticamente se concentra nas mãos das mulheres (há homens que realizam a feitura, no entanto, o fazem esporadicamente, pois o empreendimento maior está na produção de farinha). Embora haja reclamações constantes sobre a dificuldade em obter matéria prima e escoar a louça, é perceptível que em toda sua produção há colaborações mútuas entre a comunidade e as louceiras. Percebe-se que entre os adultos existe uma atenção voltada para este fazer, pois sempre estão atentos onde caiu uma árvore de caripé, onde tem jutaica, usualmente estão encomendando panelas, alguidar, fogão, churrasqueiras, xicara, etc, tanto para uso próprio quanto para pessoas distantes.

Geralmente estas pessoas distantes moram em outras comunidades e podem ser parentes ou amigos que conhecem a louça. Quando estas pessoas visitam ou passam pela comunidade as encomendas são realizadas e posteriormente buscadas. Pode acontecer que elas já tenham a louça pronta e a compra é realizada na mesma ocasião. Outras encomendas podem ser realizadas por restaurantes, empresários, feiras de artesanato na cidade de Macapá ou mesmo fora do Estado do Amapá. Portanto, os círculos de informações e aquisições referentes as louças são inúmeros e constantes.

O fato dos homens não trabalharem com a cerâmica não quer dizer que haja restrições ao trabalho masculino por parte das louceiras. Isso me foi explicado por Dona Maria Silva Barbosa, conhecida como Dona Mariquinha, moradora do Santa Luzia, esposa de Sr. Raimundo Pereira da Silva, mãe de sete filhos, avó dedicada de nove netos, nascida e criada no Maruanum há 58 anos. Quando cheguei foi ela e sua família que me hospedaram por semanas.

Ao conversar com D. Mariquinha que estava “ajeitando” o quintal, mais especificamente o poço amazonas, localizado ao lado de sua casa, entendi alguns aspectos da comunidade e da louça. Seus netos e seus amigos a ajudavam. Na ocasião (maio de 2014), o dia estava fresco, pois acabara de chover e logo após o almoço fomos para a varanda terminar a conversa.

Ao lado da varanda havia uma goiabeira carregada de frutos e seu cheiro sentia-se facilmente. Ao fundo ouvia-se uma roçadeira limpando o quintal vizinho, onde havia os pés de manivas ainda novos. Ao falar do cheiro agradável vindo da goiabeira, ela me contou a história do projeto Guri²⁶ que estavam realizando na comunidade e as crianças que estavam neste projeto “deram nas goiabas”.

Ela me relatou que ficou desconcertada vendo a “bagunça” das crianças, pois além de não pedirem autorização, os jovens praticamente acabaram com o fruto, fazendo ela tomar uma atitude de conversar com eles. Isto demonstra a importância das árvores frutíferas e o

²⁶ O projeto Guri visitou há alguns anos a Comunidade. Seu objetivo era levar as crianças ao Maruanum para conhecer a cultura local. A intenção desse projeto é promover o ensino musical e a prática coletiva da música.

respeito que deve ter com os quintais e seus alimentos que obviamente fazem parte de sua alimentação e seu modo de vida.

O diálogo com ela estendeu-se e fomos caminhando entre o quintal, os jardins e outros ambientes no entorno da casa, me proporcionando desta forma, diversos entendimentos sobre a louça. Percebi que sua casa passou por uma reforma e estava completamente diferente quando a visitei em outras ocasiões.

A fala de Dona Mariquinha é bastante firme e seu olhar expressa muito bem o que está pensando, pois ao falar, desvia o olhar para os lados demonstrando a certeza e o pensar antes de falar qualquer coisa. Atualmente Dona Mariquinha é a presidente da ALOMA (Associação das louceiras do Maruanum). Sobre os homens efetuarem trabalho com a louça, seu marido, o Sr. Raimundo, esclarece:

Acho que os homens nunca se dedicaram a fazer. Acho que não tem tempo para isso. De manhã eles vão para a roça e a tarde vão para outras coisas e não dedicam para isso, mas que dava para fazer dava... Agora eles vão [para o barreiro], a gente dá dinheiro e eles vão (caderno de campo: 07/05/2015)



Figura. 14: Imagens de Dona Mariquinha em oficina do Sebrae e a direita no barro em 2010 quando fazia uma pequena vasilha para a Vovózinha. Fotos: Silvani/Autor

Além de ser predominante a feitura por mãos femininas, é salutar refletir que a retirada do barro era feita exclusivamente por mulheres, do mesmo modo, as pesquisas na comunidade apontam que a presença dos homens não era permitida, pois “a mãe do barro faz a veia do barro desaparecer”. (Guimarães e Santana (1989) *apud* Silvani 2012:47)

Atualmente, pelo grande esforço que é empregado na retirada da argila, os homens participam mediante pequena ajuda financeira e às vezes por simples colaboração. De acordo com Dona Mariquinha pessoa sozinha não consegue tirar o barro e por isto tem que ser deduas ou três pessoas e complementa que

Antes era só mulher, agora não, agora a gente leva homem. A gente paga aos homens, por que quando a gente já vai ficando com a idade a gente vai ficando com problemas nas pernas. Eu tenho estes problemas agora do reumatismo que não posso ficar muito no molhado. Meu serviço é assim: eu vou lá faço minhas coisas e faço quando está molhado, mas tem que ser rápido, se não de noite eu não durmo com dores nas pernas. Ai a gente paga gente para ir tirar. (Entrevista concedida no dia 06/05/2015)

Uma vez que muitas ceramistas são pessoas de idade avançada, verifiquei que os homens têm colaborado no processo de retirada da argila, que envolve um mutirão que reúne

mulheres e homens. Geralmente os homens são jovens da comunidade e parentes próximos. Isto atualmente demonstra que o trabalho de fazer louça é também um trabalho coletivo.

A literatura mostra que a confecção da cerâmica é uma atividade quase que exclusivamente das mulheres (Levi-Strauss 1985; Lima 1987:173; Willey 1987), o mesmo ocorrendo no Maruanum. Levi-Strauss (1985:38) lembra que “sem pretender remontar às origens, o fato é que, na América, o mais frequente é a cerâmica ser uma tarefa feminina” e conclui que “interdições relativas à arte da cerâmica existem no mundo todo”. Desta forma, é visto que no momento da confecção da louça as particularidades se manifestam, uma vez que há uma divisão social do trabalho, diferenciando as partes da retirada do barro e a preponderância da mulher nestas ocasiões.

Estas particularidades são identificadas na própria construção dos vasos e nos significados simbólicos e ontológicos que permeiam a cerâmica do Maruanum que é tão particular no contexto cultural do Estado do Amapá. O significado possível destas características, da negociação com estas questões, o da retirada da argila e outros momentos da confecção da cerâmica é o que Barth chama de “pistas relativas ao contexto, à práxis, à intenção comunicativa e à interpretação” (Barth 2000: 132). Este contexto entendo como sendo inerente ao território e neste trabalho é relacionado como algo que está vinculado à história das louceiras, sua manutenção de vida, costumes, crenças, tradição, etc.

Neusa Maria Mendes de Gusmão ao trabalhar com trajetórias de negros em suas terras e, sobretudo a “realidade de negros brasileiros em condição de vida rural” argumenta que nesta trajetória de permanência em seus territórios é onde “emerge uma lógica de vida que pode e é tecida de mil maneiras”. Assim como o território, a louça do Maruanum também poderia representar este “sentido encarnado” (Gusmão 2007: 143-145) no qual o grupo pode definir sua identidade, sua articulação interna, as bases de suas ações e relacionamentos.

A arqueologia neste sentido encarnado, a que Neusa Maria Mendes de Gusmão se refere, proporciona um papel importante na elaboração e na,

“(…) descoberta das múltiplas ocupações de um mesmo espaço físico. Desvenda ambientes que mudaram com o tempo, revela modos de vida diversos, naquele espaço ocupado, hoje, por uma comunidade indígenas ou quilombola. A relação simbólica desses grupos com seus ambientes encontra, na pesquisa arqueológica, contrapontos e recursos para sua re-

interpretação da comunidade como entidade histórica". (Funari, 2008:111-112)

Quando acompanhei, no período da manhã em um dia quente, Dona Carmosina, "burnindo" a louça, tive a oportunidade de presenciar a chegada de Dona Irene Souza Barreto e Dona Maria José pela varanda da casa onde conseqüentemente foi possível compreender que estes relacionamentos são importantes para elas. Este momento entre conversas regadas a café com leite, obtive a sorte de dialogar com as três em um ambiente completamente aprazível.

Dona Irene é outra exímia louceira. Ela igualmente mora na vila do Carmo com seus filhos e netos. Também com 57 anos, solteira, teve nove filhos, mas "Deus precisou de um e levou, agora tenho oito vivos". Avó de "uns quantos já" ela nasceu no Igarapé do Lago, comunidade vizinha do Maruanum. No entanto, sua mãe é oriunda do "mata viado", local dentro da comunidade do Maruanum.

Dona Irene, é uma senhora bem-humorada e sorridente, pouca estatura, seu olhar condiz com sua alegria e sua voz é calma, pausada e com pouco volume. Sua residência localiza em frente à casa onde fiquei hospedado por meses, ou seja, na residência do RURAP. Por sermos praticamente vizinhos, acostumava passar os fins de tarde conversando com ela sentado no banco de madeira em frente de sua casa.

Ela é uma intensa contadora de histórias sobre diversos assuntos da comunidade. Sua memória e astúcia em contar as histórias surpreendem pela vontade e veemência. Sua força de vontade de aprender ainda é presente, pois ela e Dona Maria José estudam à noite na escolinha das crianças com uma professora que elas dizem que é bastante "atenciosa". Mostra e reforça que elas buscam o conhecimento em todas as formas de vida, independentemente de suas idades.

Ela produz com habilidade qualquer que seja a encomenda e tipo de cerâmica. A Dona Irene é a única que possui um tipo de ateliê aos fundos de casa. A falta de um lugar específico para trabalhar a louça é reclamação constante entre todas as louceiras, pois elas dizem que se tivessem uma "casinha" para ficar de baixo e "tecer" suas peças, tudo seria mais fácil. Além das conversas nos fins de tarde, sempre passava em sua casa para tomar café. Também tive a oportunidade de visitar seu "terreno", onde na ocasião me mostrou um o pé

de jatobazeiro, sua casa de farinha e alguns pés ainda novos de caripezeiro. Descrevo esta ocasião mais adiante quando falo da construção da louça.

Dona Maria José não é louceira, mas é uma conhecedora do assunto e conhecedora de história acerca da comunidade. Extremamente atenciosa e igualmente religiosa, ela é a zeladora da igreja do Carmo. Com ela acompanhei três festejos de marabaixo, ocasião que proficuamente me explicava as inúmeras nuances presentes nos diversos momentos da festa. Seu marido, Antônio da Silva, conhecido como Tracajá, foi quem me acompanhou e me levou de canoa ao antigo barreiro que elas chamam de Furinho e as outras comunidades, apresentando as lideranças. Sua filha Bruna, atualmente é a presidente da ASPROM.



Figura. 15: Dona Irene em sua casinha de fazer louça localizada aos fundos de sua residência e à direita Dona Maria José no altar da Igreja do Carmo.

Através do meu convívio entre as louceiras, do trabalho de Alicia Coirolo (1991), Andrews (2002), sobretudo a dissertação de Giuliane Henriques (2011), acerca da comunidade, foi possível compreender que as relações com as pessoas e os ambientes, que descrevo mais adiante, são características importantes a se investigar, pois são categorias que dizem muito sobre elas e seu modo de vida, principalmente, nos momentos da construção da cerâmica e no roçado. Cito estas duas atividades, porque foi onde estive mais presente, mas podemos observar que na caça, na pesca e em outras ocasiões e lugares, as relações que estabelecem com outros seres não humanos são de mesma qualidade.

Depois de logo acima apresentar a Dona Irene e Dona Maria José, volto a falar sobre aquela conversa aprazível que tive com elas e com dona Carmosina naquela manhã quente na

varanda de sua casa. Neste diálogo, que apresento abaixo, comecei de fato a compreender que o fazer da louça é uma ciência, pois existem conhecimentos e regras que devem ser respeitados. Esta “ciência” está intimamente ligada ao barreiro, à queima, a tirar o caripé, o “tecer” a louça, isto é, aos momentos que envolvem a construção de suas louças. São conhecimentos específicos que mostram que estes saberes e fazeres vão além da tarefa de “tombar” a louça.

Dona Irene: Olha se for contar o começo desse barro, pra nós tirar e tem que ter a regra, como dizia a comadre Sabá. Tem que ter a regra! Se eu for contar... por que se não mano, é tempo perdido. Eu não sei se a Carmosina estava, daquela vez que fomos tirar um barro, que nos tivemos que cavar dois buracos e não deu barro.

Carmosina: Não, não estava dessa vez. Era a Deusa, parece.

Irene: Era a comadre Deusa com a Marciana. Olha no barreiro, no barreiro, naquele barro lá do Furinho, eles dizem que é o melhor barro que tem. Barro branco e é bonito mesmo aquele barro, bem liso.

Fabício: Onde é o Furinho?

Irene: Acima lá de onde a gente tira. Você ainda não foi por lá.

Fabício: Não foi aquele que eu fui?

Irene: Não, você já foi pra cá, é mais pra lá mais pra baixo no igarapézinho. Mano! Nós fizemos dois buracões e não deu barro. Agora eu não sei! Nós dissemos que foi alguém que **estava menstruada ou alguém que teve relação de noite**. Isto é uma ciência rapaz, olha se eu for contar do começo ao fim! Você fica de boca aberta e tem gente que não acredita, diz que isso é ilusão de velho. Mas olha, eu não sei se a Carmosina se lembra, mas os velhos de antes era difícil quebrar uma louça, não era Carmosina? Era difícil você vê uma louça espocada assim, entrar no fogo e espocar. Porque elas tinham as regras mesmo! Agora não, você acha.

Carmosina: Eu estava falando pra ele. A mamãe fazia escondida, eu fazia ai nessa frente ai, quem passa tá vendo, eu vou queimar e não queimo no escuro. O vento já está forte eu largo o fogo lá.

Dona Maria José: Isto é uma ciência né?

Dona Irene: É!

Dona Carmosina: A Castorina disse uma vez: eu não sei como é que tu fazes ai pra todos verem, a mamãe não fazia assim. Eu disse: a mamãe também, a mamãe na hora dela fazer ela ficava entocada sozinha lá numa paragem só.

Mais adiante elas mencionam:

Dona Irene: Olha se contar ninguém acredita. Quando vamos tirar caripé por ai a gente vê cada misura.

Fabício: O caripé também?

Irene: É a casca do pau. A gente vê cada misura.

Fabrcio: O que é misura?

Irene: Misura é isso da noite. Ou é assobio ou é rezando.

Dona Maria José: Visagem! Dá aquele arrepio na gente. Alguma coisa ruim.

Dona Irene: Olha eu acho que isso é o mesmo que ser no garimpo né? Olha porque tudo tem dono, né? Principalmente essa mata virgem, tudo tem Dono. Mas sempre quando a gente entra assim na mata, a gente pede licença, quando chega no pau pra tirar casca de caripé, a gente pede do dono, da dona. Mas mesmo assim ainda dá! Mas só tem que fica aquela coisa assim. Porque não vai ficar doente. Só dá aquela misura que é para a gente deixar né? Digo ah meu deus do céu! (Entrevista concedida no dia 19/05/2015)

No que tange a respeito e regras, enfatizados nos excertos acima, noto que estes não estão presentes apenas na construção da cerâmica, mas sim fazem parte de todo um processo que relaciona as louceiras ao meio ambiente, aos seres da floresta, o que é visto por elas enquanto ciência. Tim Ingold (2013) explica que:

(...) os povos não estão unidos por suas crenças, mas na maneira de ser que está viva e aberta para um mundo em contínuo nascimento. Nessa ontologia anímica, os seres não se movem em um mundo já acabado, deslocam-se em um mundo em formação, de acordo com suas relações (...) (Ingold 2013:10)

Assim, o autor elabora seu argumento e esclarece que o mundo não está fechado, terminado e concluído, mas sim constituído enquanto parte integrante do processo de vir-a-ser. Este vir-a-ser é possível perceber diante das relações anímicas ou do animismo. Para ele, o animismo não é um “sistema de crenças que atribui vida ou espírito às coisas que são de fato inertes”, por duas razões distintas. Primeiramente, para ele as relações de crença “sobre” o mundo não estão estabelecidas, mas se estabelecem em uma condição de “ser” diante do mundo. Este mundo está sempre em fluxo e estar vivo já é a condição para a existência de ações ou percepções, para agir e responder frente a este sistema anímico, no qual o homem não projeta imaginações. A segunda razão é que a “animização é um potencial dinâmico e transformativo de todo um campo de relações dentro do qual os seres de todos os tipos, mais ou menos pessoas ou coisas, geram a existência um do outro de forma continua e recíproca” (op. cit. 2013:12).

Ontologia anímica, também conhecida como relações anímicas ou animismo, é o conhecimento e a percepção gerados em um ambiente ou superfície que não são inanimados,

isto é, a vida é recriada a cada momento nestas relações, cujo entrosamento com o ambiente se recria perante e durante a vida.

Ao perceber este conhecimento delas por meio daquele diálogo na varanda de Dona Carmosina, pela vivência entre elas e ao ponto que era “afetado” com estas relações estabelecidas com as mulheres durante minha estadia na comunidade, paulatinamente situei-me e com isto compreendi os caminhos a serem tomados. Quando ouvia as diversas histórias pelas quais me deixava ser “levado”, procurava me tranquilizar e tentar não conduzir as situações. Estas situações de conversas informais ocorreram-me em diversos momentos preciosos que ajudaram a compreender estas questões sobre seu modo de vida.

Orientar-se pelas reflexões de Ingold torna possível observar que as cerâmicas do Maruanum são produzidas e significadas, ou melhor, materializadas por meio de ontologias relacionais, em meio à sua história, pois, como o próprio autor afirma em outro texto: “artista, assim como o artesão, é um itinerante, e seu trabalho comunga com sua trajetória de vida” (op. cit. 2012:38). Em seguida, neste texto, o autor da mesma forma produz uma excelente explicação sobre cultura material e estabelece seu pensamento como se fosse uma aranha tecendo sua teia, cujos pontos de ligação se tornam uma malha de percepções e sentidos.

Nessa malha, a fluidez destas relações ontológicas apresenta-se através da dinâmica da vida e do ambiente, que conseqüentemente o associa à proposta de uma ideia pela qual os objetos são coisas. Para ele, a inversão de objeto para coisa se explica, pois coisa transmite para a cultura material relações de comunicação, integração e fluxos. As coisas são ramificações (rizoma), ou melhor, proposições entre as relações que naturalmente estão coexistindo. Assim, eliminam-se hierarquizações de conhecimentos ou posições unilaterais. Percebe-se que ambos os artigos (2012, 2013) dialogam, na medida em que o argumento direciona-se para as relações de fluxo, que estão em plena transformação e recriação dos objetos, do ambiente e de ser/estar no mundo.

Bruno Latour (2013), em seu ensaio acerca da antropologia simétrica, ressalta que o pensamento moderno anula os conhecimentos entre ciência/política e cultura/natureza. Estas assimetrias modernas, que procuram entender e conhecer o mundo, desconsideram a visão pré-moderna ou não-moderna sobre a representação do mundo e suas diversas considerações acerca do entendimento dos humanos e dos não humanos.

Enquanto Ingold considera as relações como uma malha, Latour, por sua vez, observa uma rede em que os atores sociais deveriam refletir considerando os híbridos, desconstruindo, desta forma, as dicotomias presentes na modernidade. Assim, a cisão ou as assimetrias na relação entre os dois processos (natureza e cultura) não abrangeria o avanço sobre as ontologias.

Alf Hornborg (2006) considera que o animismo ou ontologia relacional quebra com a noção (tradição) cartesiana de pensar do mundo ocidental, tornando-se, desta forma, uma resposta alternativa para entender as pessoas e as coisas. Na esteira do pensamento de Latour, ele também entende que os objetos não estão inertes e que há uma comunicação que deve deixar de ser objetivamente moderna.

Ele entende as relações simétricas entre natureza e cultura considerando que o mundo dos objetos e o dos sujeitos não estão separados por dualismos. Portanto, uma mudança epistemológica é o caminho para entender estas relações. Embora Ingold e Latour pensem de forma diferente, Hornborg argumenta que há paralelos interessantes entre eles. Em suas palavras: “Both are preoccupied with the dubious modern distinction between persons and objects and between Culture and Nature, both recognize that this distinction is paradoxically itself cultural” (Hornborg 2006:23).

Os argumentos de Arturo Escobar (2005) são muito pertinentes nesta perspectiva, pois, ao tratar pela ótica do lugar, organiza estes elementos como não sendo binários e interpreta que

Não existe, claro está, uma visão unificada acerca do que caracteriza precisamente os modelos locais da natureza, ainda que grande parte dos estudos etnográficos compartilhem alguns pontos em comum [...]. Talvez a **noção mais arraigada hoje em dia seja a de que os modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade**. Além do mais, e a diferença das construções modernas com sua estrita separação entre o mundo biofísico, o humano e o supranatural, entende-se comumente que os modelos locais, em muitos contextos não ocidentais, são concebidos como sustentados sobre vínculos de continuidade entre as três esferas. Esta continuidade – que poderia no entanto, ser vivida como problemática e incerta – está culturalmente arraigada através de símbolos, rituais e práticas e está plasmada em especial em relações sociais que também se diferenciam do tipo moderno, capitalista. Desta forma, os seres vivos e não vivos, e com frequência supranaturais não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados – definitivamente não são vistos como esferas opostas da natureza e da cultura – e considera-se que as relações sociais abarcam algo mais que aos seres humanos. (Escobar 2005:S/P. grifos

meus).

Assim, é consoante dizer que culturas não modernas prescindem das dicotomias ou assimetrias entre todos os seres e seus universos. Nesta perspectiva, “o universo inteiro é um ser vivente no qual não há uma separação estrita entre humanos e natureza, indivíduo e comunidade, comunidade e deuses” (op. cit. 2005:S/P).

Outra perspectiva que conduz a estas questões é apresentada na tese de Mariana Cabral (2014), que considera a arqueologia como múltipla. Por meio de uma prática dos sentidos e de conhecimentos sensíveis, os atores nessa rede de saberes e explicações são intérpretes da realidade que os rodeiam. Portanto, também são arqueólogos, na medida em que trazem significados simétricos aos vestígios que estão materializados à sua memória, à sua história e ao seu território. Os limites científicos são ultrapassados, a ênfase aponta para “outros modos de estar no mundo” e as ontologias são contempladas, visto que os conhecimentos estão correlacionados, isto é, simetrizados.

Em uma pesquisa semelhante com os quilombolas do Rio Gurupá, Denise Schaan e Eliana Teles Rodrigues (2015) também constatam, por meio das paisagens domesticadas e de seus interlocutores, que no local igualmente há uma constante relação de alteridade e negociação entre os seres humanos e não humanos. Estas negociações quando “felt disrespected or threatened, might cause diseases and even death to humans”. Nota-se que, para serem evitados estes acontecimentos, assim como no Maruanum e suas louças, necessita-se de respeito.

Fortalecendo o termo desses pressupostos ontológicos da sociedade indígena, o antropólogo Viveiros de Castro (2001:8), em “A propriedade do Conceito”, discorre entre complexas redes de conceitos para elucidar onde se encontra o pensamento indígena e, neste contexto, a ideia de relação é fundamental. Desta forma, umas de suas ideias centrais é a relação de alteridade, cuja trama filosófica concentra-se, *grosso modo*, no ponto de vista, ou seja, “toda posição de realidade especifica um ponto de vista, e que todo ponto de vista especifica um sujeito”.

Neste intrincado panorama, o autor constrói uma linha com a qual o pensamento das sociedades amazônicas se dilui diante de suas concepções frente às relações que são estabelecidas, isto é, no modo como os seres humanos observam as subjetividades viventes

no universo, tais como “deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros seres cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos” (Viveiros de Castro 2004:227).

Os trabalhos acerca deste tema são longos e complexos, todavia tentei elencar alguns poucos exemplos-chaves com os quais pudesse tentar conectar conceitos entre as disciplinas arqueológica e antropológica. Fica claro que cada concepção se diferencia relativamente no entendimento sobre as respectivas ontologias, porém, como ressaltam Benjamin Alberti e Tamara L. Bray (2009) cabe identificar de forma recursiva como estas teorias podem contribuir para a arqueologia e como a arqueologia pode contribuir para explicações mais gerais acerca desse assunto.

No caso das louceiras, em seus diversos momentos da feitura da cerâmica, pelas narrativas é visto que não há, portanto, estas dicotomias modernas que os autores acima se referem. Os aspectos imateriais são de suma importância na materialização da louça e na construção dos sujeitos sociais enquanto pertencentes àquele território, sua história e memória. Suas narrativas levam a crer que o respeito acerca das diversas regras seja relevante para que a feitura não se interrompa, evitando-se prejuízo não somente no aspecto econômico, mas, sobretudo, nas relações que elas criam com os ambientes e suas respectivas regras.

Quando observamos o culto afro-religioso, este obviamente se constrói diante da representação deste universo natural. Por ser um assunto delicado e ainda não ter propriedade para discorrer sobre o tema, optei por deixá-lo para outro momento desta pesquisa no qual desenvolverei mais profundamente estes aspectos. Evidente que estas manifestações afro-brasileiras também possuem relações com os temas aqui tratados por meio da cerâmica, porém é um termo igualmente complexo e sinto que poderia cair em deslize se fosse tratar do tema. Portanto, uma pesquisa posterior que tratasse somente os aspectos africanos presentes na cerâmica é igualmente relevante.

Não é possível, desta forma, mensurar ao certo até onde as questões afro-brasileiras se manifestam de forma evidente na cerâmica do Marunaum. Pode ter sido uma falha na

pesquisa não se aprofundar mais especificamente nas fronteiras étnicas²⁷, contudo, pelo tempo que passei e pelos diálogos, tenho plena confiança de que a cerâmica foi feita e elaborada pelos seus descendentes africanos. Por outro lado, é lícito pensar que também houve contatos com os indígenas.

Ao perguntar como “surgiu” a cerâmica, a memória das pessoas, como já especificado, ora alcançava o tempo dos escravos, ora lançava-se aos indígenas que possivelmente por ali passaram. Estas ontologias se relacionam em condições históricas de contato entre grupos étnicos que construíram suas visões e ações diante das diversidades. Relacionaram-se também em empreitada pela liberdade e pela resistência diante do novo e das opressões.

Se o caso ocorre em comunidades indígenas ou quilombolas, o fato é que são ontologias que estão presentes nas populações amazônicas independentemente de sua identidade étnica. Além disso, as regras construídas por meio destas relações são respeitadas e indutivas entre estas populações originárias. Neste caso, parece que a cerâmica é como se fosse o fio condutor, quero dizer, o vetor dessas relações. Cabe, portanto, ressaltar estas regras e a importância advindas dessas relações.

2.1 “Vovozinha”

É possível averiguar que entre as populações tradicionais da Amazônia os ambientes têm donos e as ontologias diante destes seres não-humanos estão permeadas por ações de respeito. Não obstante, no Maruanum, estas comunicações simbólicas também são vistas no decorrer do fazer da cerâmica. Assim, Carlos Fausto (2008:337), ao analisar os donos dos lugares que são apreendidos pelas populações indígenas da Amazônia, afirma que:

Na origem, o mundo não foi dado em comum aos humanos por uma divindade para que fosse apropriado. A ontologia do tempo mítico não estabelece duas grandes classes de seres: de um lado, sujeitos autônomos

²⁷ Para explicar este termo sobre fronteiras étnicas, Almeida (2006), utilizando esta premissa de Barth (2002), faz um detalhado trabalho trazendo à luz o processo de territorialização juntamente com os remanescentes de quilombos em Alcântara. Este processo, segundo o autor, não é linear, evolutivo e contínuo, portanto, o que prevalece são as descontinuidades diante da diversidade de situações com temporalidades distintas. De forma detida e por meio dos agentes sociais, são cunhadas as territorialidades específicas: terras de preto, terras de santos e terras de caboclos que, por sua vez, estabelecem a formação do território étnico.

(proprietários de si); de outro, coisas apropriáveis (propriedades em potência). Não partição definitiva entre sujeitos e objetos.

Henriques (2011) e Andrews (2002) mencionam, em suas etnografias do Maruanum, “a mãe do barro ou vizinha do barro”, indicando que há nesta localidade e no processo de retirada da matéria-prima um enorme respeito e cuidados, tanto em procurar o local quanto na retirada do barro, pois este território está circundado pelas crenças, práticas simbólicas justamente em respeito a estes donos do ambiente.

Ainda que a atividade seja cansativa, coberto por algumas restrições e receios, a hora da retirada da argila é muito prazerosa, com diversas brincadeiras entre as louceiras. Para começar o processo de retirada elas, ou os homens que estão a ajudar, procuram uma árvore ao redor e cortam um pedaço de pau. O uso deste pedaço de pau para cavar o buraco, é explicado pelo fato de que a utilização de uma ferramenta metálica provavelmente faria o barro sumir ou ficar “caldeado”²⁸. De acordo com a fala de Dona Deusa, esta preocupação em não usar ferramentas de ferro seria respeito à “vovozinha”:

As velhas de antes, os antigos elas disseram que não prestava a gente tirar barro com enxada, com ferro assim. Tinha que ser ferro de pau! Ai a gente perguntava para elas: Porque não presta a gente tirar barro com ferro e enxada? [...] ai elas diziam que não podia porque a vovozinha escondia o barro. Então aquele barro, diziam elas, elas contavam, que aquele barro que a vovozinha escondia, parecia só aquele barro caldeado, sujo de terra. (Entrevista concedida no dia 21/05/2015)

Dona Mariquinha, ao ser perguntada como faz para cavar os buracos, recorda que é coisa dos antigos e que os buracos são cavados a mão e com o ferro de pau.

Mariquinha: Na mão mesmo e com ferro de pau, que a gente não pode utilizar ferro, ferro mesmo. A gente corta aquele pau e faz o ferro do pau e vai cavando e vai tirando a terra com a mão. A gente não pode usar pá, não pode fazer nada. Isto é a lei dos antigos, né? Que não pode usar nada disso. Diz que o barro some, né? Aí é feito de madeira, tudo é feito de madeira.

Fabício: O que seria o barro sumir?

Mariquinha: Ele caldeia, ele fica todo com pau misturado com a terra. Ele não presta. Se a gente tirar assim ele não presta. Assim eles dizem né. Ninguém nunca experimentou. Eu disse que ainda um dia vou fazer a escola de Judas para crer e para ver (risos). Mas a gente não tenta muito porque é uma coisa

²⁸ Para elas caldear o barro é deixa-lo sujo com impurezas que podem prejudicar na hora que estão tecendo o barro.

muito delicada. Louça e barro é muito o fim. Se morre uma pessoa parente da gente, deus o livre, se pegar no barro é um foguete! Isto eu acredito porque morreu um parente nosso e eu esqueci. Aí eu fui e fiz umas peças e botei no fogo ali. Mas foi uma atrás da outra. Pum! Pum! Pum! Quebrou tudinho! Aí eu vim de lá e sentei ali... Meu deus nunca tinha acontecido isto comigo, o que aconteceu? Aí o Raimundo veio e disse: Sabe o que aconteceu? Por que o titio morreu e você não... você foi pegar no teu barro. Digo ô Raimundo foi isto mesmo. Mas daí, graças a deus, nunca mais aconteceu por que eu respeito. Ainda respeito muito as coisas dos antigos que tinham. Eu ainda respeito e muito. (Entrevista concedida em 06/05/2015)

Sobre o respeito aos parentes falecidos e não poder mexer no barro, igualmente acontece com as plantações. Esta situação me surpreendeu ao acompanhar Dona Ana no roçado, pois na medida em que presenciei uma quantidade enorme de mandioca cheirando ruim e saindo podre em minha mão, fiquei completamente intrigado. Ainda não tinha ouvido estas narrativas, que depois foram recorrentes e por isso perguntei racionalmente se o solo ou a chuva estavam estragando a plantação.

Ela trabalha em parceria no roçado realizando todo o trabalho da cadeia produtiva e no final divide certa porcentagem da produção com o senhor Nestor Pereira da Costa, dono do terreno e também morador de Santa Luzia. Nas semanas anteriores à que estivemos no roçado, um parente do Sr. Nestor havia falecido e Dona Ana meio constrangida rapidamente me explicou que

não era para colher quando parente morria, era para ficar sem beber um tempo, mas hoje não, o povo acha que os antigos não tinham razão. Agora olha e me diz. Isto aqui é cheio de regra. (caderno de campo: 12/05/2015)

Ao comentar com a Dona Marciana que eu tinha ouvido falar que as pessoas não podem entrar na roça quando parente morre, ela seriamente elucida este mesmo fato. Somente depois expliquei que estive com Dona Ana tirando a mandioca e o que realmente havia ocorrido:

Marciana: É, quando morre gente não pode ir para roça que apodrece a mandioca.

Fabício: Olha eu acompanhei isto mesmo Dona Marciana...

Marciana: Foi, porque, olha, quando meu cunhado faleceu o Pernudo com o Nestor não quiseram guardar que era parente. Apodreceu a maniva, a roça nova deles.

Fabício: Isto agora?

Marciana: Uhum, foi de fevereiro que ele faleceu. Ele disse que não foi para roça, mas foi sim, foi entrar na roça. O meu filho me contou que era para não ter feito isto e foi na roça, puxava que estava podre a mandioca. (Entrevista cedida no dia 24/07/2015)

Do mesmo modo este assunto surgiu naturalmente naquela conversa na varanda de Dona Carmosina com Dona Irene e Maria José (esposa de Tracajá), onde também me anunciaram que no momento mundano do marabaixo eles também “guardam” a morte do parente, efetivando somente a parte religiosa, que são as rezas e as missas. Além disso, na horta parece que também existe este respeito:

Dona Maria José: O (festejo) da Irene nós vamos todo ano, só não naquele ano que a mãe dela morreu, né? Não teve, mas todo ano o Maruanum tem que ir lá.

Fabício: Quando pessoa morre não tem marabaixo?

Maria José: Eles guardam, né? Tem aquele negócio de guardar a pessoa. Às vezes quando é parente assim, eles guardam por três meses. Ai a mãe que faz a festa, que faz o marabaixo todo ano lá...

Dona Irene: Quando o José da Costa morreu, acho que eles ficaram um ano, não foi?

Dona Maria José: Foi. É um ano que o grupo não faz.

Dona Irene: Um de perca mano, é um atraso danado. Não sei o diacho que é!

Fabício: E é só o marabaixo que interrompe ou tem outras coisas?

Maria José: A festa dançante também.

Dona Irene: Às vezes nem o Marabaixo, às vezes só a reza.

Dona Maria José: A gente faz a parte religiosa que é feita. Só não é a dançante, a mundana né? Agora a religiosa não pode faltar, não pode parar.

Fabício: E na roça, pode ir? (neste momento já havia ouvido falar que não roça também não podia).

Dona Irene: Não, principalmente na roça.

Dona Maria José: Durante oito dias não pode ir que mata a mandioca a maniva, né mana? Apodrece!

Dona Irene: Apodrece. Às vezes dá mosca, dá bicho.

Dona Maria José: Horta é a mesma coisa! Eu me lembro no Curralinho quando eu morei lá, meu compadre me mostrou. Tudo que chegava ele mostrava. Quando foi um dia ele mostrou lá para o pessoal. Vamos lá na horta? Aí disse, mano eu não vou! A pessoa de Macapá disse, mano eu não vou! Morreu um primo meu e eu não vou matar a horta de vocês. É porque apodrece né? Então é muito importante saber disso, as pessoas saberem disso.

Dona Carmosina: Ali no coisa apareceu um e olhou pra mim e ele não gosta que diga, mas eu acho que foi. O Dodó morreu né? Ali no Santa Luzia eles não guardam e entraram na roça. De repente apodreceu a roça do Nestor e do Pernudo. O menino da Raimunda disse que puxava assim toda molhada e estava fedorenta. Parece que deu uma penha na roça, mas só que ele disse que não, que foi uma doença na roça. Não querem acreditar. E era primo dele, mas eles têm o costume de não guardar ó. (Surpreso neste momento eu comento que visitei a roça).

Dona Irene: Aí é ruim quando passa para outra roça que não é deles né?

Dona Carmosina: Olha a minha aquela lá no caminho, tem pé que arranca e está tudo podre. Por que passa lá do lado e o vento joga para lá.

É perceptível que os ambientes se conectam diante do modo de pensar seu território e de fato seu modo de vida. Além disso, os respeitos às regras e aos antigos estão estabelecidos nestes dois ambientes de trabalho em que estive mais presente com as louceiras. Penso nestes dois ambientes, pois quando analisei alguns documentos da ALOMA, o que estava presente é que elas se consideram agricultoras e artesãs, fato que me deixou mais tranquilo em não ter acompanhado outras atividades. Pode ter sido uma distração, mas de início e na hora da escrita, estava preocupado por não ter participado de outras tarefas com mais profundidade, mas se estava deixando o campo acontecer com naturalidade, o óbvio é que fosse levado pelas suas atividades recorrentes.

É notório que o ofício de retirada da argila é bastante laborioso e delicado, pois o processo é realizado à mão e com o “ferro de pau”, mostrando forte consideração às suas tradições. Silvani (2012:49) lembra que ao final da retirada do barro, presentes, como pequenas louças, são confeccionados para a *mãezinha* ou *vozinha* do barro, a fim de que o processo de queima ocorra sem contratemplos. Estes presentes não dados quando terminam de retirar a argila e são colocados no final do barreiro, quase na veia do barro, onde fazem uma pequena câmara lateral onde são colocadas estas pequenas louças.

Ler os trabalhos realizados na comunidade, sobre as especificidades da louça, e frequentar o local, foi o que me fez empreender esta pesquisa, pois fui percebendo que o território do Maruanum reflete novas formas de pensar o fazer cerâmico, e como estas questões poderiam contribuir para a arqueologia do presente.

Com a intenção de agradar à mãe do barro, ou seja, a dona do lugar, as louceiras do Maruanum produzem vasilhas de cerâmica que são oferecidas no barreiro. Aqui analisei as

funções dessas vasilhas que são oferecidas para a mãe do barro em relação aos vasilhames usados cotidianamente pelas louceiras. Dentre os 15 vasos ofertados, nove são vasilhames com formas globulares (circuladas em preto na foto a seguir), ou seja, estes provavelmente são os fogões fabricados por elas.



Figura. 16: Na foto acima à esquerda podemos identificar algumas formas de cerâmica que são ofertadas para a vó do barro. À direita podemos ver o fogão de barro dentro de outra panela que está sendo reutilizada como suporte. Foto: Silvani/autor

Também foram observados três pequenos alguidares (circulados em vermelho na foto) que, em tamanho real, são utilizados para cozinhar em grandes quantidades. Os alguidares são os maiores vasilhames e, por consideravelmente estarem presente nas falas das louceiras, podem ser analisados como um dos mais “expressivos” da coleção. Estes, mesmo que inutilizados pelo tempo de uso, algumas louceiras os guardam emborcados no fundo das casas por anos.

Além disso, foi observada uma xícara (em azul), uma bilha para guardar água (destacado em verde) e uma “gamela” para cozimento (em lilás), que são vasilhas de uso doméstico. No momento de ofertar as pequenas vasilhas para a mãe do barro, acontece uma introspecção percebida pelo silêncio momentâneo, que a meu ver, denota uma situação de respeito e evocação, coisa que não acontece em outros momentos dos processos da feitura da cerâmica. Após o silêncio que acompanha a feitura das pequenas louças, as louceiras

também cantam²⁹ que na hora de depositar os pequenos vasilhames elas referenciam para a mãezinha:

A gente faz, quando termina de tirar o barro, pega uma bolinha e aí vai fazer aquela peça, uma tigela, uma coisa. Aí dá pra quem tá lá dentro do buraco, e a gente dá pra *vozinha*. Àquela pessoa que tá lá tirando o barro, digo então: “bota minha pecinha aí, por favor”. E ela diz “olha minha *vozinha*, aqui essa tigela que a Carmosina fez pra senhora colocar sua bacaba...” A gente faz assim... “que é pra senhora fazer com que as peças dela queimem direitinho”. Aí a outra já faz outra coisa, um caneco, cada uma faz uma pecinha e vai colocando no buraco. Cava um pouco pra que dê pra colocar as pecinhas de todo mundo. Cada uma faz um pedido pra queimar direitinho. (Relato de Carmosina. Silvani 2012:50).

À Dona Deuza, explicando-me as marcas em cruz na base da cerâmica que são feitas na hora da queima, das quais falo mais adiante, pergunto se havia as mesmas preocupações na hora da retirada da argila e ela conta com a mesma exatidão que a narrativa acima proferida por Dona Mariquinha:

De fazer a cruz não, a gente só faz a peça pra deixar lá pra vovozinha. A gente faz aquelas pecinhas, a gente tira o barro, aí a gente faz logo, faz um bocado, a gente é um bocado. Uma faz uma xícara, a outra já faz um pote, a outra já faz um botijão, a outra já faz um alguidar, a outra já vai fazendo uma panela, uma bacia. Ai quando a gente termina a gente vai e dá pra vovozinha. Ô vovozinha, esta xícara é pra senhora tomar seu café, este alguidar pra senhora coar seu açaí, sua bacaba. Esta panela de barro pra senhora fazer sua comida pra senhora fazer o milagre e que nossa louça queime em paz. Ai a gente mete pra de baixo, a gente faz um buracão e mete tudinho as louças dela. Até cachimbo a gente faz e bota lá (risos). Olha minha vózinha um cachimbo aqui pra senhora. Faz um milagre para nossa louça queimar em paz. (Entrevista concedida no dia 21/05/2015)

Este mesmo fato relativo aos presentes para a vó do barro, ocorre com as louceiras dos Quilombos situados no rio Trombetas, próximos a cidade de Oriximiná. Nesta região as artesãs fazem orações após colher o barro e também quando colocam as “oferendas” (boneco ou bonecas modeladas com a argila) pedem para a mãe ou vó do barro que suas vasilhas queimem em paz: “Minha vó, a gente chamava. Oh! Minha vó! Deixe minha vasilha queimar bem, não deixe quebrar. Tá aqui uma (peça) para a senhora em lugar do que nos leva” (informação de Dona Filica, aresã do Lago Moura. Videira *et al* 2010:51)

²⁹ Para maior elucidação procurar o documentário de Gavin Andrews que consta na bibliografia.

Nesse momento se percebe o vasilhame intermediando as relações de interação social entre as louceiras, a mãe do barro e conseqüentemente seu território. Deste modo, as vasilhas sendo de cunho doméstico, ou seja, para cozimento, é gerido por elas a energia vital, que são as refeições que alimentam suas famílias e as famílias das quais elas vendem suas louças. O papel feminino, desta forma, é interpretado no “plano pessoal, biológico e familiar de manutenção da vida” (Nancy Munn *apud* Ribeiro 1986:25)

Na comunidade, presenciei por dois anos a retirada da argila (2010 e 2012). Esta situação ocorre durante a época do verão quando os rios estão secos facilitando a chegada até o local. Existem alguns barreiros pela comunidade, no entanto, o que é mais frequentado por conter uma argila de qualidade e por anos estarem recolhendo no local é justamente o barreiro do Furinho.

Àquela época não entendia muito o processo que se passava sob meu olhar, no entanto, já no segundo momento algumas categorias começaram a ficar mais claras, dentre as quais a mãe do barreiro e sua relevância para aquele momento. Henriques (2011) menciona em sua etnografia estes respectivos donos dos ambientes e que estas regras são passadas de geração em geração por meio da oralidade ou por experiências compartilhadas.

Nas conversas que tive sobre a cerâmica este fato esteve presente nas narrativas. Uma dessas foi com o Sr. João Pereira, conhecido como o Sr. Alcides,

É porque você sabe que tudo tem mãe nesse mundo né? Olha você está aqui, ai de repente o Incra chega aqui e disse: você não quer tirar um terreno de terra para trabalhar? Ai para trás tem muita terra devoluta. Ai você disse assim: Aaa... então eu quero. Ai você, chega lá, você entra no mato e o Incra diz: olha é aqui que está devoluto, tá? Tá! Olha não tem ninguém aqui. Ai você entra e fala com deus assim: é meu pai do céu, eu vou requerer um terreno aqui, se tiver alguém morando aqui me dão a permissão para trabalhar aqui, porque eu vou trabalhar aqui nesse lugar mas eu quero permissão de deus em primeiro lugar. O meu pai dizia assim para nós: Olha meu filho, quando a gente pensa que está só, tem dois, três espiando a gente no mato. (Entrevista concedida no dia: 14/05/2015).

Já o parentesco com o protetor da argila, ao qual se deve respeito, é recorrente entre diversos povos das Américas, segundo Levi-Strauss (1985:40-41):

Qualquer que seja o seu nome — Mãe-Terra, Avó da argila, Senhora da argila e dos potes de barro, etc. —, a padroeira da cerâmica é uma benfeitora, já que os homens lhe devem, dependendo da versão, a preciosa matéria-prima, as técnicas cerâmicas ou a arte de decorar os potes. Mas, ao mesmo tempo, os mitos considerados mostram que ela tem um temperamento ciumento e

rabugento. Em um mito Jivaro, ela é a causa do ciúmes conjugal. Em outro mito, também dos Jivaro, cobra caro o seu auxílio. Mostra-se carinhosa e ciumenta em relação às suas alunas, prendendo-as sob a terra para mantê-las ao seu lado, ou então impões numerosas restrições quanto ao período do ano, o momento do mês ou do dia em que lhes é permitido extrair a argila. Ou ainda, estipula as precauções a tomar, interditos – como a castidade obrigatória na Guiana e na Colômbia, e dos oleiros entre os Urubus -, para evitar castigos que vão desde o trincamento dos potes durante o cozimento até a morte dos doentes e as epidemias.

Na construção da cerâmica, ou seja, o início do processo que é a retirada da matéria-prima, também demonstra que para obter um bom aproveitamento da cerâmica, precisaria autorização e um consentimento dos não-humanos. Como os “Jivaro, porém mais ao sul, em território boliviano, os Tacana vivem no sopé dos Andes. Contam que a avó da argila ensinou as mulheres a modelar vasos de terra, cozê-los e torná-los resistentes” (op. cit.:39).

Nimuendaju (1952) e Coelho (1981), citados por Lima (1985) informam que entre os Tukuna e os Waurá também há restrições relativas à presença de mulheres grávidas ou com crianças pequenas, uma vez que poderiam levar à inutilidade da cerâmica pela falta da plasticidade que por sua vez corre o risco de quebrar na hora do cozimento, assim como as crianças pequenas também podem sofrer o risco de morrerem. Além disso, a autora menciona que há relatos de mulheres grávidas serem tragadas para as profundezas do rio pelo protetor do barro, um “enorme monstro aquático que assume de tempos em tempos a forma de arco íris do poente”.

É possível pensar que estas partes do processo de fabricação da cerâmica (a retirada da argila, queima e a retirada do caripé³⁰, pois possivelmente são as partes do processo que mais expressam estes aspectos ontológicos) do Maruanum refletem a preocupação acerca deste sistema, que por sua vez, demonstram como as louceiras percebem seus espaços e a interação com o seu universo prático e sobrenatural. Ou seja, se a louça quebrar ou se a argila

³⁰ A falta de caripé é uma reclamação constante em todas as louceiras, sendo que algumas delas até estão deixando eventualmente de praticar a feitura. Atualmente, elas estão comercializando o produto e seu pagamento por vezes é excessivo tendo em vista a quantidade que é preciso para misturar ao barro. Desta forma, elas têm que buscar longe o produto fazendo ainda maior a dificuldade de realização do trabalho. Pena não haver incentivo e formas alternativa de conseguir o produto, pois as árvores que retiravam não há mais na comunidade.

não se tornar plástica, é provável que estas relações se tornem incoerentes e os elementos desse conjunto de interação não se apoiem mutuamente.

Assim como Miller (2009:423), o que tentei ressaltar aqui são os relacionamentos entre o todo e as partes, isto é, tratar isoladamente as pessoas, a cultura material, as interdições e os donos dos ambientes (Mãe do Barro), neste caso não seria a melhor opção. Estes aspectos acerca da mãe do Barro foram expostos para tentar mostrar que “no plano teórico não interessa tanto como as pessoas usam as coisas, mas como as coisas constituem as pessoas”.

2.2. “É isso aí e as pessoas não acreditam”

Os barreiros se localizam nas regiões alagadas oriundas das águas cheias do rio Maruanum. Por volta das seis da manhã, quando o gramado ainda se encontra orvalhado, elas se juntam e se munem com sacolas de plástico, pegam suas canoas rumo a essas áreas. Antigamente elas não usavam sacolas de plástico, mas folhas de sororoca ou de bananeira para acondicionar a argila, no entanto, estas folhas rasgavam, permitindo a entrada de ar que endurecia a argila durante o tempo em que ficava guardada (Coirolo 1991). Hoje, elas acondicionam tanto nestas sacolas plásticas como em tanques de lavar roupas em desuso e que são cobertos por água para argila permanecer sempre umedecida.

O barreiro, até chegar na “veia do barro”, mede aproximadamente dois metros de profundidade. Quanto à circunferência, esta é pensada no tamanho que caiba duas pessoas realizando o trabalho sem ficar se batendo. Pude notar quatro camadas no barreiro, sendo a primeira com pouco menos de 100 cm e composta por radículas com sedimento mais escuro. Dona Mariquinha explica que depois dessa primeira camada

Tem uma amarela (tabatinga), depois tem uma mais clara e depois chega no barro. O barro é aquela bem branca e às vezes tem um que é bem amarelo e um que é bem branco, limpo, limpo mesmo. Ele é bem limpo e tem uns que é bem claro. Todos dois são bons.

É visto então que existem dois tipos de argila que elas utilizam, sendo uma amarela e outra branca. Ouvia também falar que a argila branca é a mais recomendada, porém o que pode ser evidenciado por esta fala é a utilização dos dois tipos. Sua plasticidade é reconhecida pelo tato na hora que estão retirando, pois elas pegam uma pequena quantidade e amassam

entre os dedos identificando a hora certa que chegou na argila e se a mesma é de qualidade. Deste modo, a qualidade da argila condiz com as experiências sensoriais adquiridas durante os anos.

A retirada da argila ocorre durante os meses de seca no Amapá, ou seja, entre setembro e dezembro. Na primeira vez que fui ao barreiro, estava hospedado na casa de Dona Deuzarina Costa Silva, a Dona Deusa, que fica na Vila do Torrão. No Torrão moram Dona Deusa e ao lado de sua casa mora sua filha Castorina Silva da Silva, ambas exímias artesãs e também filha e neta de louceiras. A Dona Raimunda “Mundoca”, mãe de Dona Deusa, é uma antiga artesã que ensinou algumas jovens senhoras no ofício. Ao perguntar como algumas aprenderam Dona Raimunda é sempre lembrada.

Dona Deusa é uma senhora muito sorridente, bem-humorada, forte tanto na estatura quanto em personalidade e com uma voz bastante volumosa. Na comunidade, me convidou para participar da festa de seu aniversário no dia 30 de maio. Foi uma ocasião muito especial, pois todos os seus amigos e parentes compareceram ao seu aniversário de 60 anos. Veio gente do “Igarapé do Lago, de Macapá, do Pirativa e da comunidade mesmo”. Nesta ocasião, percebi pela mobilização entre os amigos e familiares, que estas festas são bastante valorizadas e respeitadas, pois entre os mais próximos é visto uma importante ajuda na organização. Além disso, reunir os amigos e familiares, obviamente, mostra-se de suma importância na medida em que os laços se fortalecem.

Dona Deusa é mãe de nove filhos, netos “eu já nem sei quantos são”. Nesta hora ela vira para sua neta que estava ao lado e pergunta quantos eram, chegando ao consenso de 26 netos contanto com os três adotivos. Dona Deusa é viúva e atualmente divide sua casa com seus filhos. Ela foi uma importante locutora e sempre me recebia durante as vezes que passei pelo local. Dona Deusa é nascida e criada na comunidade e aprendeu o ofício com sua mãe “somente olhando”.

A sua filha Castorina é outra excelente louceira. Com seus 40 anos, possui três filhos, um neto e é casada com Osvaldo que toca muito bem o marabaixo. Ela aprendeu o ofício com 16 anos, ou seja, “há muitos anos”. Ao contrário de algumas louceiras que aprenderam a fazer louça com sua avó Raimunda, Castorina adquiriu o ofício com a Carmosina, mostrando que os aprendizados sobre a louça, podem ser repassados independentemente do grau de

parentesco. Demonstra também que não há restrições ao ensinar, mas ao manifestar-se interesse, elas prontamente repassam o saber pensando na manutenção da tradição e no complemento de sua renda.

Castorina é uma mulher alta como sua mãe, um olhar baixo, pensativa ao responder pausadamente quando eu perguntava algo, pouco tímida e de riso fácil. Além de construir as louças ela trabalha cuidando da casa de outras famílias em dias alternados. Suas louças ficavam expostas na frente de sua casa em uma prateleira de metal. Quando voltei para pegar umas encomendas que fiz a ela, já estavam guardadas na casa de farinha, ao lado de sua casa, resolvendo fazer suas louças neste local.



Figura. 17: À esquerda festa de aniversário de Dona Deusa com todos os seus filhos em volta; à direita Dona Castorina em frente sua casa ao lado de suas peças.

Na primeira vez, situação pela qual estava hospedado na casa de Dona Deusa, caminhamos pouco tempo até chegarmos onde é o barreiro que se encontra praticamente na área alagada em frente de sua casa. Já no outro ano fomos recolher argila na Vila Santo Antônio perto da casa da Dona Alexandra, no famoso Furinho, local que revistei mais uma vez com Tracajá quando estive pela última ocasião em campo.

O barreiro e os buracos de onde foi retirada a argila deixam suas marcas anos após o processo. Quando estive com Tracajá, pela última vez em que estive no Furinho, foi possível observar que o local ainda continha as feições da atividade. Ao caminhar pelo local avistei dezenas de marcas circulares no chão, sendo que algumas ainda continham em seu interior os bastões que elas descartam após a retirada. Eles são necessariamente cobertos depois do processo para que o gado não caia e ocorra prejuízo.

Estas marcas estavam presentes quando fui com elas no ano anterior, porém Tracajá me informou que antigamente sua mãe, a Dona Maria Sebastiana, irmã da “Velha” Alexandra,

colhiam o barro atrás de uma mata de galeria que fica cerca de 50m desse outro local. Pedi que me levasse e ao chegar Tracajá explica que ajudava sua mãe quando era “moleque assim”:

Vinha ajudar a cavar a terra e embolar o barro. Eu estava com 22 anos e agora estou com 53. Antes a gente entrava nesta mata e pegava a sororoca, agora já não tem. O búfalo deve ter acabado com tudo. Antes não tinha búfalo (caderno de campo: 28/09/2015).

De acordo com Tracajá é provável que estas marcas circulares tenham no mínimo trinta anos e que o local onde a argila seja de excelência, há uma permanência e preferência na escolha do barreiro. Em um dos buracos havia nascido uma pequena árvore sobre a qual perguntei o nome e ele não soube muito bem informar. É provável, segundo ele, que seja a madeira que elas deixam quando terminam de cobrir o local.



Figura. 18: Tracajá me mostrando o local ao lado do Furinho que antigamente elas colhiam o barro; foto das louceiras quanto elas ainda guardavam o barro com a sororoca em formato de cruz e Castorina mostrando o tanque de lavar que agora serve para acondicionar argila.

Na produção de cerâmica no Maruanum, há regras para o *tecer*, ou seja, o acordelamento da louça, no procedimento de retirada do barro e também na queima. Ao conversar com Dona Carmosina e perguntar sobre suas preocupações ela menciona que a “Mamãe quando ela ia (no barreiro) sozinha não gostava de levar gente, ela menstruada, grávida também ela não levava para tirar o barro” (Entrevista concedida no dia 19/05/2015). De acordo com o relato feito por uma das louceiras para Henriques (2011:79) este mesmo fato ocorre:

“Essa coisa de louça é desde o tempo da avó do meu marido... tem a mãe do barro, vizinha do barro, que quando tá menstruada não pode tirar não, nem gestante não pode tirar... porque o barro fica “cardeado” [misturado, sujo]. Até hoje isso se mantém. Só não pode tirar o barro, mas pode fazer a louça, mas é melhor não fazer se tá menstruada porque o barro é frio! Pra queimar tem que não ser muito barulho senão ela espoca [dá bolha de ar e estoura]. Isso é desde do tempo dos antigos, se criança chora, grita, afasta. Não pode tá vento muito forte. Mas pra minha filha não tem isso, queima de tudo jeito”

Conversando com Dona Marciana na sua casa em Macapá, perguntei se havia preocupações ao tirar a argila e ela igualmente lembra da presença de mulheres menstruadas na hora da retirada da argila:

É por que olha, a mulher gestante não pode ir no barreiro que desaparece o barro. A mulher menstruada também não, fica tudo caldeado o barro. Primeiro os homens não iam tirar o barro de lá eles já foram já, iam cavar pra gente o barro. Agora eles já vão tirar barro pra nós, a gente paga e eles tiram. Tem a lua, dia de lua não presta tirar também, fica tudo caldeado o barro.

O relato acima referente a uma das louceiras mostra as interdições. Do mesmo modo, o estudo de Coirolo (1991), realizado na comunidade, demonstra claramente as regras locais relativas ao fazer cerâmico. Esta autora afirma brevemente que na retirada do barro e na coleta do cariapé (*Licania Scabra*) são observadas certas regras; a primeira é considerar a fase da lua tanto na retirada do barro como no corte do caripé. A autora afirma que somente três dias após a fase da lua o procedimento é aceitável. A segunda regra é que as mulheres menstruadas podem contaminar a argila, deixando-a impura. Terceiro, Coirolo também informa que as mulheres grávidas poderiam “empanemar” a argila e a casca de cariapé; por último, no dia anterior à extração da argila as mulheres não devem se relacionar sexualmente.

Os estudos de Douglas em analisar os atos e, sobretudo, as ações simbólicas explica que estas interdições relativas ao sangue, remetem à poluição, pois:

Trata-se dos poderes da poluição inerentes à própria estrutura das ideias e que sancionam toda a desobediência simbólica à regra segundo a qual estas coisas devem estar reunidas e aquelas separadas. A poluição é, pois, um tipo de perigo que se manifesta com mais probabilidade onde a estrutura, cósmica ou social, estiver claramente definida. (Douglas 1976:85).

Cecilia Sardenberg (1994), ao concordar com outros autores acerca da “irradiação negativa” que decorre da menstruação, diz que, no Amazonas, na comunidade de Manquiri, as oleiras, assim como no Marunaum, não permitem a presença de mulheres menstruadas

durante a queima da cerâmica e tampouco trabalham quando elas mesmas se encontram em tal situação.

A autora cita ainda outro caso no Recôncavo Baiano, onde o torno é um símbolo central que separa o ambiente masculino do feminino, onde há a distinção entre oleiros de não oleiros, dignos de não dignos e, portanto, usá-lo definiria o homem adulto. Assim o torno é uma forma simbólica que só os homens oleiros seriam dignos de usar. Desta maneira, as meninas impúberes poderiam brincar com o torno, porém, a partir da menarca ficavam proibidas de entrar na olaria e, sobretudo de brincar com o torno, já que haviam se tornado mulheres e o espaço dos homens não poderia ser invadido.

Cabral (2014:140) levando em conta sua experiência com os Wajãpis do Amapá, argumenta que essa preocupação ocorre e que neste momento acontecem alguns desdobramentos. Como a sucuriçu é sensível ao cheiro do sangue, atividades relacionadas ao rio são perigosas no período de menstruação, pois atraída pelos odores do sangue, a sucuriçu poderia atacar. Assim alguns alertas e recomendações à ela foram fortemente aconselhadas pelas indígenas.

Sendo a “impureza uma ofensa à ordem” (Douglas 1976), é possível, a meu ver, refletir sobre o vínculo simbólico relacionado à vida e à morte da louça. Por meio do sentido de *caldiar* o barro na hora da retirada da argila, assim como, a louça *espocá* (quebrar) na hora da queima, no tempo em que as mulheres estão gestantes ou menstruadas, observa-se um ciclo de vida empregado nestas ontologias imanentes ao processo da cerâmica.

Assim como estas precauções acima, o sangue também faz parte destas ao intervir no processo da louça do Maruanum, como uma relação de descontinuidade da norma ou das regras, é possível, desta forma, relacionar esse elemento como um processo social tangente às impurezas representadas neste fazer relacional. Deste modo, o sangue possivelmente é visto como uma dificuldade que possam ter durante a estruturação da cerâmica.

Não se relacionar com o marido antes da retirada do barro ou na hora da queima, também foi mencionado. Quando estávamos na casa de forno fazendo a farinha, Dona Ana me disse que na hora de tirar o barro

“quem tem marido não pode dormir com o marido, por que senão, não dá o barro. Não aparece o barro, o barro some. O barro que é para gente tirar some. Pode cavar

o buraco mais fundo que quiser que o barro que a gente vai tirar se esconde”.(entrevista concedida em 12/05/2015)

Outro fator preponderante é a hora da queima. Lima (1987:177) também menciona casos de interdições quanto à queima da cerâmica dentre alguns grupos indígenas como os Marúbo que não “podem comer carnes de caça e nem sal, pois do contrário, no momento da queima, a pasta fica “doce” e se fragmenta”. Do mesmo modo, os Kaingang não aceitam a presença de pessoas que não são familiares pelo receio do vaso não chegar à forma almejada.

Neste sentido, algumas louceiras do Maruanum também ficam receosas com a presença de pessoas estranhas nesta hora, pois se a pessoa “botar olho grande” é possível que a cerâmica não chegue ao final da queima (Coirolo 1991: 86). Lima diz ainda que na hora da queima as mulheres Kayabí são proibidas de falar, urinar e defecar. Em seu trabalho na comunidade, Henrique (2011) relaciona o mau olhado ou olho grande com o ciúme, doença e carinho de quem olha e deseja demais o que está olhando, resultando nestes acontecimentos indesejados, ou seja, em quebranto. Por ser o momento que o barro alcançará sua forma desejada, isto é, o momento que exige certa apreensão, do mesmo modo estes olhares são evitados na hora de queimar.

Antes de levar a cerâmica à fogueira, elas fazem uma cruz com carvão ou mesmo com uma incisão na base interna ou externa da cerâmica, para que este procedimento ocorra sem qualquer tipo de prejuízo e a louça não se quebre. Dona Carmosina diz que as pessoas olham este negócio (a cruz) e que isto não atrapalha para queimar e com isto ela queima. Elas também comentam que os mais antigos procediam da mesma maneira, dobrando em “cruz” a folha de sororoca para guardar a argila assim que terminavam de cavar o barreiro. Ao perguntar para Dona Deusa o porquê dessa marca em cruz, ela me responde da seguinte forma:

A cruz faz sim, é mais este aqui ainda que não fiz. Essa cruz a gente faz por causa do olho mal, para não dar quebranto. Olha o da Dona Dica tem... olha o dele tem também. Ó! Pouco aparece. O da Dona dica foi feito por fora (da base) na hora que ela foi queimar, é quando a gente faz. Se tivesse feito a lenha eu ia queimar para ti vê como é que queima. A gente faz assim mesmo para queimar, porque a gente já está com aquela fé, faz a cruz que é por causa dos olhos mal. Tem muita gente que tem os olhos feios. Vocês não, porque já estão acostumados a lidar com nós assim. Mas gente que nunca veio, nunca fez e nunca viu. Vocês já foram no barreiro com nós (Entrevista cedida no dia 21/05/2015)



Figura. 19: Cerâmica com a marca de Cruz em sua base externa.

Esta narrativa demonstra que não é qualquer pessoa que possa estar ao lado nesta hora delicada. Dona Carmosina igualmente lembra de uma situação similar em que a presença de uma pessoa estranha ocasionou a ruína de uma louca:

A sogra dela (falando de Dona Dede, irmã de Dona Ana) queimou o alguidar, tinha tirado do fogo para passar aí chegou um cara lá na casa dela. Uuuu a senhora está queimando o alguidar tão bonito... Começou a estralar, rachou tudinho, que não prestou. Já queimado! Ele quente. É já tinha tirado do fogo para passar a resina e o cara chegou na hora trincou tudinho. É por isso que, um dia desses a tia dela estava falando: eu não sei como é que tu faz o teu ai fora, onde todo mundo vê. A mamãe fazia o dela escondido. Eu digo: ah eu já fiz é eu faço é assim logo. Ela: ah não mamãe tinha um, é numa paragem só ela fazia, né? Não gostava que ninguém ficasse olhando. Eu digo: aahhh eu não eu faço é assim. Tem vez que eu tenho sorte que queima e tem vez que não queima. Talvez seja por isso o cuidado que não tem, né?

Em uma das visitas à “casinha” - lugar onde elas “tecem” a cerâmica – localizada ao fundo da casa de Dona Irene, quis comprar panelas que ainda estavam sem queimar. Quando perguntei o preço, fiquei sabendo que anunciar o valor antes da peça estar pronta também proporciona certos perigos. Isto é levado a sério, pois diversas vezes cheguei a ouvir este tipo de relato, que de forma alguma anunciavam o preço da peça.

Neste momento, o qual se mostra crucial para que o barro complete seu ciclo, corrobora no entendimento destas inibições e que estes diversos momentos da construção da louça consistem em extrema apreensão. Além dessas categorias levantadas acima, outro desdobramento sobre as preocupações que elas têm, ocorre se alguém grita ou se há muito

falatório neste momento delicado que é a queima, pois como interpela Dona Maria José e Dona Irene

Dona Maria José: É igual essa ciência, quando está queimando alguém gritar espoca, né? É isso aí e as pessoas não acreditam. Muitas coisas.

Fabício: Gritar também não pode?

Irene: Não. Por isto que é bom a gente queimar de madrugada ou então de tardezinha e até este vento, ó.

Maria José: Porque se estiver queimando e alguém gritar iiii Carmosina. Aí quebra, espoca.

Dona Irene: Até para fazer também.

Dona Maria José: Até para tirar (o barro) também. Olha eu não sou louceira, mas eu sei o caso delas.

Embora a maioria das interlocuções direcionem à hora da queima, em conversa com Dona Ana, ela me esclarece que quando está “tecendo” a cerâmica estes olhares “venenosos” também são evitados. Assim comenta que “somos iguais à cobra, venenoso igual à cobra, tem aqueles que são bons e tem aqueles que são maldosos. E os maldosos são os venenosos”.

Este fato igualmente ocorre no município de Salgueiro no Estado de Pernambuco com as louceiras de Conceição das Creoulas. Oliveira (1998) descreve a manufatura da louça, concluindo que estas “crendices” também preocupam as ceramistas. Assim ela registra o que “Tia Sabina” a relatou:

“Acredita ela que quando está fazendo cerâmica e chega certas pessoas na hora de levantar o barro, ela baixa. Seria pessoas más, “olho gordo” ou agourentas. Alguém que “possui mal olhado” por este motivo o barro não se segura, desmancha-se automaticamente. Diz também que na lua minguante não é bom para fazer a cerâmica” (Oliveira 1998:166).

Há ainda, no Maruanum, interdições referentes à lua. Diversas vezes quis acompanhar a queima, mas em respeito aos dias da lua o trabalho não se realizava, me forçando a refazer a logística em campo. Assim, percebi que o andamento da minha pesquisa, que deveria transcorrer conforme as minhas ambições iniciais, não coincidia com as operações das ceramistas. Evidente que os tempos são distintos e tive de me adequar a estas circunstâncias.

Lima (1985) menciona que as mulheres Xucurú se negam a queimar a louça durante o período de lua cheia. Em campo, tive a oportunidade de acompanhar a queima da cerâmica

junto à Dona Carmosina, Dona Irene e Dona Maria José. Foi possível perceber entre elas a preocupação com a lua, pois, se houvesse lua cheia não poderiam queimar devido ao perigo da louça quebrar.

As fases da lua são acatadas para que a queima proceda sem perdas, portanto, narrativas importantes ocorreram e uma delas aconteceu com o Sr. Alcides, marido da Dona Eugenia Pereira da Costa, outra louceira antiga. Por motivos de sua saúde instável, com ela não foi possível conversar. Segue o diálogo com o seu esposo

Para queimar a louça é preciso escolher a lua. Olha por acaso isto aqui era tudo louça, né? Isto é uma panela, isto aqui é um balde, isto é um fogão. Falta queimar, mas amanhã é dia de lua. Guarda, não pode! Se botar espoca tudinho, tem que passar a lua. A lua é a lua cheia, a lua nova, essa lua. O quarto minguante, quando arredou o quarto minguante, aí você pode queimar (entrevista cedida no dia 14/05/2015)

Ao perguntar para Dona Ana se havia algum período que a louça deve ser feita, da mesma maneira, ela responde:

Alguma lua que agora não sei qual é, mas tem uma lua que tem que tirar o barro naquela lua, o barro o caripé e tudo. O caripé só tem que tirar por lua. Tem uma lua que solta bem o caripé. Pode botando aí que ele não solta um pedaço de casca, se não for na lua certa pode ir lá bater. Agora se for na lua certa pode bater que solta (12/05/2015)

Dona Carmosina me mostra que as louças quebram por que a lua é forte “É por causa se for lua cheia, lua nova aí ela é forte. Aí vai botar para queimar e ela quebra”. De acordo com Marciana, a lua também pode influenciar no aprendizado sobre o Marabaixo

Olha quando eu me entendi a minha vó, a minha vó era grandona. A minha vó era grande. Ih, a Deusa é gita [pequena] perto dela [risos]. A minha vó [Antônia Maria Luiza] era maior que a Deusa, era grandona. Olha o braço, olha as pernas dela (...) quando dava pico na lua, ela dizia: olha gita, a gente pra ficar boa de voz e boa pra dançar, quando dar pico na lua, pega uma vassoura, vai dançar e vai cantar que fica com a voz bonita e vai aprender a dançar. E nisso nós fazia, quando era moleque. Assim como o Matheus, né? Aí os moleques chegavam lá com elas cantavam e a gente ia aprendendo as músicas com elas. Quando dava efeito na lua a gente cantava. Era só clarear a lua. E assim a gente fazia e assim eu aprendi.

A lua é um fator preponderante que acompanha os ciclos, sejam estes, naturais como as marés, plantações, épocas chuvosas, etc, ou mesmo os ciclos da vida feminina como a gravidez, a menstruação, estando, desta forma, interligados. É perceptível que as mulheres do Marunaum respeitam as fases da lua na hora de queimar da louça, na retirada da argila e em relação às plantações.

Segundo Germano Bruno Afonso (2017:48),

(...) A observação do céu sempre esteve na base do conhecimento de todas as sociedades do passado, submetidas em conjunto ao desdobramento cíclico de fenômenos como o dia e a noite, as fases da Lua e as estações do ano (...)

Assim, em respeito às observações astronômicas, Cabral e Saldanha ao interpretarem o sítio megalítico de Calçoene, escrevem pelo relato dos Palikur (Passes 2004) onde entendem que o “céu noturno pode refletir uma geografia na terra”, no sítio em questão, as considerações são relativas ao movimento solar que são impressos nos alinhamentos, desta forma, eles têm mais um elemento para considerar, isto é, “o céu como um espaço apropriado”. (Cabral e Saldanha 2008:24)

Observar as fases lunares também faz parte das condições que regem algumas etapas do processo de fazer cerâmica entre vários povos. Com relação aos indígenas da Guiana, Levi-Strauss (1985:37) observa que:

(...) os índios da Guiana cercavam a fabricação dos potes de interdições tão rígidas quanto às dos Yucararé: "Acreditam que só se pode extrair barro durante a primeira noite de lua cheia (...) Nessa noite, há grandes reuniões. De madrugada, os índios retornam às suas aldeias com enormes provisões de barro. Eles estão absolutamente certos de que recipientes feitos com barro extraído em qualquer outra hora não só teriam tendência a rachar, como também provocariam doenças variadas nas pessoas que deles comessem (...)

As narrativas demonstram que o fazer da cerâmica está repleto de significados ontológicos, cujo respeito às regras, as crenças, aos antigos e aos seres invisíveis é levado a sério. Além da tradição, por ser uma peça ímpar e pela laboriosa confecção, as louças do Maruanum se tornam especiais por este motivo, isto é, pelo fato de estarem carregadas da história de vida das louceiras. Estas histórias se conectam com a comunidade e o seu território através do tempo passado e presente, do individual e coletivo, com o natural e sobrenatural.

Neste caso é compreensível pensar que a louça do Maruanum, comunidade localizada no Estado do Amapá, no extremo norte da Amazônia Oriental, seja uma referência regional, uma vez que o que está em questão é a afirmação destas mulheres diante da permanência de seu ofício, que pelo decurso, é provável que possa se extinguir com o desinteresse das novas gerações e pela falta de incentivos.

Penso que as afirmações de Lima cabem perfeitamente para a cerâmica do Maruanum, pois esta também:

(...) é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (...) (Lima 2011:21)

As regras referentes à queima, a busca do cariapé, o processo de retirada do barro, a lua e a confecção da louça são intrínsecas às louceiras e a cerâmica. Portanto, são os momentos pelos quais, a argila definitivamente se determina por elas enquanto uma peça única e de qualidade. Nessas ocasiões pode se dizer que as regras sociais são relativamente definidas tanto para o sucesso (vida) quanto para a falha (morte) na preparação do fazer dessa louça originária.

2.3. O “Fetio” da Louça

Refletindo acerca da vida e da morte da cerâmica, das interdições referentes ao corpo e à cerâmica, levantei a hipótese que fossem análogas, uma vez que as cerâmicas pudessem ser corpos suscetíveis de fraquezas como o corpo humano. Isto também me veio, porque sempre ouvia colocarem partes do corpo humano em partes da cerâmica, como a orelha (alça), o beijo (lábios) e por fim o “fetio”.

Sobre uma abordagem voltada para as tecnologias de cerâmica e a propósito da diversidade técnica e significado cultural, Gosselain (1998:92), ao analisar a cadeia operatória da cerâmica em uma população de língua bantu no sul de Camarões, define as particularidades desta região como em outras regiões do continente Africano e afirma que:

(...) as preocupações simbólicas são provavelmente tão determinantes quanto as econômicas na fabricação e uso da cerâmica. No sul de Camarões, como em outras regiões do continente Africano (Barley 1994; David et al,1988; Gosselain 1995), os vasos são muitas vezes sinônimo de pessoas, enquanto o processo de fabricação é metaforicamente associado a outros tipos de processos de transformação, seja natural (gestação, maturação sexual, menstruação, germinação) ou cultural (cuidados de recém-nascido, iniciação, casamento, funeral). Os componentes de tal sistema simbólico são particularmente explícitos quando questionam os ceramistas sobre as proibições que devem respeitar, a fim de garantir a questão da cadeia operatória ou para protegê-los, os membros de sua comunidade, ou o ciclo de acidentes naturais metaforicamente semelhantes para aqueles que afetam os vasos (...)

Levi-Strauss (1985:33) argumenta que a cerâmica e o corpo da mulher são corpos homólogos, cuja composição e forma simbólica refletem praticamente uma simbiose, ou seja,

(...) É exatamente isso o que os nossos mitos afirmam, quando derivam a argila para cerâmica de excrementos, do cadáver ou da alma de uma mulher, ou então do cesto cheio de argila que ela deixa escapar ao cair; e outros, provenientes dos Shuar, quando dizem que a senhora da cerâmica modelou com argila os órgãos genitais femininos (...)

Tomando a cerâmica como um reflexo do corpo e da expressão feminina, pois “no pensamento dos índios, o vaso de argila é uma mulher”, (op. cit.: 33), tentava inferir que a menstruação e os fatores de gestação nas mulheres do mMaruanum poderia refletir esta situação de impureza por meio dos fluxos corporais e, por conseguinte, também reincidisse na impureza da cerâmica, pois se houver a transgressão da regra a louça possivelmente não tomará, como já foi dito, a forma almejada.

Mary Douglas (s/d: 86) afirma que “o corpo humano, mais diretamente que o do animal, é matéria de simbolismo”. Neste ponto, a autora discorre sobre a valorização da representação do corpo nos momentos de ritos que são celebrados no mundo todo. Desta forma, Maluf (s/d:91) ao interpretar Douglas, explica que neste diálogo há uma vasta discussão sobre a “simbólica do corpo e os fluídos corporais que se articulam com diferentes representações do puro e do impuro, das obrigações e interdições, etc, e que demarcam diferentes concepções do corpo na cultura”.

Lima (2011) também advoga que os sentidos tornam-se uma experiência da consciência, além disso, as percepções e sensações configuram o modo como as pessoas sentem o mundo, por meio da vivência prática, cotidiana e individual. É por meio do corpo – lugar da experiência – e das percepções sensoriais que vemos e estamos no mundo. Ao citar Tilley (2008b:61 *apud* Lima 2011:20) a autora escreve que nós tocamos as coisas e, ao mesmo tempo, as coisas nos tocam.

Neste sentido, arrisquei que estas percepções estivessem completamente relacionadas no fazer da cerâmica do Maruanum e, sobretudo, no barreiro, onde as questões relativas ao corpo- menstruação, gravidez, e se relacionar sexualmente antes de colher a argila - ou seja, os fluídos corporais são percebidos e respeitados ao ponto de culminar em seus interditos.

Assim, Seeger (et al. 1979:4) assinala que o corpo,

(...) afirmado ou negado, pintado ou perfurado, resguardado ou devorado, tende sempre a ocupar uma posição central na visão que as sociedades indígenas têm da natureza do ser humano. Perguntar-se, assim sobre o lugar do corpo é iniciar uma indagação sobre as formas de construção de pessoa (...)

Um dos pontos que caracteriza esta investigação é a noção de que as louceiras por meio da cerâmica possuem uma relação com o ambiente, e, posteriormente, com os outros sujeitos da comunidade. Assim, pensei que as mulheres do Maruanum, através da cerâmica, corporalidade e ambiente, dialeticamente estivessem dialogando, pois de acordo com Miller, ao pensar a antropologia como etnografia no âmbito da cultura material (2006), mostra que os sujeitos se relacionam com os objetos e o mundo. Assim, a síntese constituiria o corpo/louceiras, a antítese seria a cerâmica e, por fim, a tese enquanto experiência simbólica dos ambientes naturais e a relação vivenciada no seu cotidiano.

Mesmo pela relativa ausência de elementos iconográficos³¹ ou por adornos específicos, pensava mesmo assim que as louças fossem humanizadas, pois acredito, por meio das narrativas, que suas agências fossem atribuídas por meio da vivência que possivelmente foi construída no decorrer da sua ocupação. Neste caso poderia inferir que o corpo não é somente um receptáculo da inscrição dos símbolos culturais, mas também dotado de agência própria pelo qual também produz seus sentidos. (Maluf s/d).

Por meio das formas simbólicas referentes às interdições, ou seja, ao comportamento, talvez pudesse inferir que estas formas fossem direcionadas não somente para o corpo humano, mas também para os corpos cerâmicos. Consequentemente, esta negociação é posta para almejar a boa qualidade dos vasilhames, assim pensava que esta negociação é para boa qualidade da cerâmica enquanto corpos que estavam sendo por elas construídos.

Visitei algumas vezes a comunidade e havia pensado neste desdobramento, pois as ouvi diversas vezes falando de partes referente ao corpo humano nos atributos da cerâmica. Assim elas chamam a alça de “orelha” e as bordas ou o reforço de “beicho”. Mas o que mais

³¹ Relativa porque cada louceira faz pequenas decorações com incisões, mas definitivamente não apresentam pintura ou vasos antropomorfos. Talvez pelo seu caráter doméstico.

me deixava atento era o fato do “fetio” das cerâmicas que elas tanto falavam. Uma narrativa que me esclareceu que esta expressão pertence à outra categoria, ocorreu com Dona Deusa

Dona Deusa: Bota um pavio [rolete] aqui por fora. E o beijo dele era esse aqui. O beijo do aguidar era esse aqui. Aí esse aqui é o pavio que eu botei e passei esse beijo aqui por cima. Ai que a gente pinica [faz marcas de unhas] isto aqui. É pinicado assim com a mão. Isto é fetio da Dica Papada! Fetio dela, da Dica Papada.

Fabrício: O que é fetio?

Dona Deusa: Fetio dela assim, fetio dela porque foi ela que fez esse aguidar. E a gente diz fetio do aguidar dela. Foi ela que fez esse aguidar. Tá no fetio dela! **Cada um faz um aguidar de um jeito**. Ela não faz aguidar que nem o meu, ó. Pode você vê como é. O meu fica bem aberto e o dela não. Fica um aguidar direito, ó. Repare os pinicados do aguidar dela. Ela não faz com a mão. Ela faz com a cuiapel [cua para alisar a cerâmica]. Cada um faz de um jeito.

Fabrício: E reconhece? Se eu colocar cinco cerâmicas uma do lado da outra a senhora conhece?

Dona Deusa: **É, eu conheço tudinho as louceiras**. Eu digo tudinho: Aguidar da Maria Ventura, da Dica Papada, aguidar da mamãe, aguidar da Marciana, aguidar da Castorina, da Carmosina. Já fosse lá com a Carmosina? Tem muita louça lá. Então cada uma tem um fetio. (entrevista concedida no dia 21/05/2015)

Embora ao perguntar se ela reconheceria as cerâmicas se as colocassem enfileiradas e me responder que conhece cada louceira, isto também poderia influenciar o rumo da argumentação, mas o que está em questão é que o “fetio” representa a singularidade, a forma e o fazer de cada louceira. Esta configuração não é física, mas técnica. Isto define, desta maneira, a qualidade do trabalho de cada louceira.

Por esta narrativa entendo que o feitio não seria a forma de seus corpos, mas o aspecto singular que cada uma empreende e faz sua cerâmica. Os que não conhecem as louças do Maruanum, não percebem a singularidade de cada peça. Ao contrário delas, que conhecem muito bem a particularidade de cada uma.

Quando passei mais tempo na comunidade e consegui efetivamente me aproximar, fui abandonando a reflexão sobre estas categorias quando também senti que estava induzindo a situação e fazendo perguntas com as respostas dadas. É certo que o feitio é usado para referir às pessoas, mas também é usado para os instrumentos em geral. Isto ficou mais claro quando ouvi Tracajá falar que o seu remo era feitio do Joel Silva da Oliveira, construtor naval da

comunidade Monte das Oliveiras. A partir disso tomei mais cuidado e comecei a lançar mão de minhas intenções e entender as alteridades de forma mais precisa.

Pela vivência em campo e pelas conversas, acredito que sejam mais alusões ao mestre artesão, que corpos análogos. Percebi que este pensamento inicial não condiz com o que elas pensam sobre a cerâmica enquanto corpos. Quando fazem estas regras, fazem em respeito às suas ontologias, não porque as cerâmicas sejam corpos, pois como foi visto, a poluição é corporal, mas é o respeito com a Mãe do Barro, aos antigos e sua tradição que elas absorvem. Sem dúvida que há preocupações no fazer e pensar a cerâmica, que existe uma imanência em suas intenções, mas percebi que não existe uma roupagem diante dessas situações.

Isto é um assunto caro e que inicialmente me alterou, porém o que está em questão é o árduo trabalho de entender o pensamento delas e seu modo de vida. Sem dúvida o modo como tratam a cerâmica condiz com seu modo de vida e que me arrisquei em acreditar que as cerâmicas fossem seguimento de seus corpos, todavia foi preciso recuar e perceber que elas não entendem desta maneira.

3. As Louças do Maruanum

“O barro Toma a forma que você quiser
Você nem sabe estar fazendo apenas o que o barro quer”

O que o barro quer: Paulo Leminski (1985)

3.1. As pesquisas com ênfase na arqueologia em comunidades quilombolas na região Amazônica

Na região Amazônica, são vistos diversos trabalhos de arqueologia em comunidades originárias, porém o que se mostra é que, na maioria destas pesquisas, as comunidades quilombolas não estão incluídas nos contextos da etnoarqueologia ou de uma arqueologia do presente/comunitária/colaborativa. Interesses voltados para pesquisas com linhas colaborativas em comunidades se desenvolveram principalmente com grupos indígenas (Jacques 2015:33).

Portanto, penso que seja de suma importância realizar esta pesquisa com as comunidades quilombolas do Maruanum no Estado do Amapá, que ainda praticam suas atividades com a cerâmica, ocasião que, com a falta de interesse dos mais jovens e de incentivos governamentais, como já referido anteriormente, talvez possa se extinguir.

De acordo com Fabíola Silva (2009) os interesses acerca de trabalhos que relacionam a existência material com dados etnográficos na Amazônia iniciaram-se em 1876 com Barbosa Rodrigues (1876, 1892), Goeldi (1906), Koch-Grünberg (2005[1909]) e Fricke (1901, 1964), cujos trabalhos sugeriram linhas pautadas em analogias entre sociedades do presente e as do passado. Este interesse relativo às analogias, de acordo com a autora, gerou um longo e polêmico debate.

Silva discorre sobre o teor dos diversos trabalhos de etnoarqueologia³² realizados na região Amazônica. Por meio desse panorama, a autora aborda de forma sistemática a contribuição que estas pesquisas trouxeram para o desenvolvimento da disciplina e do entendimento do passado pré-histórico na Amazônia. Nesse artigo, não é evidenciado nenhum trabalho que se volte para comunidades com afrodescendentes na Amazônia.

Diante desse quadro, inicialmente pensei que deveria realizar uma síntese dos trabalhos de arqueologia e comunidades na Amazônia. Poderia realizá-lo se fosse contundente com a pesquisa, todavia opto por direcionar o olhar para pesquisas arqueológicas que foram realizadas com quilombolas, foco desse trabalho. Como já anunciado anteriormente, este fato demonstra os poucos trabalhos que ainda estão sendo elaborados na região.

As publicações acerca de arqueologia e comunidades na Amazônia brasileira contêm inúmeros trabalhos já consolidados. Entretanto, sobre uma arqueologia que se volte para as questões do negro na região citada, percebe-se uma escassez de produções acadêmicas diante desse conjunto. Pela busca que me foi possível realizar, na Amazônia, há poucos trabalhos de arqueologia em comunidades de matriz africana.

Em se tratando de pesquisas em comunidades quilombolas que também praticam a arte de fazer a cerâmica, a produção é completamente nula. Por um lado, esta dissertação traz luz a novas questões, mas, por outro, causa um desconforto por não ser possível traçar paralelos ou contrapontos com pesquisas semelhantes. Além disso, ressalta a possível desinformação diante dessas questões.

Assim, realizei um levantamento exaustivo, tentando procurar pesquisas que se assemelhassem com meu foco de pesquisa. Já sabia que encontraria uma pequena produção acerca, porém fiquei surpreso ao me deparar com apenas sete pesquisas que se acomodam ao que estou arriscando propor. Isto é, uma arqueologia do presente, na Amazônia e que leve em consideração as narrativas e a história das pessoas que vivem em coletivos quilombolas.

³² Nesse artigo, Silva define etnoarqueologia como uma pesquisa que trabalha com “sociedades contemporâneas, buscando dados etnográficos para responder problemas de interesse arqueológico” (2009:28)

Abaixo busco explicar cada uma dessas sete pesquisas. Dentre estes poucos trabalhos, alguns se concentram em arqueologia da paisagem e a percepção que a comunidade concebe diante destas questões. Mais uma vez, percebe-se que o Maruanum é uma especificidade na Amazônia por ainda realizar a arte da cerâmica, possibilitando novas perspectivas para compreensão da arqueologia na região.

Uma pesquisa interessante neste âmbito é de Patrícia Marinho de Carvalho (2011; 2012). Essa pesquisa, realizada junto à comunidade de Boqueirão, situada em Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, no Vale do Guaporé, oferta um excelente esclarecimento acerca dos elementos da paisagem, sobretudo suas correlações com as árvores e os estudos africanos e afro-brasileiros no âmbito da disciplina.

Nessa linha da arqueologia da paisagem a autora analisa, por meio dos dados observados em contexto sistêmico e arqueológico. Partindo do entendimento de que as árvores são como ecofatos e a paisagem como uma construção cultural, atribui, desta maneira, significados aos “elementos herdados dos antepassados nos modos de fazer e de perceber o lugar” (idem: 2012:27). Assim, estes sentidos mnemônicos, conferidos e ativados pela comunidade, estão atrelados às árvores e às plantas por meios simbólicos. Na medida em que esses meios são comparados às religiões de matriz africana, as árvores se apresentam como ativadoras da memória, identificando crenças e culturas dos antepassados.

Nesse trabalho, os aportes da diáspora africana são usados para inferir rotas que identifiquem etnias de origem. Efetivou-se um levantamento das árvores e plantas que são entre eles utilizadas, objetivando apontar seus usos em rituais africanos e afro-brasileiros. Deste modo, os valores simbólicos são pensados em meio à complexidade presente na diáspora Atlântica negra. Embora não se vejam as narrativas sendo aprofundadas, é possível averiguar o fôlego da pesquisa e os correlatos que a autora se propôs a evidenciar.

Outro trabalho de dissertação, defendido no ano de 2008 pela mesma Instituição e com foco na mesma região estudada acima, ou seja, a cidade de Vila Bela, é de João Henrique Rosa. Este autor realiza um trabalho interessante, na medida em que aprofunda sua interpretação entre os documentos, os vestígios arqueológicos e as fontes orais. Nota-se uma ênfase nos documentos históricos à época da mineração em Mato Grosso.

Entre uma leitura crítica e uma escrita densa, o autor, por meio de cruzamentos de dados cartográficos, infere os lugares onde ocorreram essas atividades auríferas e que, mais tarde, seriam as possíveis ocupações quilombolas, propondo, ao que parece, um modelo preditivo através de mapas, documentação histórica e as informações geológicas através de quadros de localização de jazigos minerais.

Alguns de seus argumentos estão alicerçados em documentos que retratavam as atividades das diligências ali abarcadas no final do século XVIII e de XIX. Por meio da “Arqueologia do Compromisso” (Rosa 2008:102), o autor tece suas críticas e possibilidades. As fontes orais presentes no texto contribuíram para o fortalecimento da argumentação no que diz respeito à reconstrução da história local. Por meio de 30 conversas informais, o autor vai traçando uma trilha que busca a etnicidade desse grupo frente aos seus direitos de permanência em seus territórios.

Além desses dois trabalhos, pude observar pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação da UFPA. Esse programa, por excelência, possui uma linha com na qual se busca compreender os quatro campos da Antropologia Sociocultural. Diante desse sistema, algumas pesquisas em arqueologia são formuladas pensando como a antropologia contribui com o entendimento da cultura material, ofertando, desta forma, outros paradigmas para a disciplina arqueológica.

Entre elas, destaco duas pesquisas que refletem a arqueologia como seu mote de pesquisa em comunidades quilombolas e nas quais a etnografia percorre um caminho entrelaçando as linhas de pesquisa, colaborando, desta maneira, para o esclarecimento das propostas do curso.

O primeiro que busco explicar é a dissertação de Irislane Pereira de Moraes (2012). Sua pesquisa, realizada com os povos do Aproaga, na região do Vale do rio Capim, no estado do Pará, está constituída nas linhas da arqueologia pública e etnográfica, que, por sua vez, apoia-se na antropologia da ação. Por meio das ruínas do sítio arqueológico de um engenho colonial localizado na região, os argumentos se constroem por meio da memória e os significados que estes povos atribuem a seu patrimônio e a sua história e trajetória de vida.

Neste caminho, a autora traça uma argumentação pensando em identidades coletivas, nos direitos etno-territoriais e como estes preceitos que envolvem o patrimônio

podem contribuir para as demandas políticas de demarcação e posse definitivas das terras dos coletivos quilombolas em geral. As narrativas e o pertencimento desses povos do Aroá fazem emergir suas territorialidades, que são muito bem demonstradas nessa dissertação.

É visto que a arqueologia, a antropologia e a etno-história serviram como os alicerces centrais desse trabalho. Entrelaçando estas perspectivas, as ruínas e a cultura material são pensadas como relações que compreendem o passado e suas fruições no presente, bem como as narrativas que colaboram no fortalecimento desse pertencimento ao seu território específico.

Relativamente na mesma orientação e também com uma mesma preocupação social diante das demandas das comunidades quilombolas, percebo os trabalhos de Clarisse Callegari Jacques (2013; 2015). Em conjunto com as pessoas locais, moradoras da comunidade quilombola de Cinco Chagas, localizada no Estado do Amapá, a autora por meio da igaçaba encontrada na localidade, escreve sobre suas memórias por meio da oralidade e das experiências vividas.

Em pesquisa com arqueologia colaborativa, através da prática etnográfica e reflexiva, Jacques aprofunda a materialidade e a paisagem como negociações e construções históricas. Por meio das ações humanas e dos objetos encontrados na comunidade, é obtida uma “arqueologia enquanto ciência que pretende construir a história passada, mas que está voltada para o presente” (Jacques 2015:04). Através da dialogia como uma afirmação da alteridade, a objetivação surge como um dos conceitos chaves em sua tese. A autora busca em Miller (2010) o conceito a partir do qual entende que na objetivação não há separação entre os sujeitos e objetos, destarte seria um resultado dialético da cultura material, ou seja, os objetos transformam as pessoas no mesmo processo que as pessoas transformam os objetos.

Assim, os vestígios arqueológicos e a materialidade objetificam experiências do passado e as atividades diárias na Comunidade de Cinco Chagas. Outros conceitos, como territorialidade e a diversidade cultural, são também o mote dessa pesquisa. Em caminho denso, a autora realiza os objetivos de forma tranquila e muito coerente, tornando sua leitura fonte de grande aprendizado.

Também houve a possibilidade em observar outros trabalhos de arqueologia que estão sendo realizados em coletivos quilombolas na Amazônia. Trabalhos de conclusão de cursos (Lima 2015 e Lemos 2015), orientados em Santarém pela Prof^a Dr^a. Lilian Rebellato, privilegiam como análise os solos de terra preta presentes nas comunidades no entorno desta cidade.

O trabalho de Aldo Luciano Corrêa de Lima (2015:13) teve como objetivo apresentar e analisar a “relação do uso da terra preta com o fortalecimento da identidade em territórios étnicos no município de Santarém”. Esta pesquisa foi possível por meio de alguns aspectos como: o mapeamento dessas terras pretas (TP) presentes nas comunidades de Murumuru, Murumututuba e Tiningú, a identificação idiossincrática dos solos, identificar os conflitos agrários e, por fim, identificar relações entre o uso da TP para o fortalecimento da identidade desses moradores. No entanto, o relatório, que tive acesso, o instrumento de análise estava no item da idiossincrasia dos solos TP.

Neste trabalho, o autor observou a idiossincrasia através do Discurso dos Sujeitos Coletivos. Com isso, para alcançar tais resultados, como metodologia fez algumas perguntas chaves que correspondessem ao interesse da pesquisa. Dentre essas perguntas, estão o que é a terra preta, como surgiu, qual a importância, como poderia descrever, existe algum conflito ocasionado pelo seu uso e como o agricultor usa a TP. Nestes pontos, as narrativas dos interlocutores sobre a TP desses quilombos, são construídas por diversas formas, evidenciando que o conhecimento tradicional, relativo a TP, é um marcador de “fortalecimento identitário sobre seu território”. (op. cit.: 2015:19)

Por meio desses estudos, relativos à terra preta, Andrea Rabelo Lemos (2015) analisa os aspectos pedológicos e os sentidos existentes entre as pessoas da comunidade. Desta forma, a autora apresenta os aspectos morfológicos, usos e noções que os agricultores dão a terra. Na comunidade de Bom Jardim, localizada em um platô a 17 quilômetros do centro urbano de Santarém, o argumento é elaborado com o objetivo de mostrar estes entendimentos, e, portanto, os sentidos acerca da Terra Preta.

Dentre estes sentidos, é mostrado que a transformação da paisagem é também proveniente das ações dos quilombolas de Bom Jardim, estando presentes na memória daqueles que trabalham nestes locais, desde que se conhecem. Outro sentido que a autora

refere à terra preta são aos fragmentos de cerâmica que são colecionados pelas pessoas da comunidade. Estes fragmentos, encontrados nestes solos, dão um sentido do estranhamento, e partir disso são geradas concepções sobre os artefatos encontrados. Outro ponto que é levantado acerca dos sentidos que as pessoas de Bom Jardim dão aos sentidos da terra preta presente em seu território é sobre as questões de pertencimento ao lugar, gerando uma nova “pertença que vai sendo tecida com o tempo e com o contato com o solo que confere um caráter de herança”. (Lemos 2015:38)

Por fim, outro trabalho direcionado nesta linha ocorreu no âmbito da Educação Patrimonial, realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. No rio Trombetas, entre as Comunidades Quilombolas vizinhas à cidade de Oriximiná, no processo de construção da louça, há grande semelhança com o Maruanaum. No Projeto intitulado “A Cultura do Barro: arte e ciência nas margens do rio Trombetas” os autores (Videira *et al* 2010) explicam que, ao longo desse rio, é possível encontrar ceramistas que, mesmo esporadicamente, ainda fazem a arte da cerâmica.

As ceramistas desse local, além de utilizarem o mesmo termo para se referir à fabricação da cerâmica, isto é, “tecer” o barro, ainda estabelecem as mesmas preocupações sobre a “mãe ou vó do barro”, ocasionando pedidos de licença e oferendas, fato este que coincide com as mesmas práticas observadas com as louceiras do Maruanaum. Escrevem, portanto, que há, entre essas comunidades, uma forte crença sobre os “seres mágicos” e se não houver este pedido de licença, ou seja, essa “obrigação”, igualmente as ceramistas acreditam que na hora da queima o vasilhame possa quebrar. Além dessa atenção, “Todo o processo de fabricação de cerâmica dos artesãos do Rio Trombetas é cercado por preocupações” (op. cit.: 52).

Observa-se, pois, que há semelhanças entre as comunidades quilombolas do Rio Trombetas e o Maruanaum, principalmente nas seguintes práticas: tecer a cerâmica com a mente livre de maus pensamentos, queimar a louça no silêncio do início da manhã para que se evite a falação e o olho gordo, bem como evitar o vento. Diante disso, percebe-se que este fato sobre as relações ontológicas acontece também em outras comunidades quilombolas presentes na Amazônia.

O interesse social e a demanda histórica relativos à memória das pessoas se cruzam nestes trabalhos, ofertando uma leitura crítica e uma posição diante das demandas atuais das comunidades quilombolas. A pesquisa arqueológica em quilombos na Amazônia mostra-se preocupada e atualizada no que se refere aos interesses coletivos.

As cerâmicas do Maruanum igualmente não extrapolam estes sentidos, mostrando claramente que também são construções materializadas em suas histórias, ambiente e, por conseguinte, em seu território. Adiante, penso que seja a hora de mostrar o processo de fabricação que as louceiras aprenderam no percurso de suas vidas e que ainda mantêm com obstinação para posteriormente evidenciar estas peças por meio de um inventário.

3.2 O “Ponto Certo” ou Construção da louça

Coiroló (1991), ao trabalhar na comunidade do Maruanum, analisou brevemente os aspectos da fabricação da cerâmica. Na construção da cerâmica, pretendo seguir seus passos metodológicos e com isso complementar o trabalho que brevemente realizou. Desta forma, a autora, ao descrever o processo de fabricação da cerâmica, além dos rituais que o acompanham, levanta os seguintes itens: Obtenção da matéria prima, Limpeza da argila e Preparação da pasta, Modelagem, Secagem, Polimento, Cocção e Impermeabilização e as crenças, aspecto que, neste trabalho, foram tratadas no segundo capítulo.

Após mostrar os diversos aspectos relativos ao tecer da louça, anuncio o inventário das peças como forma de convite ao conhecimento dessas peças. Busco mostrar as peças que são historicamente emblemáticas para elas. Além disso, mostro também suas formas e funções. Por último, descrevo a exposição das “Louceiras do Maruanum” que coletivamente construímos.

3.2.1 Obtenção de Matéria prima ou do Barro

Como nossa ênfase inicialmente recai sobre a retirada da argila, cabendo demonstrar a localidade do barreiro onde se obtém a argila. Segundo Lima (1987:174), há populações como os Kayabí, Araweté, Tiriyo e Tapirabé que se deslocam em expedições que chegam a percorrer vários dias em busca de um material que tenha a qualidade necessária para obterem um resultado satisfatório na confecção dos vasilhames. No caso do Maruanum, o barreiro é de fácil acesso, pois encontra praticamente nos quintais das louceiras.

Embora Coirolo afirme que a busca de matéria prima no Maruanum é adquirida longe do lugar de habitação, com exceção do caripé, o que observei em campo é que o barreiro está situado nas áreas de várzea ao lado do rio Maruanum, isto é, no interior da comunidade e perto de suas casas, dando a entender que é uma extensão de seus quintais. As incursões em busca da argila são realizadas no verão, pois, durante o inverno, as áreas estão alagadas (Silvani 2012:46). Lima (1987) também ressalta que, para a coleta de argila, são habitualmente aproveitados os períodos de seca, quando as águas baixam e a coleta da argila é facilitada.

Antigamente, o barreiro se encontrava em uma das comunidades; no entanto, depois do falecimento de Dona Alexandra, guardiã da memória da tradição e considerada exímia louceira, com cerca de 100 anos, sua família, por causa dos impostos, começou a cobrar pela argila (Coirolo 1991). Por isso, as louceiras começaram a coletar em outra comunidade do Maruanum, localizada em frente à casa de uma delas, a Dona Deuza. Em visita recente à comunidade, percebi que este impasse da coleta foi resolvido e atualmente não há restrições de lugares para tal atividade.

Uma vez que a coleta de argila se realiza no verão, é perceptível que os períodos de chuva e seca influenciam completamente o cotidiano das populações que moram margeando os rios, demarcando assim as épocas, suas atividades e seu modo de vida. Apesar de algumas casas no Maruanum serem elevadas, estas não se localizam no interior dos campos alagados, como palafitas, mas se encontram nas margens do rio, nos campos e nos tesos.

Ao contrário dos ceramistas de Cachoeira do Arari (Linhares 2007:08), onde “estações diferenciadas modificam a rotina das pessoas, mas não impedem as atividades, apenas torna-as difíceis”, no Maruanum, a estação de cheia impede a retirada do barro, forçando as louceiras a estocarem argila para suprir o período de chuva. A chegada nestes pontos é de fácil acesso, por serem conhecidos pelas mulheres e por se caracterizarem como áreas limpas, sem muita vegetação.

Assim, ao se chegar nos depósitos de argila, como já referido anteriormente, percebe-se que, no local, há vestígios de outras épocas em que buscavam o barro. Além disso, os buracos permanecem visíveis devido à superfície acidentada resultante do processo anteriormente que cavaram e que posteriormente foram tampados para não causar imprevistos com o gado.

A vegetação que há que se atravessar para chegar aos locais é uma mata ciliar com pouca densidade de árvores. As árvores são de grande e pequeno porte com espécies variadas. Depois de transpor a mata ciliar, logo se chega ao descampado das superfícies alagadas com vegetação rasteira do tipo gramínea. Alguns focos de vegetação como matas de galerias são vistos dispersamente pelos terrenos. No local do barreiro, é possível encontrar uma superfície plana com pequenos morrotes que a circundam, os chamados “torrão”.

Anteriormente, neste trabalho, já foram feitas algumas considerações acerca do barreiro e a retirada da argila. Contudo, cabe ressaltar que esse momento, além de conter as regras já explicitadas acima, é a ocasião pela qual as relações sociais e de gêneros estão sendo constituídas. É uma reunião com a qual as senhoras estão fortalecendo suas semelhanças, conduzidas pelo ofício de louceira.

No restante do processo de fabricação observei que elas preferem um trabalho solitário. Isto é uma escolha delas, por ser um momento de criação no qual elas dependem somente de suas habilidades e concentração. Por isto, além de certas regras que foram comentadas, preferem que outras pessoas não atrapalhem. Percebe-se também que tecer a louça é o instante pelo qual elas podem ter o momento próprio, onde elas fazem algo que talvez faça a lida diária ser esquecida. Isto ficou claro quando Maria Raimunda me relatou que faz a louça por que gosta e acha bonito, tendo até vezes em que, enquanto a está fazendo, o marido a lembra até de comer.

Dona Maria Raimunda Ramos da Silva começou a fazer louça de fato há três anos, mas já é considerada uma louceira respeitada e, sempre que pode, participa das reuniões. Filha, neta e bisneta de louceira, teve nove filhos, casada como Sr. Francisco Pereira de Almeida e atualmente está com 56 anos. Dona Maria Raimunda também aprendeu a tecer a louça “prestando atenção” em sua mãe fazendo. Ao lado de sua mãe, interessava-se em fazê-la ainda quando Dona Dica, que apresento adiante, tinha uma casinha para fazer a louça.

Sua pessoa é bem tranquila, uma voz igualmente tranquila e um olhar seguro. Com sua narrativa muito bem firme, orgulhosa explicava-me diversas histórias sobre seu ofício. Notei logo que sua louça é uma particularidade, pois cheguei a ver um passarinho como uma alça da tampa de sua panela. Ainda não tinha visto algo assim e achei bem diferente. Ela faz qualquer tipo de cerâmica, apesar de preferir tecer as maiores por ser fácil. Disse-me que,

quando começou, queria fazer logo para terminar, mas tinha uma mão muito pesada e esbandalhava a cerâmica. Então sua mãe dizia que não, que a louça é para ser feita devagar, isto é, com paciência. Ela mora ao lado de sua mãe, a Dona “Dica Papada”, outra antiga louceira.

Desde que “ela se entende”, as pessoas chamam a Dona Raimunda Ramos de Dica. Com 84 anos, é casada com Raimundo Pereira da Silva, com quem possui onze filhos. Ao perguntar quantos netos tinha, respondeu-me que nem sabe, porém eles (a família) fizeram uma conta que deu 94 netos. Já os bisnetos eles não contaram, mas ela também disse que são muitos. Conversar com ela foi um pouco intrincado, pois sua fala soava um pouco confusa e não entendia muito bem.

Mesmo assim, foi um momento muito elucidativo, fazendo-me entender algumas questões sobre a louça que ainda não havia compreendido. Ela foi muito solícita para falar de suas lembranças relativas à louça e da história da comunidade. Sentamos em seu quintal e imediatamente pediu para sua filha colocar suas peças ao seu lado, demonstrando ainda um forte interesse e gosto pelo assunto. Ela é filha de Alexandra Maria Luiza e, de acordo com ela, sua mãe morreu com 150 anos.

Ao perguntar com quem a mãe dela aprendeu, disse-me que foi com a “gente dela que era da mãe dela”. Ao perguntar de onde eram a mãe e avó dela, explicou-me da seguinte forma:

Ela, era daqui do Maruanum. Mas ela não era mesmo daqui, por que quando eu me entendi, ela me disse que eles vieram ai do Criau³³. A mãe dela, foi no tempo da mãe dela. Era tudo da banda ai do Criau, porque quando eu fui me registrar, aí meu pai me registrou o primeiro registro na firma dele daqui do Maruanum, ai eles não concordaram. Mandaram buscar lá do Criau, por isso que eu sou Ramos. Ai esses Ramos já vieram de lá. Ainda se eu não fosse e não tivesse essa descendência do Criau eu não era Ramos, era Silva. Por que aqui era Pereira, aqui do Maruanum era família do Pereira, por que a mãe do pai era Pereira.

³³ O Criau ou Curiau é um Quilombo situado ao lado da cidade de Macapá. Sua história remete aos negros escravizados que vieram fugidos na ocasião da construção da Fortaleza de Macapá. A História, a cultura e a luta de quilombos já foi muito estudada em diversas pesquisas. A demarcação e titulação de suas terras foram umas das primeiras da federação.

Outra senhora considerada excelente louceira é Dona Maria dos Santos Costa. Sobre este esclarecimento acerca da louça possivelmente ter vindo do Curiaú, ela me explica que foi nascida e criada nessa comunidade, mas aprendeu a fazer louça no Maruanum. Também conhecida como Dona Maria Ventura, é uma das mais antigas louceiras do Maruanum, juntamente com Dona Dica. Mesmo sendo filha do Curiaú, ela foi para o Maruanum quando se casou.

Dona Maria Ventura: Vem para cá quando me casei com ele

Fabício: Faz tempo então?

Dona Maria Ventura: Já iii faz tempo. Muitos anos já. Antes dele morrer ele me disse que não era para sair daqui era para eu ficar aqui.

Fabício: E a senhora aprendeu a louça ou aqui?

Dona Maria Ventura: Não eu aprendi a entorta aqui a louça. Foi aqui quando a minha sogra ainda era viva. Ela fazia e eu aprendi com ela.

Fabício: A senhora aprendeu com a sogra da senhora?

Dona Maria Ventura: E as cunhadas que também faziam, eu tinha uma cunhada que fazia muito bem.

Fabício: Quem era sogra da senhora Dona Maria?

Dona Maria Ventura: É a finada Ana.

Fabício: A mãe da Dona Deuza?

Dona Maria Ventura: Não era a mãe do meu marido. Era tio da Dona Deuza. Era tio da mãe dela, da Deuza. Ele era tio da mãe dela.

Estas narrativas, como mencionei, são muito elucidativas e esclarecem um dos possíveis caminhos da louça. Além disso, mostram também as primeiras famílias que chegaram no Maruanum. Este fato me foi também explicado por outros interlocutores, porém, realizar uma genealogia da comunidade seria além do foco desta pesquisa. O que pareceu mais razoável neste primeiro instante foi mostrar a história e a temporalidade da louça, de modo que, conseqüentemente, imbricasse com a comunidade.

Estas narrativas demonstram certamente que o fazer da louça, sem dúvida alguma, percorreu um caminho secular, passado de geração em geração e parte de sua ocupação territorial. Por meio desses caminhos que se entrelaçam, compreendi que a constituição da cerâmica junto com suas nuances certamente está enraizada nestas questões. O barreiro, a obtenção de matéria prima, a técnica, os gestos, os sentidos, enfim, certamente são processos igualmente seculares.



Figura. 20: Dona Dica mostrando seu antigo pote de colocar água e ao lado Dona Maria Raimunda. Abaixo, Dona Maria Ventura “entortando” um alguidar.

No barreiro e na coleta de caripé, o processo é coletivo, diferenciando-se de todo restante. Ao perguntar se os homens atualmente vão ao barreiro, Dona Mariquinha me explica da seguinte maneira:

Mariquinha: Sempre vou eu, a Marciana, a Ana e a Carmosina. A gente paga [os homens para tirar]. A Carmosina paga um, a Marciana paga outro e eu pago outro e é assim que a gente tira. Este dia a gente tira muito e eu quando eu vou, tiro só um dia só. O que tira para mim é suficiente para trabalhar o ano todo. Olha as vezes eu tiro dez ou vinte sacas. Mas saca assim, de bolazinha pequena de barro. Conforme o tamanho das bolas. Sacolazinha que a gente leva e uns tiram dez, outros tiram quinze, vinte. Aí dá pra gente trabalhar o ano todo, por que a encomenda não é tão grande assim. Aí dá pra trabalhar o ano todo.

Fabrício: Quantas vasilhas a senhora faz por ano, dá para saber?

Mariquinha: Olha, fica meio difícil, mas acho que umas trinta ou cinquenta por ano. Porque as vezes a gente passa de dois a três meses que não... porque mesmo se a gente fosse fazer todo dia, a gente fazia muita louça, se tivesse o material. O problema é que a gente não tem.

Essa informação está ainda de acordo com Coirolo (1991), quando afirma em sua observação que, no dia da retirada da argila, cerca de 50 bolas eram extraídas, estimando que seriam retirados 500 kg. Como estive por duas vezes no barreiro, não sei ao certo se essa quantidade sempre é exata. Se levarmos em conta que cada bola de argila facilmente equivale

por volta de 10 kg e cada uma das quatro mulheres tiram em torno de dez a vinte sacazinhas, a média de argila retirada varia em torno desta quantidade que Coirola afirma. Isto depende também da quantidade de mulheres que participam da retirada da argila.



Figura. 21: Retirada e transporte da argila em 2012.

Estas bolas de argila são extremamente pesadas. Em 2010, após o término da coleta, fui colaborar com Dona Dica levando duas sacas de argila. Pensava que não fosse tão pesada, mas, ao meio do caminho (cerca de 300 metros), entre pontes e área alagada, o processo fica bem mais dificultoso, causando um cansaço que me deixou exausto. Tive que parar algumas vezes para tomar fôlego, virando outra vez motivo de riso entre eles.

Na primeira vez em que estive acompanhando a retirada do barro, houve uma quantidade maior de mulheres que na segunda. Geralmente é feito um mutirão e pretende-se que todas sejam avisadas, mas, embora o recado seja dado com antecedência, por vezes algumas não estão disponíveis para o dia combinado. Se isso acontece, elas dizem que é muito difícil apanhar o barro sozinhas, ocasionando a falta dessa matéria prima.

Ficando sem matéria prima, há entre elas uma colaboração de trocas. Outra questão que envolve a colaboração é que algumas podem ir em conjunto duas vezes para tirar a argila. No entanto, isso é uma exceção, pois, como é muito dispendioso, o preferível é que o trabalho seja feito somente uma vez em grupo.

3.2.2 Limpeza da argila, Preparação da pasta ou tipos de impureza

Ao conversar com Dica e perguntar como ela aprendeu a fazer a louça, ela me indica que antes elas coavam o barro e tinha peneira para isso:

Assim minha mãe fazia e eu ia olhando como ela fazia e fazia também. Eu via como ela estava fazendo, eu fazia também. Amassava o barro bem amassado, com carepé, com água, deixava esfriar. Agora nós coava na peneira, ainda tenho minha peneira de coar, olha, tá bem ali. Primeiro nós fazia, agora comprei essa uma pra coar o carepé. E aí nós amassava o barro bem amassado e quando amassava a gente batia assim, arredondava e fazia os pavio e ia botando. Alisava com o cuepéu. Nós chama cuepéu. (Entrevista concedida no dia 11/05/2015)

Ao que parece, atualmente este exercício de coar o barro na peneira não é mais praticado, o que não quer dizer que, nos momentos iniciais da feitura, deixe-se de prestar atenção para as impurezas. Ainda no barreiro, a separação de impurezas que estão misturadas com a argila já começa a ser verificada. Elas dizem que estas impurezas geralmente são as que desabam na hora que está tirando o barro.

Em meio a este processo inicial, as louceiras ficam ao redor do buraco colaborando com as que estão dentro, possibilitando a entrada de gravetos, pedras ou as gramas da superfície. Quando a veia do barro é alcançada e começa a retirada da matéria prima, para ser colocada nas sacolas plásticas, este processo ainda é realizado com atenção. Tanto entre as que estão dentro retirando a argila, como entre as que estão fora acondicionando a matéria-prima em sacolas plásticas, toda atenção é redobrada.

Como referido anteriormente, estas argilas são guardadas em lugares a salvo das intempéries. Algumas acondicionam em sacolas plásticas que não endurecem a argila, outras ainda tiram da sacola e guardam em recipiente com água. Quando chega o momento de tecer a cerâmica, a bola de argila é transportada para um recipiente onde vai ser adicionado o caripé e um pouco de água. Neste momento, o alguidar igualmente pode ser usado para misturar ou até mesmo para queimar o cariapé.

A limpeza da argila também é levada a sério, pois elas afirmam que, na hora da queima, qualquer impureza pode levar à quebra da cerâmica. Afirmam ainda que um fio de cabelo, seja de gato, seja delas mesmo, pode espocar a louça. Portanto, nessa hora, assim como em todo o processo de fabricação, deve-se prestar atenção, já que um único fio de cabelo pode causar tal prejuízo.

De acordo com Sinopoli (1991) a cerâmica é composta por três matérias primas básicas: a argila, inclusões não plásticas – minerais ou orgânicos encontrados naturalmente em argilas ou adicionados a elas – e, por fim, água, adicionada à argila e às inclusões para torná-las plásticas.

Amassar a argila e adicionar o caripé demanda tempo e força. Ora Dona Maria José amassava a bola de argila com a mão fechada, comprimindo como se estivesse dando socos, ora ela arrancava um pedaço e amassava entre os dedos. O barro estava armazenado em sacolas plásticas, dentro de uma máquina velha de lavar roupa, localizada em seu quintal, e foi levado para sua cozinha. Nesse momento, ela pegou uma bacia para colocar o barro. O caripé já queimado e peneirado ela joga no fundo da vasilha e também por cima do barro ainda mole.

A bacia é a todo momento girada e o barro é amassado como se fosse uma massa de pão. Uma cuia com caripé é colocada na frente para a necessidade de acrescentar quando preciso. Assim, ora ela dosava o caripé com a mão, ora ela jogava uma boa quantidade com a cuia. Ela acrescentava água para argila amolecer e, assim, facilitar o manuseio. Este processo precisa de força por “puxar muito”. Se colocar muito caripé e não colocar o ponto certo, é “ruim para levantar a vasilha porque ela racha muito”.



Figura. 22: Dona Maria José preparando a argila com o caripé.

Todas elas afirmam que, para cada etapa, existe um ponto certo. O ponto certo de adição de caripé seria o momento em que, ao fazer um pavio (rolete), o mesmo fique maleável ao ser entortado e, dessa maneira, não se quebre. Se o mesmo quebrar na hora que é entortado, percebe-se que adição do caripé passou do ponto certo. Assim como a queima, esse processo também é realizado tanto de manhã quanto de tarde.

Este processo pareceu ser o único pelo qual as duas mãos são utilizadas de forma simétrica, onde os dois polegares são movimentados abraçando o barro e o restante dos dedos amassam em conjunto a bola de argila. Esta é, a todo instante, girada em todos os sentidos até alcançar certa homogeneidade entre a argila e o caripé. Para ver a consistência e

se estava no ponto, Dona Maria José arrancava pedaços e os amassava na palma da mão. O processo aconteceu por cerca de 40 minutos em uma bolota de aproximadamente de 5 kg que dava para fazer um fogão mediano.

“Olha, para trabalhar com o barro, eu gosto mesmo. Foi uma coisa que eu aprendi porque eu gosto mesmo”. Esta argila foi colhida no verão anterior e, mesmo guardada há meses, sua plasticidade ainda continuava muito boa, tendo em vista que a mesma entrava com facilidade ente os dedos. O cheiro da maré do rio, da mesma forma, ainda permanecia com o barro. Ao experimentar o barro para amassar, sentia os resíduos de caripé entre os dedos, parecendo que sua mão estava sendo esfoliada. Depois que ambas as matérias primas estão misturadas, são novamente acondicionadas em um saco plástico para o momento da tecelagem. Normalmente, esta mistura é realizada com a intenção de, em seguida, fazer a cerâmica. Além disso, neste processo, presenciei diversas vezes a retirada das impurezas, lembrando que a preocupação com esta questão ainda se manifesta.

Ao longo de todo o andamento do processo, elas estão verificando se há impurezas na pasta. Isto foi visto antes da queima, na hora do barreiro, na mistura da argila e na hora da confecção. Em todo momento, invariavelmente, estão prestando atenção sobre essa situação delicada que é manter a argila limpa. Outro tipo de impureza a que elas igualmente atentam com prudência é o que chamam de vento. De certa forma, as bolhas de ar que adentram na hora do alisamento são consideradas impróprias. Portanto, outro tipo de impureza. Se estiver no barro na hora da queima, igualmente a vasilha escoa como se contivesse outro tipo de intrusão.





Figura. 23: Acima Dona Ana ainda no barreiro tirando as impurezas da argila e ao lado Dona Maria José no momento em que esta tecendo a louça e tirando as impurezas. Abaixo a marca do vento e os pequenos rasgos.

Em vista da queima, o vento é bastante comentado entre elas e uma preocupação constante durante o alisamento. A todo momento, elas verificam se há essas bolhas de ar impregnadas em toda superfície da vasilha. Para evitar esse tipo de infortúnio, na minha participação também foi observado que, com a base ainda molhada, são feitos rasgos com a cuiapel. Observar esse tipo de impurezas demanda bastante atenção e habilidade, pois são quase imperceptíveis. No momento que são encontradas, são retiradas com a própria ponta da cuiapel e, onde houve este furo, é incorporado um pouco mais de argila.

3.2.3 “Tecendo a louça”

O significado de acordelamento ao qual remete Coirolo (1991) é caracterizado de acordo com Sinopoli (1991) da seguinte forma:

Dentre as técnicas mais comuns de manufatura está o acordelamento. O ceramista modela a argila preparada em longos e estreitos roletes, pressionando-o e rolando-o em uma superfície dura ou esmagando-o entre os dedos. Os roletes podem ser juntados para formar a base ou podem ser adicionados a uma base formada por outra técnica. As paredes dos vasos são gradualmente construídas pela adição sucessiva de mais roletes (op. cit.1991:07)

Acompanhei quase todas as ceramistas nesse processo. No entanto, estive consideravelmente presente com Dona Maria José e Dona Carmosina. Logo em seguida, procuro descrever minha participação enquanto elas estavam tecendo a louça.

No inverno já finalizando – portanto, com um tempo adequado para fazer a louça –, no quintal em frente à cozinha, localizada no fundo de sua casa, Dona Maria José coloca uma

tábua em uma mesa improvisada. Vejo também que outras podem fazer suas louças em seus jiraus³⁴ na cozinha ou em mesas dispostas em suas casinhas.

Esta tábua é umas das ferramentas utilizadas para o processo de fabricação da louça. Ela é utilizada para facilitar a orientação da peça, sem necessariamente precisar se movimentar ao redor da mesa, que poderia estar fixa. Sentada, ela movimentava essa tábua conforme a necessidade em trabalhar a sua totalidade. Além disso, essa ferramenta dá mobilidade após o preparo, pois a louça pode ser levada aonde for. Após a cerâmica levantada, ela é movida ao sol para secar ou para dentro da casa para descansar e esperar o tempo da queima.

Para se ter um estoque, esta ferramenta é guardada em quantidade razoável. Quando feita a cerâmica, geralmente elas fazem em quantidade, necessitando de algumas dessas tábuas para trabalhar. Ao que parece, esta ferramenta geralmente é utilizada para as peças com dimensões pequenas ou medianas. As maiores, como alguidares, potes e botijões, têm colocados somente os plásticos em uma base fixa.

³⁴Giral é corruptela de jirau. Palavra de origem tupi, pouco conhecida em terras paulistas, é bastante comum no Norte do Brasil. São muitos os usos: há jiraus que servem de camas, suporte para louças ou pia em cozinhas; sobre o fogão, suspendem carnes para serem defumadas; ao sol, secam frutas. Chama-se jirau também a armação sobre a qual se constroem casas em áreas alagadas da Amazônia, as famosas palafitas. Da etimologia tupi, deduz-se o significado comum: espécie de plataforma, qualquer armação que repousa sobre forquilhas para diversos fins. <http://giral.com.br/a-historia-do-nosso-nome/>. Acessado em 06/06/2015.

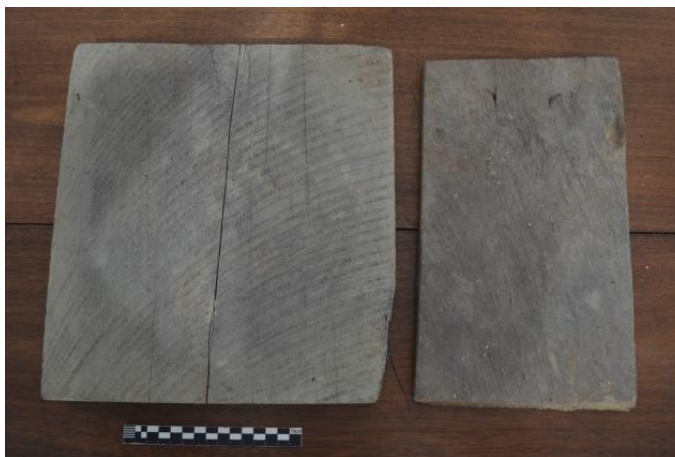


Figura. 24: Tábuas utilizadas como suporte para tecer.

Em cima dessa tábua, é colocado um saco plástico para descolar a cerâmica depois que estiver pronta e seca. Este saco plástico não necessariamente é estocado, apesar de que não é qualquer plástico que seja adequada para tal uso. Antigamente, de acordo com Coirolo, elas colocavam a folha de bananeira ou a sororoca.

Utilizando dessas ferramentas, o processo se inicia. Ou melhor, continua. Já com o barro praticamente limpo, pois nesse momento ainda se presta atenção nas impurezas, é retirada uma bola de argila já misturada com o caripé. A pequena bola de argila às vezes é amassada com o polegar, com todos os dedos ou ainda pressionando com a palma da mão. Após este procedimento, é feita uma bola entre as mãos. Esta bola vai sendo amassada e a base da vasilha vai se formando através de palmadas ou alisando com os dedos abertos.

A base dessa vasilha, especificamente, mediu um palmo e meio, aproximando-se dos 30cm. De acordo com Igor Chmyz (1966:08) a base da vasilha é a “parte inferior, de sustentação do vaso, podendo ser plana, côncava, plana-côncava, arredondada, anelar, quadrada, cônica, em pedestal ou trípoda ou polípoda”. No Maruanum, as bases das vasilhas, em sua maioria, são planas. Enquanto a base da vasilha vai tomando forma, o tamanho é medido em palmos.

Outra ferramenta necessária nesse procedimento é o cuiapel, que é o pedaço de um tipo de cabaça (*lagenaria vulgaris*) ou atualmente pedaços de algum plástico resistente oriundo de algum balde. Para se alcançar a circunferência desejada do fundo da vasilha, o cuiapel é utilizado para cortar o barro ainda molhado.

Há uma alternância entre esses dois tipos, porém elas ainda utilizam mais a cabaça que o plástico, visto que esta árvore ainda se encontra em seus quintais. Foi possível observar uma coleção de diversos tamanhos desse tipo de material, pois, dependendo da parte do vasilhame em que se realizará o alisamento, é necessário um tipo certo de cuiapel.

Por exemplo: Dona Maria José utiliza os pequenos para a parte interna da vasilha ou para alisar as orelhas (alças), enquanto as maiores são utilizadas para alisar toda parte externa ou para tirar o excesso de barro que vai sendo retirado durante o acabamento.



Figura. 25: Dona Mariquinha dando o acabamento com a cuiapel e Mundoca mostrando a cabaça localizada em seu quintal.

Por meio das palmadas, após a base finalizada com água, o alisamento da peça também é realizado através da cuiapel. O alisamento é o “processo de nivelção da superfície das peças cerâmicas, podendo variar em grau, como superfícies bem alisadas, regulares e irregulares” (Chmyz: 1966:07). A todo momento, é aplicada água com cuidado, sendo que todas as ferramentas são colocadas em um pequeno vasilhame coberto com esse líquido.

Com a base pronta, em sua extremidade Dona Maria José produz uma pequena valeta com o dedo polegar em toda a sua circunferência. Estas pequenas valetas são “feitas para encaixar o pavio”. Neste momento, Dona Maria deixa o barro descansar um pouco, levanta e vai até a cozinha preparar um café para nós. Quando volta, comenta sobre o café, senta e retorna ao processo. Ou seja, o processo é contínuo, mas existem pausas para o descanso ou para fazer pequenas coisas. Não há uma rigidez temporal no processo produtivo.

Para fixar as duas partes, o primeiro pavio é colocado nesta valeta e pressionado internamente com o polegar. Feito isso, são tecidos alguns pavios e sucessivamente

colocados. Os pavios são pressionados com os dedos de modo que um abranja o outro. Às vezes, o pavio não completava a circunferência da vasilha e outro pequeno pedaço era acrescentado. A todo momento, o corpo de Dona Maria José permanece ereto, os óculos são ajeitados com as costas da mão e a tábua é girada com isso a vasilha vai sendo “tombada”.



Figura. 26: Dona Maria José com a mão aberta pressionando a bola de argila para fazer a base. A imagem à direita mostra a base com a valetas onde se encaixa o pavio.

O processo continua e, com outras bolas de argila, são efetuados os mesmos gestos e confeccionados outros pavios que servirão para levantar a terrina. Somente com o peso da mão, estas pequenas bolas vão sendo pressionadas na superfície da mesa, aplicando, desta maneira, apenas a força necessária. Quando tentei fazer, coloquei uma força tão desproporcional que o pavio começou a se desregular, dificultando o rolamento e a feita. Isto me fez lembrar da fala delas quando disseram que realmente o processo necessita de paciência e habilidade, pois, quem não sabe fazer, “não se meta que não sai”.

Para erguer a vasilha, primeiro faz uma sequência de pavio em cima da mesa improvisada e com a tábua disposta no lado onde ela gira todo momento. À medida que os pavios vão sendo enrolados, uma pasta de argila vai grudando tanto na tábua quanto na mão. Por isso, é passado o cuipele com água para tirar o excesso que gruda. Geralmente, suas vasilhas são bem reforçadas e grossas, formadas por pavios grossos. São colocados os pavios sucessivamente e são amassados com os dedos, compondo a parede do vasilhame. Pelo visto, a colagem decorre não só pela pressão feita entre os pavios sucessivos, mas também pelo modo como é alisada a peça. Ou seja, Dona Zezé começa a alisar suas peças da base para a o beijo da vasilha, dando entender que este processo seja uma forma mais eficaz de reforçar a junção dos pavios. O alisamento sempre começa pela parte externa e, somente após, alisa-se

a parte interna. Nesta hora, a argila ainda está mole e as paredes sempre são apoiadas com a mão.





Figura. 27: Dona Zezé tecendo suas louças.

Observei que o barro estava rachando muito e comentei isto com Dona Maria José, ao que ela explicou: “porque eu errei no caripé, coloquei demais”. Depois da vasilha suspensa, novamente ela pressiona com o indicador pequenos pedaços de argila entre o primeiro pavio e a base, dando a certeza de que esta parte foi realmente fixada. Feito isso, a vasilha é apalpada em toda extremidade e ajustada em sua forma almejada. Ao fundo, o rádio na cozinha tocava música evangélica em uma rádio gospel.

No fundo de sua casa, onde estávamos tecendo a louça, há um caminho que leva para outras casas mais abaixo, havendo uma pequena circulação de pessoas. Isto mostra que possivelmente o mal olhado para Dona Maria José não é muito levado em conta. Embora as regras sejam respeitadas, outras louceiras que acompanhei, tanto na queima quanto na tecelagem, não se incomodavam muito com esta singularidade, evidenciando que este aspecto poderia ter relação com outros significados ontológicos que podem, com o passar dos anos, ter sofrido modificações.

Porém, se houvesse uma casinha onde pudessem fazer a louça, penso que elas escolheriam um lugar mais reservado. Isto pode ser em decorrência de não terem lugar onde

construir sua louça, ressignificando outras formas de agir. Ao que parece, anteriormente, as louceiras tinham estas casinhas onde construía suas louças de maneira que evitassem os olhares de terceiros. A falta dessas casinhas é reclamação recorrente entre as narrativas delas. Neste quintal de trás, também havia alguns pés de açaí, um pequeno jardim, pimenta, noni, acerola, pupunheira, dois tipos de mangueiras e um limoeiro.

Para terminar o alisamento da vasilha, elas utilizam o oreipel. Esta ferramenta é bastante falada e muito utilizada, tanto para alisar toda vasilha como para dar forma ao lábio. O lábio, de acordo com Souza (1997:71), é “a extremidade da borda, o lábio pode ser: Plano, arredondado, apontado, biselado, dentado ou serrilhado e ondulado”. O oreipel, mais conhecido como orelha de pau (*Pycnopus sanguineus*) é um fungo de madeira encontrado em seus quintais. Guardado por muito tempo, fica ressecado. Porém, quando levado à água, torna-se maleável e, com sua superfície lisa, fica bom para este momento da construção da louça. Portanto, é utilizado para finalizar a peça dando um alisamento quase sem marcas.



Figura. 28: Dona Maria José realizando o alisamento e Mundoca mostrando o cuiepel em seu quintal.

Com a vasilha ainda úmida, os lados onde foram aplicadas as orelhas das vasilhas são medidas com dois gravetos de açaí, que também pode ser considerado como ferramenta. Este graveto de açaí também é usado para medir a tampa com a circunferência da peça. Outra

ferramenta é a faca, que pode ser utilizada nesse momento, por exemplo, na raspagem para o acabamento, quando a cerâmica estiver descansada por uns dias e quase seca.

Para colocar as orelhas ou as alças, são realizados dois furos com a faca e, assim, introduzidos dois pequenos paios feitos e cortados em partes iguais para este aplique da cerâmica. Não observei tantas outras louceiras colocando alças como a Dona Maria José. Parece que esta opção é apenas realizada por ela e por Dona Irene, enquanto as outras basicamente aplicam a orelha. Depois de encaixadas as alças, o término da vasilha se direciona para o beijo. Após, a cerâmica é deixada ao sol ou ao interior da residência e o tempo de secagem é respeitado. O mesmo processo se reinicia com outra cerâmica.

Como já referido anteriormente, a falta de incentivo pelo estado em ofertar meios que possam facilitar a coleta da matéria prima como o caripé ou a jutaica, pode culminar na ausência desse material, tornando-se um grande problema na construção da louça, sobretudo, em sua manutenção. Pela falta de caripé, jutaica e o barro, algumas deixam de fazer o ofício. Logo, o fato é que elas igualmente deixam de se sentir louceiras. Por este desmotivo, conversar com Dona Ana foi dificultoso, pois, como ela mesma disse,

Eu não estou mais fazendo, faz dois anos que não faço e nem sei se posso falar mais alguma coisa. Eu nem me considero mais louceira. Não tem mais material. Trouxeram caripé estes dias, mas não era (caderno de campo: 12/06/2015).

Tive a oportunidade de acompanhar algumas delas tecendo a louça, no entanto, como já anunciei, a que mais acompanhei e com quem ainda tive a ocasião de experimentar fazer foi Dona Maria José. Certa vez, ela me disse que, se gostaria de aprender sobre a louça, também havia de fazê-la. Por isso, ela gentilmente me ensinou a tecer três pequenas louças.

Nesse procedimento, o qual ela gostaria que aprendesse participando e praticando, é possível compreender o significado do termo “tecer a cerâmica”, que elas utilizam para categorizar este momento do processo de fabricação. Dona Maria José comentou certa vez com Dona Irene: “Ele ficou olhando. Aí eu digo: Não! Você vai fazer”. Embora também seja uma extrema gentileza, reflito que também signifique uma preocupação que vai além, pois se eu estava olhando e querendo entender o tecer da louça, teria que compreendê-la efetivamente.

Isso, então, além de remeter à minha experiência em campo, “escolhendo essas situações de comunicação involuntária e não intencional” (Favred-Saada 2005:160), igualmente vai em paralelo aos argumentos de Ingold (2012), que estabelece seu argumento como uma aranha tecendo sua teia, isto é, como uma malha de fluxos. Já no Maruanum, elas estabelecem parte do seu modo de vida quando estão tecendo a sua cerâmica. Por meio dessa malha complexa, o tecer da louça ou modelar é compreendido, de fato, somente por quem faz.

O que Dona Ana me disse se relaciona com essa ideia, pois, ao deixar de tecer a louça, sua articulação ou seu modo de pensar se fragmenta no sentido de pertencimento e, por conseguinte, há certa quebra no processo de ser e estar louceira. Claro que Dona Ana pertence ao Maruanum, mas este universo estabelecido com a cerâmica já não é mais o mesmo e sua forma de ação e percepção, isto é, seu modo de vida, que antes poderia estar completa, agora se modifica mediante esta ruptura. Portanto, sem dúvida que o saber e o fazer a louça é parte da constituição do modo de vida dessas mulheres do Maruanum, que por consequência, fazem parte de sua identidade.

3.2.4 “Burnir” a louça

Com a vasilha pronta e o tempo de secagem no “ponto certo”, com uma faca é realizada a raspagem da cerâmica. A vasilha é colocada entre as pernas, que servem de apoio e, com uma faca, elas vão raspando toda parte externa. Para aproveitar as sobras que saem do excesso, é colocado algo em baixo da vasilha para, posteriormente, recolher o que foi raspado. Estas sobras são reaproveitadas no momento de trabalhar a argila. Assim elas complementam com água e essas sobras ficam novamente maleáveis, podendo adicionar a outras bolas de argila que serão trabalhadas. Logo que acaba a raspagem, a vasilha é lixada com uma lixa industrial.

Após este procedimento, o “burnir” se inicia. De acordo com Dona Carmosina, esse processo “é para acertar o arrepio³⁵ dela e passar a jutaica”. Através do seixo, com a vasilha

³⁵ O arrepio é a parte áspera que fica após a raspagem com a faca.

ainda no colo e com um pouco de água, o arrepio é retirado pelo alisamento. A vasilha estando seca, o seixo é molhado e esfregado na superfície externa. No entanto, se a vasilha estiver muito “verde”, não há a necessidade de passar o seixo na água. Em minhas observações, minhas interlocutoras narraram que este instrumento é passado entre gerações, caracterizando-o como herança da mãe.

“Era da mãe dela, dela passou para mamãe e da mamãe passou para mim. Não era seixo, era toda rachadinha” (Dona Carmosina). Assim como as cerâmicas, a pedra possui um valor que passado entre as gerações. Algumas ainda possuem uma coleção desses seixos de variados tamanhos. Ao perguntar para Dona Maria Raimunda sobre como ela burne, ela informa:

Dona Maria Raimunda: É com uma pedrazinha. É com essa aqui ó! Com essa pedrinha aqui que a gente bruni.

Fabrcio: Ela está brilhando já.

Dona Maria Raimunda: Essa pedra é da minha mãe aí toda vez que eu quero eu peço dela.

Fabrcio: E a sua?

Dona Maria Raimunda: A minha ainda não tenho.

Fabrcio: E sua mãe empresta?

Dona Maria Raimunda: Empresta. Porque depois que ela ficou doente ela parou de fazer. A minha mãe empresta essa pedra e eu burno com ela.

Fabrcio: Faz tempo será que sua mãe tem essa pedra?

Dona Maria Raimunda: Faz. Desde quando eu nasci ela já tem essa pedra. Ela era maior e agora está ficando bem pequena de tão ... já quebrou um pedacinho dela aí, mas não... Faz muito tempo ela [...] Olha, eu uso primeiro a jutaicica, primeiro essa pedra aqui e a lixa. Olha como está essa aqui eu tenho que lixar ela primeiro, para depois eu passar essa pedra para ela ficar bem lisinha.

Fabrcio: Aqui ela está sem lixar, mas ela está queimada?

Dona Maria Raimunda: Não, ela ainda não está queimada essa dai. Ai ainda vou queimar, vou lixar ela primeiro para poder queimar.

Fabrcio: E depois de lixar?

Dona Maria Raimunda: Aí depois de lixar eu burno com essa pedra e ai eu queimo ela.

Percebe que esta pequena ferramenta possui um valor simbólico. Por ser uma ferramenta que é passada entre gerações, os seixos ou as pedrinhas, por este valor poderiam ser guardados para evitar perder, porém elas ainda utilizam mesmo quando quebra uma

pequena parte do instrumento. Por estes significados, estes seixos não são substituídos por outro novo enquanto não ficarem inutilizados por alguma quebra total.

A dimensão do seixo é importante para facilitar o trabalho. Para as partes que têm dobras, como as orelhas, são utilizados os menores. Já os seixos maiores são utilizados para as paredes. Dona Carmosina utilizava somente a mão direita e com a esquerda segurava a peça em suas pernas. Em poucos momentos realizou movimentos verticais, circulares ou aleatórios, manuseando a pedra preferencialmente na horizontal, pois esta peça é “enjoada que só”.

A direção do movimento é mudada quando há uma parte côncava ou nas extremidades da louça. A vasilha, a todo momento, é movimentada na frente do corpo, que se mantém ereto. O burnimento é realizado de forma concentrada, tanto que, nas horas em que conversávamos, o trabalho era às vezes momentaneamente interrompido.



Figura. 29: As ferramentas de Dona Zezé com sua coleção de seixos; a pedrinha que Dona Maria Raimunda empresta de sua mãe Dica e sua panela com as marcas de raspagem.

3.2.5 Queima e Secagem

Tanto a queima do caripé como da louça é o processo mais delicado e, por elas, o mais esperado. Logo cedo, fui à casa de Dona Zezé e Dona Carmosina acompanhar a queima do caripé. Tanto a queima da louça como a do caripé, elas preferem que aconteça no período da manhã bem cedo ou até no fim da tarde. A escolha desses horários seria para evitar os olhares, bem como para evitar a expressiva “quentura” que ocorre fora deste período.

Logo após tomarmos o café, ela saiu no seu quintal e pegou uma tampa de *freezer* velho que estava jogada no fundo da casa para colocar as cascas de caripé em cima. Este procedimento ocorre com todas as louceiras, ou seja, colocar alguma proteção para que a matéria-prima, tão desejada e difícil de obter, não fique impura nessa hora. Aqui podemos notar que o processo de impurezas ainda se mantém, havendo ainda preocupações.

As cascas de caripé estavam guardadas em sacas onde foram comprados trigos. Não há problemas se o caripé ficar estocado por muito tempo, recomendando-se somente que não pegue água. Este estava guardado no canto da cozinha de Dona Zezé. Como já alguma vezes mencionado, a casca de caripé e sua árvore são raras de se encontrar, necessitando-se de colaboração.

Como é muito complicada e difícil a busca pelo caripé, não tive oportunidade de acompanhar a sua retirada. Tentei organizar algum carro para buscar essa matéria prima, mas era muito dispendioso e articular com o Rurap foi problemático, por conta da carência orçamentária do órgão.

Porém, quando fui visitar o terreno de Dona Irene, seu filho Valney Nunes gentilmente me levou para conhecer uma árvore de caripé que, por sorte, já estava caída e com a casca pronta para se retirar. Este é outro procedimento que elas fazem questão de manter. A casca de caripé é somente retirada quando a árvore já está caída ao chão, denotando uma preocupação na manutenção do ambiente.

Além disso, elas dizem que o caripé verde parece vidro, uma vez que se quebra todinho e, por isto, não presta, dificultando ainda mais sua coleta. Desta forma, observei diversas vezes pessoas chegando com elas e comunicando lugares onde haviam visto uma árvore tombada. Geralmente, como a agricultura é de coivara, quando realizam a queima, os caripezeiros são avistados e anunciados, havendo uma colaboração neste sentido.

Ao lado do roçado de Dona Irene, há uma imensa mata de galeria. Adentramos neste local e Valney conhecia o lugar como se fosse a palma de sua mão. Há lugares no interior da mata que são sinais dentro daquele que para mim era um abismo verde. Dona Irene falou que o caripezeiro estava onde o veado bebe água e ao lado do tronco furado. Logo após me mostrar as pegadas do veado em um pequeno rego d'água, Valney me mostrou o tronco de Cupiuba (*Goupia Paraenses*), que antigamente eles usavam para fazer os tambores de marabaixo.

Estes lugares são seus quintais, pois, como ele me afirmou, “antes não tinha trilha, eu nasci e me criei aqui e papai ia me dizendo os nomes das árvores”. Fora estes sinais, ele também foi me explicando que precisava pedir licença para entrar na mata ou no rio e, assim, começava a rezar como seu pai lhe ensinou, visto que cada lugar tem seu morador e não poderia entrar na casa de alguém. Isto remete ao que tratou Henriques (2011) e que complementei por outra ótica quando escrevi acerca das ontologias no capítulo anterior.

O pé de caripezeiro era grande e media aproximadamente uns vinte metros e, com as cascas soltas, Valney foi retirando e colocando numa pera³⁶. Em seu roçado, Dona Irene também me mostrou alguns pés que havia plantado, explicando-me que sua madeira é boa para outros fins, como para construir casa, e que “servia para tirar a tábuas”. Ela chegou a me mostrar uma viga de caripezeiro que sustentava sua casa de farinha. Percebendo que a casca estava soltando, aproveitou e imediatamente recolheu as cascas dessa viga. Depois, ela me trouxe uma saca de caripé já queimado.

³⁶ A pera é para levar peixe e feita como uma junção de folhas de sororoca que segundo Valney: “faz, uma alça tipo uma mochila e pode embora que a sororoca vai manter a umidade das escamas do peixe”. Complementa dizendo que os moradores do Maruanum faziam uma rodia (um círculo feito com a mesma folha) e colocavam na cabeça para ajudar equilibrar a Pera.



Figura. 30: Acima o pau furado no meio do caminho e o pé de caripé com o Valney segurando a pera.

Quando estive na casa de Mundoca, ela havia acabado de queimar um caripé. Esta mesma placa de proteção ainda estava quente. Portanto, como já falado, esta prática de queimar o caripé com alguma proteção é prática comum entre elas. Retornando ao quintal de Dona Maria José quando ela estava queimando o caripé, aproveitou para queimar dois fogões. As cascas de caripé estavam bem secas e eram quebradas com a mão e cuidadosamente ajeitadas no interior do fogão ou inclinadas verticalmente ao redor desses utensílios. Quando esta matéria prima era abundante na região, elas queimavam a louça somente com a casca de caripé.

A casca é bem fibrosa e seu cheiro é bem suave. À medida que o fogo ia consumindo o caripé, Dona Zezé colocava no entorno dos vasilhames o restante que estava na saca. Nada

era desperdiçado ou “estragado o que vale ouro”. Depois de toda matéria-prima colocada cuidadosamente, tanto na forma vertical, como na parte interna, aproveitou o calor do fogo e ainda colocou mais dois vasilhames ao lado da fogueira. Estes vasilhames foram dispostos em cima de dois tijolos. As cascas de caripé, embora já estivessem queimadas em cinzas, continuavam em sua forma natural, isto é, não se despedaçavam conforme queimava. Suas fibras permaneciam intactas.

Quando a queima já estava quase completa, comecei a pensar nas narrativas e desejei que os fogões queimassem de forma tranquila. Esperava que não acontecesse nada de errado por conta da minha presença. Curiosamente, quando pensava sobre o assunto, houve um barulho de estouro bem forte e as cascas de caripé sendo expelidas. Lá de dentro, Dona Zezé: “Que foi isso?”. Imediatamente expliquei que havia espocado e, relutante, ela diz: “Como pode? Logo este que estava queimado. Meu Deus, que está acontecendo?”. Neste momento fiquei muito apreensivo, pensei em guardar a câmera, o caderno e me retirar, mas resolvi perguntar se minha presença causara aquilo. Gentilmente, Dona Zezé disse que não, pois, se fosse, não havia queimado nenhum. Depois disso, resolvi redirecionar meus pensamentos para outras questões e deixar o local. Fui para a cozinha conversar com Dona Zezé, que me chamou para almoçar.

Da cozinha, ela voltava a todo momento para observar a queima do caripé e posicionar para mais perto do fogo as duas panelas que estavam no entorno. Até que chegou um momento em que finalmente ela emborcou as duas em cima dos fogões que já estavam na fogueira. Conforme as peças iam se queimando, a coloração também se modificava de cinza clara para um bege escuro. Após o caripé já ter sido queimado, ela recolhe os pedaços de cinza que caíram ao lado e estes também são cuidadosamente aproveitados. Desde o início até o esfriamento do caripé, a queima durou em média três horas.

Mais tarde, este caripé é passado em um crivo, que antes era feito de tala de orumá. Os movimentos das mãos dentro da peneira são aleatórios. A “moinha”, ou seja, o caripé que ficou grosso é posteriormente pilado, deixando claro que nada é desperdiçado.

Outro instrumento utilizado para triturar o caripé e bastante comentado por elas é o pilão. Como os pequenos seixos, os pilões são guardados por anos e passados por gerações, quando ainda duráveis. Dona Joaquinha da Vila São João do Maruanum me disse que gosta

de fazer paçoca de castanha igual aos antigos, igual a sua mãe, pois, para ela, no liquidificador não fica muito bom.

É muito comum avistar este instrumento em seus quintais guardados embocados. Este instrumento, assim como os remos, tem uma variabilidade considerável para se pesquisar e provavelmente as histórias relativas a este instrumento igualmente remontam a suas memórias mais antigas. Ainda neste momento, as impurezas também estão sendo verificadas.



Figura. 31: Dona Carmosina com casca, o caripé queimado, Dona Deuza pilando o caripé e o caripé de Dona Maria José já peneirado. Foto: Ferreira e Silvani.

Em conversa com a Dona Maria Raimunda, perguntei sobre seu alguidar e, além de mostrar outras utilidades dessa vasilha, ela acaba me explicando sobre o processo de queima da seguinte maneira:

Maria Raimunda: Aquele alguidar eu queimo caripé dentro. Eu fiz só para mim queimar caripé dentro. Eu coloco ele aqui aí eu boto fogo no caripé e queimo dentro

Fabrício: Ele não quebra?

Maria Raimunda: Não. Ele só faz de quebrar se a gente não queimar bem ele. Mas queimado como esse aí está, não quebra.

Fabício: Como assim queimado?

Maria Raimunda: Porque tem muita gente que queima mal queimado. Elas não queimam com muita lenha assim bem queimado. Aí a louça quebra. Se bater um pouquinho ou qualquer coisa, quebra.

Fabício: E como a senhora queima ele?

Maria Raimunda: A gente tem que fazer o fogo primeiro, botar em cima de uma pedra, emborcar ele. Aí a gente faz o fogo meio longe dele, deixa esquentar, aí vai botando o fogo tudo ao redor. Aquela louça deixando esquentar ele bem quente. Quando a gente vê que ele está bem quente, a gente bota fogo. Ai essa aqui a gente coloca a jutaíca aqui e tira do fogo para passar. Dá muito trabalho uma louça. Para quem não sabe. Por isso que eu dizia que eu nunca ia aprender por que eu não tinha paciência, mas hoje eu já tenho paciência.

Quando acompanhei Dona Carmosina queimando sua louça, era um dia meio chuvoso, havendo ainda o resquício do inverno amazônico. Nestas condições, ela queima sua louça ao lado de sua casa, numa varanda de uma residência desocupada. Antes ela havia limpado um lugar ao lado de sua residência para queimar, porém, com a chuva ameaçando, decide queimar nessa residência onde não mora ninguém.

Os lugares onde são queimadas as louças são varridos para “não ficar sujo” e com isso não interferir no processo. Os locais onde Dona Carmosina queima sua louça são sempre ao redor de sua casa. Seu neto Cauã ajudou a recolher a madeira para a fogueira. A madeira recolhida foi do limoeiro que se encontrava no fundo de seu quintal. Ouvi, porém, não só dela, mas de quase todas as louceiras que a árvore chamada isqueira é a melhor para se queimar.

Elas narraram que a isqueira é boa tanto por ser leve, o que facilita o transporte, quanto pela qualidade em deixar a louça clara na hora da queima, isto é, quando a madeira em chamas encosta na cerâmica, deixa marcas pretas em sua parede e a isqueira evita o que para ela é considerado feio. Esta madeira se encontra na beira do rio ou dentro da mata. Todavia os campos alagam na época da chuva, impossibilitando a coleta dessa madeira que também é preferível que esteja tombada.

As peças são queimadas emborcadas por causa da jutaíca e por causa da “quentura” que nesta posição alcança, isto é, a cerâmica fica “embrasada e você tira do fogo e ainda está aquele vapor ali dentro e, para passar a jutai, precisa estar muito quente”. Além das explicações acima sobre o horário da queima, Dona Carmosina ainda acrescenta que a “queima de manhã tem menos vento. Quando não tá ventilado, ela queima mais devagar.

Quando tem muito vento, ela queima rápido e não queima direito. Tia Marciana lá em Macapá queima cinco horas da manhã. Antes do pessoal acordar ela já queimou”.

As madeiras foram colocadas com cuidado e com tijolos para ancorar os vasilhames. Foram ancorados com a boca para baixo e, à medida que queimavam, a madeira estralava. Isto, de acordo com elas, não é bom, pois a madeira assim é muito “enjoada”. Conforme a madeira se tornava em brasa, acrescentava-se mais, tanto na parte interna da cerâmica, quanto externamente, até cobrir todos os vasilhames.

A todo momento, colocava-se mais madeira, porque neste dia com Dona Carmosina “a madeira foi pouca, a gente coloca tudo de uma vez”. Os meus interlocutores me informaram que, numa cerâmica bem feita ou bem queimada, pode-se passar um palito de fósforo que ele acende, ou pular em cima dela que não quebra. Ao experimentar e ver o Seu Alcides acendendo um fósforo no alguidar de sua mulher na minha frente, também compreendi que existem outras formas de perceber a qualidade da cerâmica. Isto é mais uma forma de perceber que a cerâmica é “boa” e por isso para eles é motivo de orgulho.

E como a senhora sabe que já queimou? “Quando essa lenha queima, porque a gente não marca hora, quantos minutos ela esfria, não demora muito. Era para gente saber quantos quilos a gente usa para fazer uma peça, mas quando!”. Embora exista uma lógica e uma sequência para chegar ao ponto certo, como o alguidar, que tem que ser levado ao fogo até por seis vezes, neste momento percebi que o tempo e as ordenações das coisas que estava querendo classificar ou temporizar não funcionavam nesta mesma lógica, mas em uma funcionalidade diferente. É por meio delas observando suas parentes ainda enquanto crianças e dos anos de experiência que as louceiras apreendem o ponto certo de cada momento.



Figura. 32: Dona Zezé queimando sua louça com o caripé e, ao lado direito, Dona Carmosina queimando as louças em seu quintal.

3.2.6 Impermeabilização

Com a queima finalizada e a cerâmica no ponto certo, retira-se a peça imediatamente para passar a resina de jutaicica. De acordo com Dona Carmosina, a resina serve para “ajeitar ela e não encharcar”. A panela ainda tem que estar quente para a jutaicica impregnar na vasilha. No fogão, na churrasqueira, no pote e no botijão não é necessário passar essa resina, visto que estas peças em particular são utilizadas para outros fins que não são levar comida em seu interior.

Esta matéria prima, assim como o caripé, é muito difícil de conseguir, precisando da colaboração e da informação das pessoas. Pela mesma situação que passei com o caripé, não houve a possibilidade de acompanhar a sua retirada. Diversas ocasiões de acompanhar a retirada da jutaicica apontaram em minha frente, porém foram pessoas de outras comunidades que estavam oferecendo para elas e por isso a logística tornava-se complicada. Algumas das louceiras também disseram que buscariam esta matéria prima, mas como ajuda de transporte é fundamental, sempre aconteciam imprevistos. As incertezas e as distâncias dificultavam a logística, fazendo-me perceber o motivo porque algumas reclamam da dificuldade de conseguir a matéria-prima, tornando-a de modo, tão importante e preciosa para elas.

No entanto, ao conhecer o “terreno” de Dona Irene, ela também me apresentou um pé de jatobazeiro. Nesta ocasião, aproveitou para verificar se havia alguma bola de jutaica pelo chão. A jutaica é encontrada no pé de jatobazeiro ou jutaiceiro, sendo escorrida das “feridas que os insetos abrem na casca do tronco, ou em formas de bolas que caem de árvores arrebentadas” (Stanley 2015:107). Seu fruto é também utilizado para diversas enfermidades. Na casca do fruto, também foi visto que esta resina se reproduz.



Figura. 33: Dona Irene e Valney me mostrando o jatobá com a resina em sua casca e a procura da resina, tanto no chão, quanto no tronco.

Dependendo do tamanho da vasilha, há louceiras que já não mais conseguem retirá-la do fogo após a queima. Esse manuseio é bem delicado, pois as peças ainda estão muito quentes e, por isto, é necessária a utilização de pás ou de um rastelo para este fim. Como a resina é encoberta pela terra ao cair da árvore, primeiro é feita a limpeza na bola com uma faca para tirar as impurezas. Percebe-se que, ainda nesta etapa, há preocupação com estas questões, pois tudo precisa estar limpo.

Antes de tirar a vasilha, o chão onde serão colocadas as vasilhas para passar a resina é igualmente limpo. A resina é colocada na ponta de um bastão de madeira, servindo como haste. À medida que vai acabando, imediatamente outra pequena bola de jutaica é grudada na que estava sendo utilizada, desgastada pela temperatura quente da vasilha. Sua coloração é um bege vítreo, sendo esta a melhor e mais escolhida. Conversando com Dona Marciana, ela me disse que comprou uma quantidade, tanto para ela, quanto para as outras louceiras. Ela mandou trazer de longe e a pessoa havia cobrado sete reais por quilo. A resina de má qualidade começa a criar bolhas ou não impregna na cerâmica.

As louceiras consideram a jutaica de melhor qualidade aquela que, na hora do processo, “espicha” e não arrebenta, isto é, se a matéria-prima arrebenta e não possui uma elasticidade na hora da impermeabilização, é considerada de má qualidade. Ao passar a resina de imediato, quando cerâmica se apresenta muito quente, surge uma coloração mais escura. Então é preciso esperar o ponto certo para que a resina fique com a colocação almejada.

Em média, depois de 20 a 30 minutos que a panela sai da fogueira, já esfria. Na hora em que a vasilha é retirada do fogo, o calor é intenso, pois é preciso ficar praticamente em cima para retirá-las. São retiradas com cuidado e, após, posicionadas ao chão; imediatamente se retiram as cinzas de seu interior com um pano, para então passar a resina. Depois de impregnar a resina, a vasilha descansa esfriando em lugar limpo. A jutaica é consumida muito rapidamente, necessitando uma quantidade expressiva para impermeabilizar poucas peças.



Figura. 34: Dona Deuza com sua sacola cheia de jutaicica.

O aroma da jutaicica é muito agradável e suave, porém dona Zezé ficou bem cansada, com a respiração ofegante, ao mexer com a resina e lembrou que é bem ruim uma pessoa com asma mexer com isso. A Dona Zezé havia ganhado a resina de uma pessoa, todavia esta não prestava, a ponto de soltar pedaços na hora em que ela a passava. Chamou-a, por isso, de “curucuru”. Na próxima queima, ela descarta esta e gruda no bastão outra resina de qualidade maior.

Dona Maria José: Se a Irene está na casa dela, ela está sentindo.

Fabício: O cheiro da Jutaicica?

Dona Maria José: É.

Fabício: Mas chega lá na casa dela?

Dona Maria José: Chega.

A casa de Dona Irene está localizada a aproximadamente 200 metros de distância de sua casa. Isto faz perceber que o fazer da cerâmica é perceptível por todos os sentidos corporais. Se a Dona Irene sentia o aroma nessa distância, as pessoas das casas ao redor, na mesma medida, estavam também sendo influenciadas de alguma forma.

Neste momento, estas considerações estariam de certa forma corroborando uma arqueologia dos sentidos ou sensorial (Bezerra 2013). Em diversos momentos dessa dissertação, dei ênfase aos sentidos. Contudo, o momento no qual as louceiras tecem a louça é a hora em que estas questões ficam evidentes: os sentidos táteis, na hora da preparação da argila; os audíveis, na hora em que espoca uma cerâmica quando está queimando; os sentidos do olfato, no momento da queima da jutaica, ou quando o paladar da bacaba se diferencia por ela ter sido amassada e coada no alguidar; e, por fim, a visão e a experiência para alcançar o ponto certo através deste e dos demais sentidos. As pessoas de longe sentirem o cheiro da jutaica implica em perceberem uma fruição do passado por meio dos sentidos ainda presentes.





Figura. 35: Fotografia com a jutaica e o momento da impermeabilização.

3.3. Inventário das Louças do Maruanum

A louça, como já mencionado, é uma importante representação da identidade quilombola na comunidade e no Estado do Amapá. Por isto, é comum presenciar a cerâmica utilitária além dos limites do Maruanum. A louça, o seu fazer e saber, são nitidamente uma herança secular, passada entre gerações de mulheres que incessantemente lutam para este instrumento identitário não se esvaír no esquecimento.

Os saberes presentes na cadeia produtiva da cerâmica do Maruanum são materializados por diversos conhecimentos atrelados à sua história, ao simbólico, ao território, à memória e à identidade, fortalecendo sua coletividade, as relações sociais e a “estreita relação do universo feminino e a feitura da cerâmica” (Pereira Junior 2011/2012).

Assim, o fazer não é somente técnico, constitui-se, sobretudo, de meios de sensibilidades que recorram ao seu modo de vida e permanência de sua trajetória de vida. Neste momento, penso que seja a hora de evidenciar a diversidade dessas louças, demonstrando que não há dúvidas de que essas senhoras são louceiras por excelência e que seu ofício não tem limites diante de suas criações. O que quero dizer é para elas essa dúvida da excelência da louça não existe.

É possível encontrar ou encomendar o que for, pois, tendo um exemplar ou mostrando como é, elas afirmam que podem produzir. Pedidos de louças ocorrem de diversos lugares e de inúmeras maneiras, como na participação delas na Feira do Agricultor, na Expo-feira agropecuária, feiras de artesanatos ou feiras fora do Estado. Ao perguntar sobre as louças que mais são encomendadas, Dona Raimunda Costa da Silva (Mundoca) recorda que “o que tem mais saído é a panela, fogão e a churrasqueira (...) assim, esse negócio de xícara, também eles gostam demais, e isso eu vendo demais (...) A panela, é o que mais encomenda”.

Mundoca, como todos a chamam, é irmã de Dona Deusa e também considerada pelas outras uma excelente louceira. Quando ela me recebeu em sua casa, foi muito atenciosa e bastante solícita em mostrar como a louça é feita. Já sabendo que estava interessado nas cerâmicas, sem necessariamente solicitar, de forma bastante gentil, foi pegando o barro e, no jirau da cozinha, começou a “levantar” um pequeno fogão. Assim, nossa conversa se delineou durante o tecer de uma pequena peça. Depois de fazer a cerâmica, andamos em seu quintal, onde me mostrou tanto as ferramentas artesanais, como o pilão e o crivo (peneira), como as naturais, como o pé de cuia (cuiapel/cabaça) e o urepél (pedaço da cabaça para usar do alisamento da cerâmica), que foi descrito anteriormente.

Aos seus 44 anos de idade, mãe de dois meninos e uma menina, atualmente ela vive "amigada". Mulher sorridente, com um olhar filtrante, um tom de voz tranquilo e uma presença forte em suas falas, ela é nascida e criada no Maruanum, assim como sua irmã. Como algumas, ela aprendeu a fazer louça com sua mãe, somente

Mundoca: Olhando ela fazer. E eu ia fazendo, as vezes ela chamava, porque ela convidava, né? A gente para fazer, só que a gente não se interessava. Só ia mesmo por olhar ou levar uma água para ela, um café. A gente via ela fazendo e a gente foi aprendendo.

Fabício: E porque você resolveu a fazer?

Mundoca: Ah depois dela morrer. Quando ela morreu eu já fazia, mas só que eu ainda não me dedicava, né? A fazer... fazia assim mesmo, só de brincadeira mesmo. Fazia aquela uma e pronto. Ai depois que ela morreu, aí tia Marciana falou para que era para eu continuar a fazer a louça como ela fazia. Aí foi que eu passei a fazer. Ai quando eu fui sabia que dava, dava resultado a gente fazer a louça.

Fabício: Resultado em que sentido?

Mundoca: Assim, ganhando dinheiro né? (Entrevista concedida no dia 07/05/2015)

Esta fala de Mundoca é interessante no sentido de que, ao mostrar o aprendizado, é evidenciado o momento quando elas começam a se perceber como louceiras, pois há

comprometimento e dedicação. Neste tempo de brincadeiras, o fazer da louça e o sentir-se louceira ainda é uma construção se materializando. Somente quando dedicam e começam a surgir os resultados, é a ocasião pela qual a brincadeira se torna realmente um ofício.



Figura. 36: Mundoca tecendo o pequeno fogão no jirau de casa.

O sentir-se louceira é paulatinamente construído desde o tempo das brincadeiras, mas elas se afirmam quando deixam de experimentar. Um trabalho interessante neste sentido, realizado na comunidade quilombola de Matá, na região amazônica, com o qual os autores utilizam o conceito de *habitus*, retirado de Bourdieu, analisa as crianças e a relação com a pesca, isto é, a relação com o trabalho e, desta forma, sugere que:

A incorporação do trabalho na fase infantil cria disposições duráveis de um modo de vida, de uma forma de manejar a terra, de uma maneira de pescar e de cuidar do gado, que, apesar das mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e sociais recorrentes às comunidades ditas 'tradicionais' da Amazônia, permanecem como valor central, tornando-se um meio de assimilação do saber local e uma estratégia para promover sua continuidade. (Cardoso e Souza 2011:170)

Assim, podemos dizer que, do mesmo modo que as louceiras, o vir a ser, ou seja, a assimilação dessas estratégias da continuidade e do saber, começa quando fazem ou mesmo compreendem todas as nuances que envolvem o trabalho, sua relação com a economia local, as técnicas, as crenças e regras que inevitavelmente devem ser respeitadas. Para se tornar louceira e a cerâmica tomar sua forma, igualmente é preciso entender os caminhos e o processo na íntegra, pois é o momento pelo qual os papéis se entrelaçam nessa trama entre a cultura material e o vir a ser ou vice-versa.

Pelas narrativas, mais que isso, é possível entender que, neste andamento onde a brincadeira se torna séria, constituir-se-ia o instante onde elas se posicionam como artesãs detentoras de um conhecimento tradicional e único para a região, e, sobretudo, para elas. Portanto, é no instante em que a louça é levada com comprometimento e deixa de ser uma brincadeira que elas se tornam e se sentem louceiras, pois este momento poderia representar o “mecanismo de inserção nos costumes e nas tradições da comunidade” (op. cit.: 167)

Os que trabalham, e não só ‘ajudam’, são indicados como não fazendo parte do mundo das crianças, das ‘meninices’, dos que apenas brincam e estudam, e essa condição é adquirida independentemente de uma faixa etária determinada. Desse modo, o trabalho infanto juvenil assume a característica não somente de possibilitar maior quantidade de produtos adquiridos, com associação de forças para produção, que serão comercializados pelo grupo doméstico, mas, sobretudo, é divisor de águas entre o universo das brincadeiras, da vida infantil, e as outras etapas da vida. Fundamentalmente, a capacidade ou incapacidade produtiva – e não necessariamente a idade – é o aspecto primordial da identificação do ‘ser adulto’ ou do ‘ser criança’, porque implica a condição de ‘o ser ou não responsável’.

Ao que parece, algumas louças, como as que são mais encomendadas, foram descritas pelas narrativas como aquelas que sempre foram feitas. O alguidar, a culateira (para fazer café), a panela, o fogão. Além desses, caramuché, candeeiro, terrina, botijão, pote e cachimbos possivelmente são cerâmicas que remontam o início deste aprendizado. Isto, ao meu ver, se dá por causa de suas funções utilitárias tão necessárias no tempo dos antigos. Dessa forma, elas recordam que antigamente se fazia o que se usava.

Este inventário tem como propósito demonstrar a variabilidade dessas cerâmicas maruanenses, bem como deixar um registro fotográfico acompanhado por suas funções, formas e história. Pela tamanha diversidade relativa à criatividade e à demanda sobre as louças, certamente não darei conta de mostrar tudo que elas podem fazer. Por outro lado, através das cerâmicas que foram identificadas no trabalho de campo, tento mostrar os interesses sobre as louças que para elas são evidentes.

Assim como a mãe de Mundoca, aqui também lanço um convite para observar e conhecer este material ímpar, apostando afetar o leitor, como me senti afetado através da minha experiência em campo e como me senti ao me encontrar pela primeira vez diante das louceiras em seu intrincado caminho relativo às louças.

3.3.1 Alguidar

O alguidar é um utensílio bastante requerido e prestigiado na comunidade, por causa da sua utilidade essencial na economia e na culinária locais, isto é, amassar e coar o açaí e a bacaba. Como estes dois alimentos são indispensáveis para a dieta local e ocorrem em estações diferentes, o uso do alguidar é constante. Além disso, disseram-me que esta peça também é usada para cozinhar comida, ferver a água, entre outros.

“Lá muita gente usa o alguidar. O que é mais usado é o fogão e o alguidar, mais ainda no tempo desse: agora acabou a bacaba e chega o açaí e a pessoa utiliza muito. Ele é muito usado mesmo para a bacaba, pois as pessoas dizem que trava o disco da amassadeira” (Nestor Pereira da Costa. Caderno de campo: 06/05/2015). Além disso, dizem que o gosto é diferente quando feito nessa vasilha.

Ao perguntar às pessoas da comunidade sobre as louças, o alguidar é a primeira peça a ser comentada. Houve relatos de que, em antigos festejos de marabaixo, os alimentos também eram preparados com esses utensílios. Quando presenciei, mais de uma vez, este festejo, vi somente os fogões sendo utilizados. Ouvi de alguns de meus interlocutores que os antigos salgavam a comida para não estragar e guardavam dentro dessas panelas, cobrindo-as com a tampa.

A representação dessa peça vai além dos domínios da comunidade do Maruanum. Jacques (2015) mostra claramente a representação que o alguidar, as botijas (pote e o botijão) e o fogão do Maruanum ofertam nas interpretações relativas à materialidade no interior da comunidade de Cinco Chagas. A autora escreve que seus interlocutores também entendem os cacos que aparecem no roçado como sendo fragmentos dessas louças, que antigamente eram compradas e feitas no Maruanum.

Os quilombolas do Maruanum também fazem louça de barro, por exemplo, e meus interlocutores contam que costumavam comprar botijas iguais a essa que foi descoberta para armazenar água, conforme referido anteriormente. Eram comprados também alguidares e fogões, e quando eles quebravam, eram jogados fora, por isso aparecem cacos na roça. Neste sentido, também já foi comentado que ali já morou muita gente antes, pois há muitos cacos espalhados. (Jacques 2015:101)

Coirolo, ao pesquisar a louça do Maruanum, em 1991, já solicitava uma pesquisa de cunho etnoarqueológico na região, pois “em efeito, sobre as margens do rio Maruanum e Macapi, existem vestígios arqueológicos que tornam a área de interesse para a realização de

uma prospecção e para a programação de uma pesquisa sistemática e metódica de caráter etnoarqueológico” (1991:93).

Ao conversar com Sr. Matias, ele me explica que no Maruanum existe a ilha das igaçabas, localizada na Vila Conceição, local repleto de histórias contendo material antigo. Ele me narra que, na época em que tinha 10 anos (hoje Sr. Matias está com 77 anos de idade), chegou uma moça de Belém chamada Tietê e essa senhora levou todas as igaçabas. No Maruanum, é bastante comum ouvir as narrativas de que, ao caçar na floresta e na hora de fazer o roçado, encontram-se muitos potes enterrados.

Esta questão equivale a outro desdobramento da pesquisa, pois é visto que as cerâmicas do Maruanum não são somente arqueológicas estando nessa linha da arqueologia do presente, a qual inspira este trabalho, mas, sobretudo, pelo tempo secular que a cerâmica existe, talvez seja bastante provável que tenha vestígios da própria cerâmica do Maruanum em outras comunidades vizinhas, reiterando outro valor arqueológico em suas interpretações.

Se levarmos em conta que os próprios vestígios pertencem às linhagens dessas louceiras, esta pesquisa seria outra ótica de analisar a cerâmica do Maruanum, demonstrando ainda mais a potencialidade de pesquisa arqueológica nessa comunidade.

Este tipo de vasilhame é um dos quais são lembrados entre a comunidade e os de fora que conhecem as louças do Maruanum. Aqui as histórias sobre os achados nos roçados igualmente remontam ao alguidar. Este objeto é bastante simbólico, na medida em que as narrativas recorrem aos tempos dos antigos, que faziam estes materiais encontrados nos roçados e, ao mesmo passo, por sua utilidade, temporalidade e durabilidade.

Sobre os alguidares, alguns narram que é bom para fazer a farinha de piracuí³⁷. Ao observar um vasilhame que servia somente para este fim, vi que a parte externa da cerâmica estava bastante pretejada pela fuligem. Esta louça também pode ser interpretada como uma representação da memória, pois é muito comum presenciar esses exemplares guardados há anos, feitos por parentes que já faleceram. São muito bem guardados em posição embocada e um dentro do outro.

³⁷ O piracuí é farinha de peixe.

Um dentro do outro, pois, quando confeccionados, sempre são um “casal”, ou seja, em pares e em tamanhos diferentes. O maior é para amassar e o menor é para coar o produto. Pela sua dimensão, eles não são produzidos de uma só vez, pois, ao tecer a cerâmica, o barro ainda se encontra “mole” e o peso não pode ser suportado, e, por isso, a cerâmica pode “desbeicar”. Por este motivo, somente algumas louceiras conseguem ou preferem fazer o alguidar.



Figura. 37: Acima, dois exemplos de pares de alguidar. Abaixo, a coleção de alguidares de Dona Geralda e do Sr. Leonel e, à direita, um alguidar onde foi preparado piracuí.

3.3.2. Panelas

As panelas também são bastante encomendadas, tanto pela comunidade, como por toda Macapá. Já houve vezes em que, ao chegar na casa das louceiras, presenciei o preparo de encomendas com diversas panelas. Estas panelas são encontradas em restaurantes, em outras comunidades, em cozinhas de casas em Macapá etc.

As suas dimensões são bastante diversificadas e, quando inutilizadas pela quebra, podem ser transferidas para o jardim e, assim, ressignificadas como vasos de plantas. Esta cerâmica é para fazer o feijão, o tucupi ou outros pratos típicos e recebe bastante elogios de

quem já experimentou. Além de cozinhar o feijão, ela também é utilizada no preparo de diversos alimentos.

A panela, junto com o fogão, o botijão, o pote e o alguidar, também remete aos antigos, que segundo as louceiras, as primeiras louceiras já praticavam a feitura desta vasilha. Portanto, esta cerâmica é bastante utilizada e vista pela comunidade. A decoração no pescoço é feita na técnica do unglado (termo técnico), ou seja, é utilizada a unha, porém, para elas, esta técnica é chamada de “pinicado”. No bojo, é utilizada a pena de galo ou um tubo de caneta para fazer estes pequenos círculos. Atualmente observei, nas panelas de Dona Maria Raimunda, aplique com formato de uma cabeça de pássaro servindo como alça das panelas. Suas decorações geralmente são pequenas formas geométricas, dispostas na tampa, no bojo ou no pescoço.

Pensando abordar as técnicas mais profundamente em outro trabalho, por hora não privilegiei realizar desenhos que reconstituíssem tecnicamente as principais cerâmicas, assim como também optei por não me atentar às pequenas decorações e seus significados. Porém, visitando os *sites* que referenciam o Maruanum, encontrei desenhos que o SEBRAE³⁸ levantou acerca das decorações dos seus vasilhames. Embora percebesse correlações, não tenho ao certo a referência de quem levantou tais decorações, mas coloco os desenhos, mesmo assim, a título de ilustração.

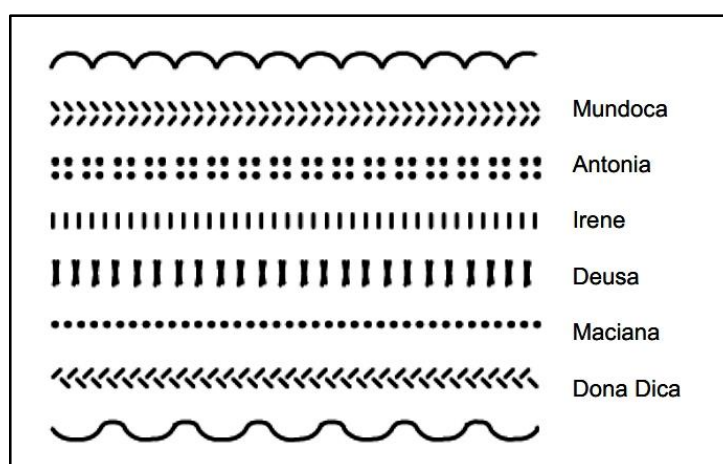


Figura. 38: Ilustração das pequenas decorações das peças do Maruanum (segundo o Sebrae).

³⁸ Retirado do site: <http://naramazonie.blogspot.com.br/2012/01/artesanato-do-maruanum.html>. Acessado em 30/05/2016.

Assim como todas as vasilhas com resina de jutaica na parte interior, recomenda-se que, ao colocar esta panela ao fogo, não a deixe esquentando sem ingredientes. Do contrário, a resina se perde com o calor. Esta é a única recomendação, visto que, deste modo, as vasilhas permanecem resistentes e podem ir em qualquer tipo de fogo, isto é, tanto no forno, quanto na brasa, na chama etc. Isto foi visto em campo, pois na comunidade há vasilhas que duram duas décadas ou mais.



Figura. 39: Exemplos de panelas.

3.3.3. Fogão

O fogão ou fogareiro é uma peça bastante difundida na comunidade e que denota uma antiguidade, pois as narrativas, como já escrito, demonstram que desde as antigas louceiras já se fabricava este tipo de cerâmica. Este material é importante, na medida em que se economiza dinheiro ao se dispensar a compra de gás de cozinha. Além disso, a comunidade produz carvão em caieiras, acentuando sua predileção.

O carvão é produzido por famílias na comunidade, deixando seu preço acessível, também podendo haver trocas entre aquelas que têm produtos diferentes. Deste modo, pela

economia com gás de cozinha, o fogão e a churrasqueira têm uma saída e uma temporalidade significativa. Temporalidade porque esta cerâmica é uma das peças que as louceiras dizem lembrar desde que se entendiam, ou seja, quando verdadeiramente começam a perceber o seu modo de vida.

Nas festas de marabaixo ou em outras festas, o fogão está presente na cozinha, localizada sempre ao fundo das casas ou barracões. Assim, é possível analisar que estas peças sejam extensões significativas das festividades, preparando o alimento tão importante neste formidável festejo. Em barracas de alimentos montadas na porta da festa de marabaixo da Vila do Carmo, ocasião onde algumas aproveitam para garantir uma renda extra, também foi possível observar os fogões sendo utilizados. Em outros eventos realizados na comunidade, as peças estão da mesma forma sendo utilizadas recorrentemente.

Seu tamanho e forma são diferentes de outras peças e, por isso, poucas mulheres se dedicam a produzir este tipo de peça. Além disso, por suas dimensões, a quantidade de matéria prima utilizada é bastante elevada. Também podemos destacar o tempo necessário para fazê-lo, pois, em época de inverno, quando a chuva é diária, fazer este tipo de peça demanda certo cuidado e paciência, visto que a secagem leva bastante tempo. Peças desse tamanho também precisam de força para serem tiradas da fogueira na hora da queima.

Centímetros acima da base e em seu bojo, estão dispostos alguns furos retangulares e circulares que circundam a cerâmica, servindo para que o ar circule em seu interior e, assim, alimenta-se o fogo. Acima desses furos dispostos na base, no interior da cerâmica, são colocadas as grelhas, onde é alocado o carvão. Elas narram que a grelha se quebra muito facilmente na hora da queima e que acertar a circunferência que caiba na mesma medida que a circunferência do fogão também exige experiência. Estas peças são circulares, diferentemente das churrasqueiras, que são retangulares.



Figura. 40: Os fogões são utilizados e vistos em diversos ambientes.

3.3.4. Fogão com suporte para álcool

O fogão com suporte para álcool reafirma a questão econômica mencionada acima, pois, diante do alto preço do gás de cozinha, variadas formas de sustentabilidade são geradas. Além disso, esta peça demonstra outra vez a variabilidade na forma e na função das vasilhas. No interior deste fogão, coloca-se uma pequena quantidade de álcool, que é aceso. É vista ainda uma pequena tampa para obstruir o ar, visto que, sem a circulação de oxigênio, o fogo se apaga. Esta vasilha, mais uma vez, demonstra que a criatividade se torna uma demanda diante da necessidade de criar novas formas econômicas e práticas de gerar a vida.



Figura. 41: Fogão com suporte para álcool.

3.3.5. Churrasqueiras

Pelos mesmos motivos econômicos do fogão, as churrasqueiras são peças bastante utilizadas. É comum andar nas comunidades e ver estes utensílios nas varandas das casas, pois sua utilidade não se reserva somente ao assado preparado em churrascos, mas também se aplica ao cozimento de outros alimentos.

Este tipo de cerâmica praticamente possui as mesmas características que o fogão, mudando somente a sua forma, retangular. Ao contrário das panelas, estas cerâmicas não levam resina. Conversando com Dona Irene, ela me explica que o fogão e a churrasqueira são alternativas viáveis em vista da carência de “jutaí”, pois, pela constante falta dessa matéria prima, nestas horas, elas fazem bastante fogão e churrasqueira para vender.

Quando Dona Mariquinha, juntamente com sua família, gentilmente me receberam na ponta de sua mesa do almoço, observei que a refeição estava sendo preparada em dois lugares. Enquanto o horário estava chegando, o porco foi assando na casinha ao lado da cozinha da casa principal. Nesta casinha, tinha o lugar onde ela tece a louça, estende roupa, guarda alguns troféus e utiliza o forno de barro. Além das panelas de alumínio e o fogão a gás onde estavam preparando a refeição no interior da casa, o forno de barro constituía-se como a extensão do preparo e desse encontro em família.

Neste dia, esta situação também foi percebida na casa de Sr. Leonel e Dona Geralda, vizinhos de frente de Dona Mariquinha. Nesta casa, a família colocou os bancos em frente à churrasqueira do fogão e barro e, no meio da conversa, o preparo da comida se realizava. O

fogão de Dona Mariquinha era composto por uma churrasqueira e dois fogões dispostas ao lado. Estes dois fogões espocaram na hora da queima e foram reutilizadas para compor o forno. Junto com a churrasqueira estavam arranjados por barro batido.

Percebe-se, portanto, que as relações entre as famílias estão sendo intermediadas pelas disposições desses utensílios. A churrasqueira, sem dúvida, é uma forma econômica de evitar o gás de cozinha, mas também é uma forma de organização onde as relações sociais estão sendo preservadas.



Figura. 42: Acima, à esquerda, dois fogões e duas churrasqueiras que estavam sendo vendidas na feira do agricultor. À direita, churrasqueira de Dona Mundoca. Abaixo, o forno na casinha de Dona Mariquinha e, no detalhe, o alguidar guardado embocado.

3.3.6. Caramuché e candeeiro

O caramuché é uma peça bastante peculiar que não pude observá-las fazendo. Embora seja rara, é um tipo de cerâmica feita somente por encomenda hoje em dia. Porém, assim como estas que estou mostrando, é bastante apreciada por lembrar os tempos quando ainda não havia energia na comunidade.

Houve relatos de que antigamente os barracões onde ocorriam os festejos eram todos iluminados por estas peças. Portanto, o caramuché é um exemplar antigo e atualmente pouco usado, sendo substituído, quando necessário, pelo candeeiro. É uma peça onde se coloca o pavio, que antes era feito de algodão³⁹, no orifício da parte frontal e o óleo de andiroba no orifício superior. Ainda em seu bojo, são vistas duas pequenas alças nas partes laterais e outra na parte oposta à do orifício frontal.

Assim como nos dias atuais, antigamente este objeto de valor era bastante apreciado pelos moradores mais velhos. Houve narrativas de que, além de clarear os festejos ou as casas, também era utilizado, como a poronga⁴⁰, para “fachiar” na hora da pesca noturna. Este tipo de pesca ocorre em dias sem lua. Com o facho de luz, o peixe é localizado e paralisado. Após o inebriamento, utiliza-se a zagaia para capturá-lo. A zagaia ou o arpão ainda são utilizados para este tipo de pesca. No Maruanum, atualmente, a pesca também é realizada com anzol e com malhadeira.

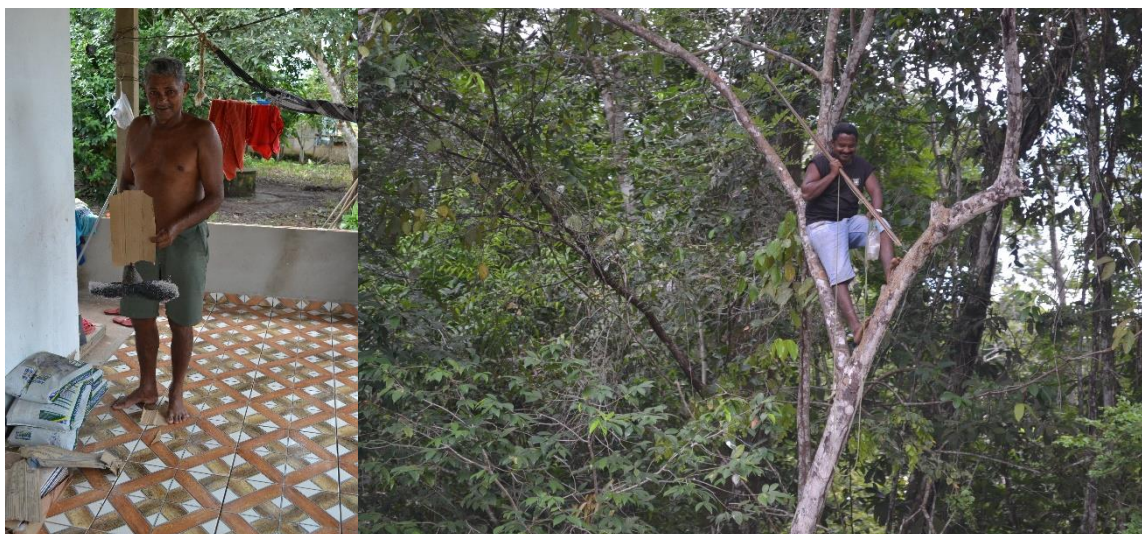


Figura. 43: Sr. Raimundo, esposo de Dona Mariquinha, mostrando como era poronga e ao lado morador esperando com arpão o pirarucu.

³⁹ Elas dizem que ainda se planta algodão na comunidade.

⁴⁰ Poronga é o nome derivado das lanternas de carbureto utilizadas para este fim. <https://www.socioambiental.org/pisci/pesca.shtml> (retirado: 01/06/2016). De acordo com Sr. Raimundo a poronga na comunidade era feita com um apoio onde se colocava

Houve muitas narrativas saudosas dizendo que o rio Maruanum, antigamente, era coberto pelo peixe pirarucu. O Sr. Raimundo me disse que, em torno de quinze anos atrás, estes peixes voltaram a aparecer e “que deu muito! desde esta última vez que apareceu, não acabou mais”. O rio Maruanum é farto de uma diversidade de peixes e Sr. Raimundo ainda narra que quando, em sua “época de pirralho”, não existia malhadeira e que, nesse rio, “estes peixes do mato tem tudo, como o tucunaré, traíra, denticão, tucunaré, traíra, aracu, acará, branquinha, mandupé e mafurá” (caderno de campo: 07/05/2015). Esse fato ocorre ao contrário quando se fala da caça, isto é, embora os peixes tenham se tornado mais abundantes, a caça tornou-se insipiente.

Um dia, navegando pelo rio juntamente com Tracajá, avistei um peixe grande saindo da água. Assustado, apontei e Tracajá, imediatamente: “É Pirarucu!”. Logo depois, ele me mostra um morador com um arpão, em cima de uma árvore, a observar e esperar o peixe “boiar” (Caderno de Campo: 24/09/2016).

O caramuché e o candeeiro são as peças mais emblemáticas, de acordo com a narrativa das louceiras. Elas afirmam que as antigas as faziam, pois antes elas faziam mais o básico, ou seja, produziam peças simples para o uso cotidiano, sem grandes elaborações ou dimensões expressivas.

O candeeiro também é uma das peças mais antigas das louceiras e que hoje tem sido pouco fabricado. É usado para colocar velas e, no passado, também servia para fachiar nas pescarias noturnas. Atualmente, esta prática ainda acontece e, como as “coisas estão mais fáceis”, quando fazem, utilizam a lanterna ou o farol. A utilização dos candeeiros atualmente é feita apenas para clarear as casas; sua presença, mesmo que seja reduzida, ainda pode ser percebida.



Figura. 44. Exemplos de caramuché.

3.3.7. Terrina

Por sua beleza e utilidade, a terrina é umas das peças mais produzidas e é bastante reconhecida na região. Quando cheguei à comunidade, vi uma encomenda que Dona Maria José fez de dez peças para serem vendidas a um restaurante de Macapá. As encomendas

podem ser internas, para a comunidade, como também podem ser externas, para cidade de Macapá.

Esta peça é utilizada para: colocar arroz, depois de pronto; para fazer comidas ao forno, como o peixe assado; ou mesmo somente como decoração. Sua forma é retangular e geralmente com alças em suas pontas. O formato das alças depende muito da característica de cada louceira, pois, enquanto a Dona Maria José ou Dona Irene fazem alças roletadas, outras fazem modeladas. O que mais ocorre são as alças modeladas.



Figura. 45: Exemplos de terrinas.

3.3.8. Pote e Botijão

O pote e o botijão são peças importantes na comunidade em decorrência de seu uso e por também remeterem aos antigos moradores. A elaboração destas cerâmicas é realizada somente nas mãos de algumas louceiras mais experientes e, quando se pergunta quem faz este tipo de cerâmica, geralmente a resposta aponta para as mais experientes ou para as antigas que também faziam.

Outra questão acerca destas peças é sua utilidade para o armazenamento de água: o pote com alças seria para pegar água e o botijão, para filtrar a água com um pano e deixá-la esfriar para o consumo posterior. Antigamente, elas pegavam água no rio e traziam para suas casas. O que dizem é que o botijão, em pouco tempo, deixava a água bastante fresca para o consumo.

Ambos os vasilhames possuem lábios retilíneos, formas restringidas e com tampas. São exemplares que não levam resina e suas proporções são grandes, diferenciando-os dos outros conjuntos. Estes vasilhames impressionam pelo tamanho e pela técnica empregada, pois, no dia em que estávamos reunidos para dialogar sobre a exposição, Dona Marciana explicou que,

na antiga sede do Rurap, havia um pote “bocado alto, muito antigo, era da finada Luiza Vitória. Agora não sei qual fim levou aquele pote”. Depois, Dona Maria José complementa esse relato, dizendo que realmente era muito grande. A narrativa ocorreu para especificar que este pote não existe mais e para frisar a especificidade de suas dimensões, tornando-o especial e lembrado, por não ser qualquer um que faz.

Nesta mesma reunião, elas narraram que os antigos não faziam os potes, no entanto, em outro momento, ao perguntar se os potes recentes eram iguais ao que os antigos fizeram, elas responderam que é do mesmo jeito e se a pessoa tiver cuidado dura muito tempo. Embora seja certo que há uma temporalidade, ao que parece, também há uma desordem nesta dimensão temporal, entre os antigos ou as mais velhas, não ficando preciso quem realmente são estes antigos, ou seja, os indígenas, os escravos, os parentes falecidos ou as pessoas velhas que ainda moram na comunidade do Maruanum. É possível que não haja uma ruptura entre estas duas linhas de sua ancestralidade.

Jacques (2015:61), ao estudar esta referência aos antigos, observa que há uma diferença de interpretação sobre os cacos e a igaçaba encontrada na comunidade quilombola de Cinco Chagas, localizada ao lado da Comunidade do Maruanum. A autora percebe que os cacos são testemunhos de que morou muita gente no local e que “são vestígios de alguém que habitou a comunidade e que ninguém conheceu”. Já a igaçaba é referida “como sendo algo feito por alguém, ‘os antigos’, aqueles que estão presentes na história contada pelos mais velhos, que aparecem em sonhos para algumas pessoas contando onde enterraram a vasilha”. Todavia, ela também percebe que há uma divergência de opinião, pois alguns “dizem que não se sabe muito bem o que ela é ou que ela significa”.

Neste caso, o que fica claro é que a cerâmica possui uma relação temporal antiga, seja com os índios, seja com os escravos, e que são peças que podem igualmente durar muito tempo quando bem feitas. Com efeito, Dona Mariquinha recordou-se de um botijão que ela fez há 26 anos e que ainda continua preservado, mostrando a eficiência do ofício e a durabilidade de seus vasilhames:

Tem um que eu fiz, meu filho estava bebezinho. A minha comadre ali, ela ganhou neném e ai ela disse: comadre venha lavar minha roupa que eu lhe dou o botijão, um botijão grande assim. Ai fui lá vê ela e levei e trouxe junto. E olha, eu usei, usei, usei esse botijão e quando chegou a energia aqui, ai eu guardei. Ai minha sobrinha ali na Vila, a Sara, estava na amassadeira lá na casa da mãe dela e casa da mãe dela não tinha freezer. Ai ela tomava água do balde e eu disse que dali um pouco eu ia

mandar o botijão pra ti. Ai mandei pra ela, ai ela tomava. Ai ela usou, usou, usou e ai comprou o freezer. Ai minha irmã pegou e levou lá pra baixo, lá na casa dela, tá lá até hoje. Olha se ela não quiser mais ou se ela for jogar fora é pra mim avisar que eu vou lá buscar. Eu vou deixar ele secar e vou queimar de novo e guardar. Ele com 26 anos. (Primeira reunião sobre a exposição: 09/06/2015)

Nessa conversa, surgiu a curiosidade de perguntar por que elas novamente queimam o pote e o botijão. A resposta é porque estes postes seriam iguais ao filtro, que temos que ficar limpando a todo momento e esfregando, pois, quando ele chega a determinada idade ele vai “limando” – ou acumula limo – e, com isso, o pote vai ficando mole.



Figura. 46: Pote e Botijão doados por Dona Maria José para a exposição.

3.3.9. Cachimbos

É provável que os cachimbos, atualmente, sejam feitos somente para a venda. Em minha estadia pela comunidade, não observei ninguém os utilizando. Elas relatam que, antes, as pessoas mais velhas usavam cachimbos e que, hoje em dia, usam esporadicamente.

São cachimbos lisos, com a aparência de que ainda não foram queimados. Para fazê-los, elas modelam o forninho na palma da mão e a tubulação do cachimbo onde passa a fumaça; na hora de queimá-lo é deixada uma pequena vareta de bambu. Nesta hora, a vareta é carbonizada, ficando somente o tubo.

Certa vez, conversando com Dona Irene, ela me disse que esta pequena tubulação é chamada de rabo de macaco. Ao ver que eu estava sem entender direito, ela me explicou,

sorrindo, que o rabo do macaco é a dobra onde vai a tubulação da fumaça e onde se encaixa a vareta de bambu. Para estas varetas, na comunidade, utiliza-se o bambu de taquari, um bambu nativo dos cerrados brasileiros. Este bambu contém gomos que obstruem a passagem da fumaça e, para corrigir isso, é introduzido um fio de ferro quente para furá-lo.



Figura. 47: Ao lado esquerdo, Dona Carmosina, na feira do Agricultor, vendendo sua cerâmica, com os cachimbos na frente. À direita, os cachimbos.

3.3.10. Tigelas

Com elas, toma-se o açaí, o caldo ou se utiliza somente como decoração. Em vista do conjunto, esta peça é relativamente pequena. Da mesma forma que a terrina e a panela, ela também recebe a resina de jutaicica na parte interna. Como o barro é térmico, assim como o copo, esta peça preserva a comida em temperatura ambiente/quente, quando colocada em seu interior.



Figura. 48: Exemplos de tigela.

3.3.11. Peças diversas

Neste momento, busco ainda mostrar o leque da diversidade de peças que estão sendo usadas como decoração ou destinadas às vendas. A produção desses artigos também pode ser vista como uma forma de experimentação, pois peças como a colher, por exemplo, são formas de aquisição da aprendizagem.

Embora as peças menores sejam mais delicadas, demandando um esforço maior, estas são as primeiras escolhas para se aprender a fazer a louça. As narrativas das louceiras apontam que os utensílios menores são escolhidos para se iniciar o processo cognitivo. Isto é uma representação de suas ressignificações diante da demanda entre o novo e o antigo. São novas formas de cerâmica, porém antigos gestos e percepções.

Outras peças, como as xícaras, são utilizadas para os cafés da tarde, porém estas peças, atualmente, são mais para comercialização que para uso próprio. Neste exemplar, também é visto um jogo de chá, onde se encontram, além das xícaras, chaleira, leiteira, mantegueira e açucareiro. Este conjunto é bastante comercializado e procurado pelos consumidores e conhecedores da louça do Maruanum.



Figura. 49: Jogo de café feito pelas louceiras. Fotos: Silvani

Dependendo do pedido, são produzidos diversos objetos decorativos de vários tamanhos e utilidades, como: forma de bolo, copo, escorredor de arroz, frigideira, porta caneta, luminária, formas de coração, cinzeiro etc. Este fato demonstra parte da variabilidade de formas e funções das peças que se encontram no local.





Figura. 50: Algumas das peças de feitiço recente.

As peças mostradas neste inventário fazem parte do sistema de cognição assimilado no decorrer da história do Maruanum e, ao visitá-las, tento deixar evidente o enredo desse sistema. Pela demanda cotidiana, pelo tornar-se louceira, pelo seu modo de vida, por suas relações sociais, pela construção das louças e suas formas, é visto que o aprendizado não tem limite diante do emaranhado dessas categorias.

Como escrito, há peças que certamente remontam ao passado e que ainda percorrem o presente da comunidade, refletindo a ontologia nesse enredo de significados. Das cerâmicas, neste caso, não são somente as formas que estão sendo apreendidas, mas o que se nota são os fluxos de criação, onde os conhecimentos nesse percurso estão se amarrando, ou seja, “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (Ingold 2012:29).

Creio que a arqueologia do presente corrobora neste sentido, pois percebo que o passado e o presente relativos à cultura material da Comunidade do Maruanum estão “inexoravelmente unidos” (González-Ruibal 2009). Portanto, é possível perceber, por estes significados, que a vida simplesmente é dinâmica, do mesmo modo que o entendimento e a criação perante as coisas também o são. É demonstrar como as pessoas estão construindo o

pensar diante de seu modo de vida e das demandas sociais. Por fim, não deixa de ser uma construção política.

Isto ficou evidente um dia quando, numa tarde, tomando café no intervalo da construção da louça, Dona Maria José me anuncia o seguinte: “Olha eu vou embora para Macapá eu fico doente, para mim isso não dá. Aqui não, quando eu não estou no meu barro ou não estou costurando... lá não, ficar parado me dá uma agonia” (caderno de campo: 13/07/2015). Este momento, além de demonstrar seu vínculo com seu território, especialmente demonstra que a vida pode perder o sentido se não houver estes mecanismos que são a dinâmica da vida.

3.4 Exposição “As louceiras do Maruanum”

Como já referido anteriormente, a minha inserção na comunidade começa a ser construída quando surge a proposição de realizar uma exposição sobre as louceiras do Maruanum. O que me moveu em 2012 para realizar e começar esta exposição era a vontade e o fato de pensar que poderia iniciar uma pesquisa nesse local, com as louceiras e a cerâmica e, talvez, colaborar com a divulgação e a permanência da louça, bem como em outras questões que pudessem surgir durante minha estadia em campo. Nesta época, era bolsista no IEPA, em cuja entrada há um espaço reservado para este tipo de atividade. Portanto, era neste espaço que se pretendia montar a exposição.

Em 2010/2011 fui convidado por duas amigas pesquisadoras a conhecer a região, e entendi que deveria iniciar formas de trocas de conhecimentos, surgindo a ideia de realizar a exposição. A princípio, não sabia como seria, mas tinha em mente que fosse algo cujo protagonismo estivesse com as louceiras e que consistisse numa construção conjunta. O resultado não tinha como saber, mas o caminhar, esperava que fosse dessa maneira.

Comecei então a entrar em contato com Dona Marciana, louceira responsável por muito tempo à frente da LOMA. Ela mora em Macapá e as conversas e visitas eram mais fáceis. Além disso, também havia feito contato com ela em outras ocasiões. Em nossa conversa inicial, expliquei minhas intenções tentando ver se teria a viabilidade de haver uma reunião coletiva para anunciar a todas o que estávamos pretendendo.

Embora tenha ouvido suas reclamações de que pessoas aparecem prometendo coisas e não voltam mais, as louceiras, em sua maioria, têm uma certa abertura a convites e a participar de projetos. Diante das dificuldades de manter a louça, creio que estes são momentos pelos quais elas enxergam as relativas oportunidades de se beneficiar com seu trabalho. Porém, elas afirmam que as promessas são feitas, mas nem sempre cumpridas. Este foi outro desdobramento que aprendi com minhas intenções, isto é, perceber que ter comprometimento é não fazer juramentos para além do pouco recurso que nos é ofertado. Isto se tornou evidente.

Depois de um tempo mantendo contato, em 2012 Dona Marciana intermediou uma reunião com as louceiras em sua casa na comunidade de Santa Luzia do Maruanum. Convidei um colega de trabalho, que gentilmente emprestou o carro e, por nossa conta, fomos ao encontro. Era um domingo e, ao chegar à comunidade, nove louceiras estavam nos esperando em sua casa.

Neste dia na comunidade, havia levado fotografias da exposição que estava funcionando no IEPA. Por meio das fotografias, que serviram como recurso de comunicação, começou a ser pensado, no diálogo, como poderia ser realizada uma exposição naquele espaço. A partir disso, conversamos sobre alguns aspectos acerca da arqueologia e as suas louças e também combinamos uma visita à reserva técnica do IEPA.

Isto foi um fato interessante entre as louceiras, pois, ao andar pelo interior da reserva, houve afirmações de que algumas peças arqueológicas poderiam muito bem ter sido feitas por elas do Maruanum. As visitas nas reservas técnicas ao IEPA têm como propósito ser um ponto sensível para o conhecimento coletivo e trocas de observação entre as peças que ali estão (Cabral 2014). Pouco tempo depois, fiz outra visita à comunidade, mas dessa vez para visitar o barreiro, ocasionando outras formas de aproximação. Assim como em visitas anteriores, nestas trocas, as relações de diálogo começaram a se afirmar e o respeito mútuo foi se construindo.

No ano de 2015, quando regressei a campo e passei ali alguns meses, uma das coisas que tinha em mente era dar continuidade a este projeto com o qual elas anteriormente haviam se comprometido. Esta possibilidade começou a se firmar no último mês, quando precisei articular outras parcerias que viabilizassem a exposição. Além de o IEPA colaborar

efetivamente na organização geral, outros parceiros, como o IMPROIR, o IPHAN e o CEPAP também abraçaram a ideia. Cada parceiro colaborou integralmente na logística do evento.

Marquei outra reunião com elas na comunidade e apareceram algumas louceiras. Nesse momento, a elaboração começou a tomar corpo e organizamos coletivamente como deveria ser a exposição e o que seria tratado. No decorrer da reunião, definimos alguns pontos marcantes que surgiram durante o diálogo. Concluimos que seria importante contar as histórias dos antigos por meio de fotografias que elas guardam, de lembranças e das peças antigas guardadas, cuja representação contém o mesmo valor simbólico.

Outro fato que elas acharam importante mostrar foram as ferramentas e a matéria-prima utilizada na construção da louça, pois assim se mostraria como “é que faz a louça”. As cores verde, branca e vermelha, que entraram na composição da exposição, também foram detalhes que elas decidiram. Além disso, houve a vontade de expor o barreiro e as regras que envolvem a “vovozinha”, demonstrando o interesse e a importância dessa relação ontológica. Esta foi uma questão que permeou a exposição e contribuiu para mostrar ao público que a louça não é apenas uma peça de cozinha. Como anuncia o material utilizado para divulgação:

Fazer a louça é um processo delicado. É preciso saber as relações que existem entre as coisas, as pessoas e outros seres. O barreiro não pode sentir o metal. As mulheres não podem colher o barro grávidas, menstruadas ou na mudança de lua. A queima ocorre nos quintais, longe de mal olhados. Os conhecimentos vão muito além de um saber técnico, eles envolvem percepções sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre outros seres. É o domínio destes conhecimentos que faz a louça do Maruanum especial, única. É uma expressão cultural singular do Estado do Amapá [...] No distrito do Maruanum, localizado a 58km de Macapá, um grupo de mulheres pratica a tradição de fazer louças. Peças feitas de barro, seguindo aprendizados que passam de geração para geração. Muito além da técnica, estas louceiras dominam conhecimentos minuciosos que conectam humanos e não humanos, coisas e emoções, saberes e fazeres. Para estas mulheres, fazer louça é um processo que exige cuidados e que demanda relações diversas. Em tempos como hoje, em que tudo está pronto ao alcance da mão, elas desafiam o sendo comum, dedicando suas vidas a uma tradição secular. Com elas, aprendemos que uma panela não é apenas uma peça de cozinha. É uma peça de saber, é um conjunto de histórias, é a forma matéria de conhecimentos imateriais. A exposição “As loucerias do Maruanum” é uma pequena homenagem para celebrar o profundo conhecimentos destas mulheres sobre a arte de fazer louça. Através de conversas, reuniões e visitas, pesquisadores e louceiras aceitaram a tarefa de montar textos, escolher falas, fazer fotografia, sobretudo, trocar experiências. Durante o processo, nove mulheres estiveram diretamente envolvidas, produzindo peças cerâmicas, recolhendo fotografias, emprestando seus próprios instrumentos e discutindo as melhores formas de mostrar seus saberes ao público. Esta montagem conjunta foi um verdadeiro desafio de abirmos a instituição científica para aprendermos com estas outras especialistas. Afinal como disse Dona Irene: “Isto é uma ciência! E é uma ciência mesmo, somente mesmo pra quem já sabe, porque quem não sabe, não

meta a cara que não sai, né?! (Trechos do texto do flyer da exposição: Mariana Cabral e Fabrício Ferreira).

Durante as reuniões, o formato da exposição foi sendo estabelecido e a colaboração recíproca foi imprescindível para a elaboração do projeto. Assim, cada louceira participou efetivamente opinando, emprestando as peças antigas, construindo e emprestando as ferramentas, mostrando as fotos com as antigas louceiras⁴¹, doando matéria-prima, escolhendo as falas e ajudando a elaborar um diagrama genealógico das louceiras. Dentre os outros elementos, este aspecto foi muito interessante, ao passo que todos ilustrativamente observaram que a cerâmica é um fato geracional e que vem sendo nutrido por cinco gerações.

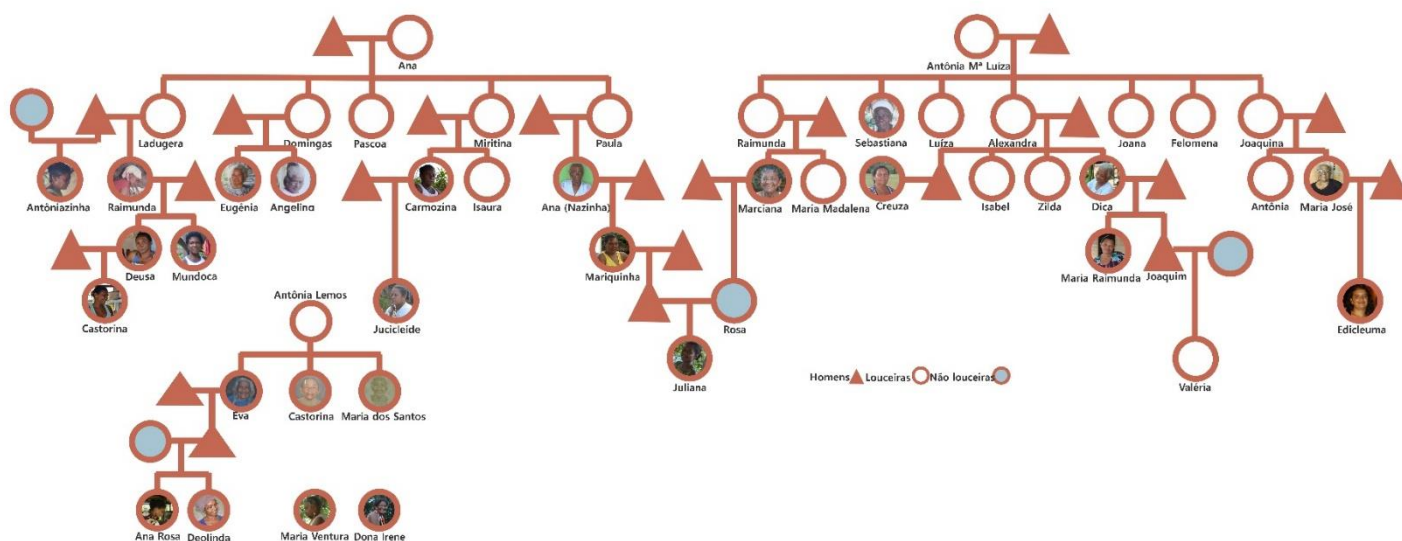


Figura. 51: Genealogia parcial das louceiras. Construção: Mariana Cabral, Fabrício Ferreira e louceiras do Maruanum. Arte: Lúcio Costa e Aneliza Smith

Este quadro é uma genealogia parcial porque privilegia somente as louceiras e o parentesco entre elas. Portanto, como o foco do trabalho são as louceiras, optamos por não aprofundar outros graus nas relações de parentesco. Assim, observa-se que as interlocutoras pertencem a terceira e a quarta geração de louceiras e que a Antônia Lemos, Ana e a Antônia Maria Luiza são as precursoras desse saber passado entre as gerações. Pelas idades das

⁴¹ Nesta parte, houve momentos que elas não tinham as fotos das antigas louceiras, mas apontavam soluções, como indicar as pessoas que teriam e o contato ou local onde moravam. Assim como as peças, as fotografias foram sendo recolhidas paulatinamente na comunidade e na cidade de Macapá.

louceiras que entrevistei e algumas serem netas ou bisnetas dessas três precursoras, podemos inferir que estes saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade do Maruanum, vem se construindo desde o final do século retrasado.

Embora não se veja restrições ao passar o conhecimento entre outras mulheres da comunidade, o interessante nesse quadro é notar também que estes saberes e fazeres são passados entre as famílias e por isto as histórias acerca da louça conta esta continuidade. Se fosse privilegiar outras ramificações entre estas famílias de louceiras, certamente veríamos que os laços parentais também se estende de outras formas e por isto a louça atingiria outras famílias.

Na inauguração da exposição, houve uma cobertura enorme da mídia, causando uma repercussão favorável no Estado de Amapá. Nas entrevistas, quem estava à frente eram elas, que vieram da comunidade para participar como protagonistas do evento. Diversas matérias saíram ressaltando o valor da louça do Maruanum. A repercussão que houve mostra a importância e a representação da louça para a região.

As louças do Maruanum fazem parte de uma tradição que passa de geração para geração. Mulheres que aprenderam com suas mães a fazerem panelas, formas de bolo, alguidás, lamparinas, potes e muitos outros utensílios, todos de barro. Mas não é apenas a técnica que é secularizada, as lendas em torno do barro também continuam em evidência na comunidade (matéria retirada do site: <http://selesnafes.com/2015/08/cultura-louceiras-do-maruanum-entre-mitos-e-lendas/>)

A produção de belas e delicadas peças de louças de barro feitas pelas mãos criativas de mulheres do distrito de Maruanum, na Zona Rural de Macapá, é o destaque de uma exposição que acontece até sexta-feira (28), no setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas do Amapá (Iepa), localizado no bairro Trem, Zona Sul da cidade (matéria retirada do site: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/exposicao-destaca-tradicao-de-produzir-loucas-em-distrito-de-macapá.html>)

A cultura negra do estado do Amapá permanece por meio do saber tradicional das louceiras do Maruanum. Em exposição aberta na segunda-feira, 24, no Laboratório de Arqueologia do Iepa, estão representadas as tradições e práticas dessas mulheres, materializadas em peças de barro (entrevista retirada do site: <http://culturadigital.br/paulorochoa/2015/09/22/louceiras-do-maruanum-exposicao/>).

Nesta segunda-feira, dia 24 de Agosto, o Núcleo de Pesquisa Arqueológica do IEPA abre uma exposição inédita sobre o conhecimento para fazer louças das mulheres do Maruanum. O distrito do Maruanum, localizado a apenas 58km de Macapá, é o centro onde estas louceiras praticam um conhecimento secular (matéria retirada do site: <http://www.blogderocha.com.br/exposicao-sobre-as-louceiras-do-maruanum-e-aberta-em-macapá/>).

Além dessas matérias, houve outras em mídias especializadas, assim como nos jornais que passam na televisão. A exposição e sua repercussão mostrou que o entendimento mútuo foi possível, pois já estava na comunidade há alguns meses e as atividades só foram possíveis pelo respeito que estava sendo estabelecido durante estes meses e os anos anteriores de convivência. Isto só foi sendo construído pelo interesse em comum e pelos objetivos que foram sendo levantados durante os encontros.

Por uma perspectiva da arqueologia colaborativa, entendo que, neste momento da pesquisa, o projeto acerca da exposição teve as mesmas preocupações em relação ao modo como o processo se deu, pois certamente houve “o alinhamento de interesses e benefícios entre os cientistas e as comunidades a serem estudadas e/ou que ocupam os lugares a serem investigados” (Silva et al. 2011:37).

Ao final, ficou claro que este processo trouxe para elas uma satisfação enorme em serem, mais uma vez, reconhecidas pelo seu trabalho. Ficou evidente ainda que as perspectivas de todos que se envolveram foram atendidas. Este trecho do que Dona Marciana relatou em uma entrevista mostra que: “Para ela, o reconhecimento de mostrar o trabalho que realiza com carinho, é uma sensação de extrema felicidade. ‘Eu me senti muito feliz porque foi a primeira oportunidade de vir aqui para o lepa fazer essa apresentação’, comentou a louceira.”⁴².

⁴² Matéria retirada do site: http://www.jornalagazeta-ap.com.br/info/noticia/2812/pecas_de_ceramica_e_fotos_relutam_historias_das_louceiras_do_maruanum..php



Figura. 52: Colaboradores e as louceiras ao final da última reunião. Frente da igreja da Comunidade de Santa Luzia do Maruanum. Abaixo preparando para a foto oficial com as louceiras e representantes dos Institutos que colaboraram.

Considerações Finais

A presença africana na Amazônia, sobretudo no Amapá, é parte fundante das diversas relações que constituíram as questões culturais, econômicas e políticas desta região. As comunidades do Maruanum, sem dúvida, são partes relevantes dessa história, mostrando igualmente a trajetória desses africanos escravizados que estiveram no estado. Através da experiência etnográfica e da bibliografia especializada da História, no primeiro momento desse trabalho, tentei mostrar que as narrativas das louceiras e das pessoas da comunidade ofertam um caminho relativo à louça, cuja trajetória possivelmente ocorre entre os mesmos caminhos adversos percorridos pelos seus antepassados.

O caminho da louça do Maruanum segue as especificidades de seu modo de vida e as narrativas são marcadores dessa experiência secular, as quais ainda são vivenciadas em suas memórias. Ao pesquisar esta louça, percebe-se que é um dos bens mais preciosos que possuem, por isso, ao descrever os inúmeros aspectos relativos a este bem, entende-se que as conhecedoras desses saberes e fazeres são igualmente respeitadas entre a Comunidade do Maruanum, pois carregam os conhecimentos atrelados as suas especificidades.

Tais especificidades são coerentes com o seu modo de vida, que corresponde às suas cosmologias. Por sua vez, a maneira como lidam com os seres não humanos mostra como elas percebem o ambiente em que vivem e que constroem frequentemente. Nestas relações, as louças também aparecem como o fio condutor destas percepções de mundo. Em uma rede ou malha de significados sobre como concebem seu modo de vida, as louças traduzem e permeiam algumas destas relações. As interdições e regras devem ser respeitadas, senão os prejuízos podem ser certos.

Neste processo de tecer a louça, isto é, desde a aquisição de matéria-prima à sua queima, existem coerências ou preocupações que elas acreditam que devem ser respeitadas. Este processo mostra que a louça além de ser uma referência no Estado do Amapá, mostra também que existem conhecimentos que estão além do fazer, sobretudo, estão também conectados diretamente aos seus saberes e percepções.

Diante disso, os ambientes são parte integrante da aquisição destes saberes, pois é frente a essas aquisições que a louça se torna um bem comum e identitário. Estes objetos ou

coisas, além de representarem estas questões de pertencimento àquele lugar, também representam outras informações, tais como suas personalidades, seus interesses e os significados de suas vidas.

Com o tempo em campo, percebi que dissociar a cerâmica da história das louceiras e de suas percepções, para elas, não seria a melhor forma de compreendê-las. A louça é a representação que estas mulheres possuem de seu tempo histórico. Descrever suas vidas e a imbricada relação com suas cerâmicas evidencia que a louça é tecida pela confiança em suas tradições, que são seguidas fielmente, pois, como vimos, “tecer” a louça é uma construção que vem sendo passada entre as gerações de mulheres do Maruanum. Seguir estas tradições, além de valorizar o seu trabalho, conscientemente é uma forma coerente de manter a dinâmica da vida, fato este percebido pela significativa paciência no fazer, sobretudo, porque manter esta tradição também demanda construir a louça por meio de laborioso trabalho.

Também vimos que, na Amazônia, há poucos trabalhos de arqueologia referentes a ao tipo de pesquisa que propus realizar. Estes poucos trabalhos direcionam-se a preocupações com as questões sociais que envolvem os coletivos quilombolas na Amazônia. Estas pesquisas em arqueologia apontam caminhos interdisciplinares, proporcionando ferramentas cabíveis para solucionar o enredo de diversas questões acerca das demandas etno-territoriais. Neste caso, por meio da arqueologia do presente, que também se apoia em métodos da etnografia, foi possível entender que as narrativas concedidas, além de colaborar no fortalecimento desses trabalhos de arqueologia em comunidades tradicionais na Amazônia, também ofertou mecanismos teórico que ajudassem no direcionamento desta pesquisa.

Tecer a cerâmica está presente nas vidas “desde que elas se entendem”. “Desde que me entendi” foi uma expressão recorrente em todas as narrativas, mostrando, sem dúvida alguma, que a louça é vivenciada por meio de suas histórias, cujo pertencimento estabelece uma particularidade. Estas características são avistadas perante o lugar de infância onde o vir a ser louceira é percebido por meio das brincadeiras, as quais mais tarde são levadas a sério. Desde que se entendem, já havia o comprometimento pelas mais velhas em fazer a cerâmica, por isto, o sentir se louceira é carregado da história de suas parentes antigas, que remetem a um tempo secular.

Estas perspectivas aprofundam o caráter identitário e colaboram na autodesignação em ser louceiras do Maruanum. De acordo com as discussões arguidas nesta dissertação, além de as louceiras do Maruanum se reconhecerem como tal por sua relação com a cerâmica, a comunidade também é reconhecida por ser o seu lugar de origem, pois sentimento de pertencimento está claro e o sobrenome da louça advém da comunidade. Portanto, a louça do Maruanum quem faz são as louceiras do Maruanum, cuja importância é reconhecida tanto no Amapá como em outros estados. Quando elas se identificam e são mencionadas, informam de onde vêm, mostrando o papel fundamental do lugar de origem e o caráter profundo do pertencimento àquele lugar.

Talvez a possibilidade de um diálogo interdisciplinar tenha se tornado viável porque houve o interesse em descrever o modo de vida das louceiras. Isto ocorreu por causa das experiências e da forma como propus me relacionar em campo, ou seja, aproximando-me de uma maneira de experienciar essa imersão a partir da qual as relações puderam ser naturalizadas e aceitáveis. Isto somente foi possível pelos anos que venho me comunicando com elas e, pelos últimos meses em que estive na comunidade, a relação tornou-se mais próxima. As relações se tornaram minimamente confiáveis e criou-se um respeito mútuo, possibilitando momentos pelos quais as conversas e narrativas fossem naturalmente apreendidas. Assim essas relações foram paulatinamente sendo percebidas e o campo naturalmente apontou os caminhos que deveriam ser seguidos.

Trabalhar com a história, a etnografia e arqueologia fortaleceu, neste trabalho, as diversas possibilidades de pesquisa sobre a cultura material. Inúmeras questões acerca da arqueologia ainda podem ser exploradas, tais como percepções sobre os fragmentos encontrados na comunidade, escavações arqueológicas, aprofundamento das questões simbólicas e ontológicas relativas à cultura africana, o processo de ocupação do território por meio da diáspora africana, espacialidades, uma arqueologia da paisagem etc. Todavia, pelos argumentos que permeiam a arqueologia do presente, penso que este trabalho corrobora outras formas de perceber as relações com os objetos, sobretudo os que pertencem aos coletivos quilombolas na Amazônia brasileira, ficando, como sugestão para futuros trabalhos, que sejam investigados esses outros pontos mencionados acima.

Trabalhar com as mulheres do Maruanum e com suas louças demonstra que os objetos podem transformar o modo de vida de quem faz e de quem usa. Perceber os diversos

modos dos fazeres e saberes na construção da cerâmica proporciona o entendimento do fluxo das relações entre o passado o presente, que certamente se entrelaçam nesta dinâmica da vida. Pensar na cerâmica do Maruanum é, ao mesmo tempo, entender que as pessoas estão modificando suas peças e as peças igualmente estão influenciando o modo de pensar das pessoas.

No caso do Maruanum, percebe-se que a louça é um mecanismo dinâmico que influencia diretamente as pessoas da comunidade e das outras ao redor. A louça do Maruanum sem dúvida é um marcador social onde diversas relações emergem. Portanto, entender a dinâmica da louça é também entender a dinâmica da vida das pessoas que a utilizam e sobretudo das que a fazem.

Bibliografia

- Acevedo-Marín, R. E. 1999. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos, in *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Organizado por Flávio dos Santos Gomes, pp. 33-62. Belém: Editora Universitária/UFPA.
- Acevedo-Marín, R. E. & Castro, E. M. R. 2004. Belém: Círculos de Agricultura e Escravidão/O Caminho, o Engenho e o Canavial: Lugares e Materialidade das Ralações Sociais. In *No Caminho de Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. Organizado por R. E. A. Marin, & E. M. R. Castro, pp. 55-113. Belém: NAEA/UFPA.
- Afonso, G. B. 2016. Mitos e Estações no céu Tupi Guarani. *Scientific American Brasil*. 48:46-55.
- Alberti, B & Bray, T. L. 2009. Animating archaeology: of subjects, objects and alternative ontologies. *Cambridge Archaeological Journal*. 19(3):337-343.
- Almeida, A. B. W. 2006. *Os Quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara*. 1.ed. Brasília. MMA.
- _____. 2011a. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica, in *Terras e Territórios na Amazônia*. Organizado por S. Sauer e A. W. B. Almeida, pp. 27-44. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. 2011b. Territórios Quilombolas e Conflitos: comentários sobre povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência no decorrer de 2009. in *Os Quilombos e as Novas Etnias*. Organizado por W. Almeida, pp. 170-187. Manaus: UEA Edições.
- Andrews, G. 2002. *As mãos da mãe do barro*. Macapá: Castanha Filmes, 2002. DVD. Disponível em: <https://vimeo.com/120003446>
- Amaral, A. J. P. 2014. Caminhos Negros e Afrodescendência na Amazônia, in *Entre os Rios e as Florestas da Amazônia. Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimentos*. Editado por Marilu Marcia Campelo, Raimundo Jorge N. de Jesus e Zélia Amador de Deus, pp. 81-106. Belém. UFPA/GEAM.

- Arêda-Oshai, C. M. 2015. Perspectivas sobre Saúde entre os Coletivos Quilombolas no Marajó-Pará/Brasil. Projeto de Qualificação de Mestrado. Universidade Federal do Para, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
- Arruti, J. M. 2006. Ressemantizar, in Mocambo: Antropologia e história no processo de formação quilombola. Organizado por J. Arruti, pp. 79-97. São Paulo: Edusc.
- Assunção, M. R. 1996. Quilombos Maranhenses, in *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Organizado por J. J. Reis e F. G. Santos, pp. 433-467. São Paulo: Companhia das Letras.
- Barth, F. 2000. A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas, in *O guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*, pp. 107-140. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Barbosa, G. C. 2005. Das Trocas de Bens, in *Redes de Ralações nas Guianas*. Editado por Dominique Tilkin Gallois, 59-112. São Paulo: Fapesp.
- Becker, B. K. 2014. A Amazônia como um território estratégico e os desafios das políticas públicas. in *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Organizado por N. Siffert, M. Cardoso, W. A. Magalhães e H. M. M. Lastres, pp. 396-401. Rio de Janeiro: BNDES.
- Bentes, N. 2013. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará: aspectos relevantes*. 1.ed. Belém: UFPA/GEAM. 128p.
- Bezerra, M. 2013. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: Reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública* (7):107-122.
- Boyer, V. 2009. A Construção do Objeto Quilombo: Da Categoria Colonial ao Conceito Antropológico. *Antropolítica* 27(2):131-153.
- Cabral, M. P. 2015. No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
- Cabral, M. P & Saldanha, J. D. M. 2008. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. *Revista de Arqueologia* (21)09-26.

- Cardoso, L. F. C & Souza, J. L. C. 2011. *Viver, Aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia*. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. 6(1):165-177.
- Carvalho, P. M. 2011. Vila Bela e Seus Quilombos. Etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU.
- _____. 2012. *A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos da paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Coirolo, A. D. 1991. Atividades e Tradições dos Grupos Ceramistas do Maruanum (AP). notas preliminares. In: *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia (07):71-94*.
- Costa, C. S. 2011. Louceiras do Maruanum em observância aos princípios ambientais: prevenção, precaução e função socioambiental da propriedade. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas (03):145-152*.
- Chmyz, I. 1966. *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Douglas, M. 1976. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva.136p.
- Eremites de Oliveira, J. & Pereira, L. M 2010. Reconhecimento de território indígena e quilombola em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas, in *Arqueologia, etnologia e etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia, antropologia em aplicação*. Organizado por R. L. S. Aguiar, J. E. Oliveira e L. M. Pereira, pp. 185-209. Dourados, MS.
- Escobar, A. 2005. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?, in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciência sociais. Perspectivas latino-americanas*. Organizado por: Edgardo Lander, pp. 133-168. Buenos Aires/Argentina: Clasco.
- Fausto, C. 2008. Donos demais: Maestria e Domínios na Amazônia. *Mana 14(2):329-366*.

- Favret-Saada, J. 2005. O Ser Afetado. *Cadernos de Campo* (13)155-161.
- Figueiredo, A. N. 2008. Presença africana na Amazônia. *Revista Estudos Amazônicos* III(1):119-124.
- Fonseca, D. R. 2011. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. *Revista Veredas Amazônicas* 1(1):S/P.
- Funari, P. P. A. 2008. O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. *E- Premissas. Revista de Estudos Estratégicos*. (03):107-113.
- Funes, E. A. 1996. Nasci nas Matas nunca tive Senhor – História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas, in *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. Organizado por J. J. Reis e F. G. Santos, pp. 467-499. São Paulo. Companhia das Letras.
- Fraga, A. S. 2009. Passados e presentes cruzados na cultura Material. *Métis: história e cultura*. 8(16):75-96.
- Galeano, E. 2009. Sangue Latino: Documentário. Produção: Canal Brasil. Brasil, 25 min.
- Goldman, M. 2006. Alteridade e experiência; antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica* X(1):161-173.
- Gomes, F. S. 2015. Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. 1º ed. Clara Enigma. São Paulo.
- _____. 1999. Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira, in *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Organizado por Flávio dos Santos Gomes, pp. 225-318. Belém: Editora Universitária/UFPA.
- Gomes, F. S & Queiroz, J. M. S/D. Em outras Margens: Escravidão Africana, fronteira e etnicidade na Amazônia, in *Os Senhores dos Rios*. Organizado por Mary Del Priori e Flávio Gomes, pp. 141-163.
- González-Ruibal, A. 2006. The Past is Tomorrow. Towards an Achaology of the Vanish Present. *Norwegian Archaeological Review*. 39(2)110-125.

- _____. 2009. De la Etnoarqueología a la Arqueología del Presente. in *Mundos Tribales. Una Visión Etnoarqueológica*. Organizado por Juan Salazar, Inês Domingo, José M^a Azkarraga e Helena Bonet, pp. 16-28. Valencia: Museo de Préhistoria de València.
- _____. 2012. Hacia otra arqueologia: diez propuestas. *Complutum*. 23(2):103-116.
- Gosselain, O. P. 1998. Social and Technical Identity in a Clay Crystal Ball in *The Archaeology of Social Boundaries*. Stark, M. T. Smithsonian Institution Press, D.C. 78-106
- Gusmão, N. M. M. 2007. Herança Quilombola: Negros, Terras e Direitos, in *Brasil: país de negros?* Organizado por J. Bacelar e C. Caroso, pp. 143-162. Rio de Janeiro: CEAO.
- Henriques, G. C. C. 2011. *"Tudo é remédio": estudo de práticas curativas em Maruanum – AP*. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical.
- Henry-Virgulino, A & Figueiredo, A. N. 1990. *A presença africana na Amazônia Colonial: Uma Notícia Histórica*: Arquivo Público do Pará, Belém. 280p.
- Hornborg, A. 2006. Animism, fetishism, and objectivism as strategies for Knowing (or not Knowing) the word. *Ethnos* 71(01):21-32.
- Ingold, T. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhado criativo num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos* 18(37):25-44.
- Jacques, C. C. 2013. Os sentidos da cultura material no cotidiano e na memória das famílias da Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi. *Revista de Arqueologia Pública* (8): 7-21.
- _____. 2015. *"Aqui morou muita gente"*. *Arqueologia e prática de pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- _____. 2013. Repesando o animado e animando o pensamento. *Espaço Ameríndio* 7(01):10-25.
- Latour, B. 2013. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3.ed. São Paulo: Editora 34. 152p.
- Leminski, P. 1985. *Caprichos e Relaxos*. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 142 p.

- Lemos, A. R. 2015. *Memória e Sentidos da Terra Preta na Comunidade Quilombola de Bom Jardim/Santarém – PA*. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Geografia. Universidade do Oeste do Pará. Santarém.
- Levi-Strauss, C. 1985. “A Cerâmica Arte ciumenta”, in *A Oleira Ciumenta*. Organizado por C. Levi-Strauss, pp. 33-48. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lima, T. A. 1987. Cerâmica Indígena Brasileira, in *Suma Etnológica Brasileira*. Organizado por D. Ribeiro e B. Ribeiro, pp. 173-229. São Paulo: Vozes.
- _____. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* 6(1):11-23.
- Lima, A. L. C. 2015. *Terra de Negro – Preta Terra: O uso da Terra Preta como Instrumento de Fortalecimento da Identidade Quilombola de Santarém*. Relatório Técnico Científico. Programa de Antropologia e Arqueologia. Universidade do Oeste do Pará. Santarém.
- Luna, V. X. 2011. *Escravos em Macapá: africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá-1840-1856*. 1.ed. João Pessoa. Sal da Terra. 200p.
- Linhares, A. M. A. 2007. *De caco a espetáculo: a produção cerâmica de Cachoeira do Arari (Ilha do Marajó, PA)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém.
- Machado, J. S. 2014. Ilha Caviana: Sobre as suas Paisagens, Tempos e Transformações. *Amazônica. Revista de Antropologia* (online) 6(2): 283-313.
- Malinowski, B. 1978. Introdução: tema, método e alcance desta investigação, in *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. pp.17-34. São Paulo: Abril Cultural.
- Maluf, S. W. 2001. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagem antropológica. *Revista Esboços* 9(9): 87-101.
- Mazz, J .M .L. 2008. Para uma Etnoarqueologia da Cerâmica Mati. *Revista de Arqueologia* (21): 45-60.
- Miller, D. 2006. *Antropologia do Consumo*. Palestra em 11/09/2006. Centro de Altos Estudos de Propaganda e Marketing.

- Mesquita, B. A. 2011. Conflitos Territoriais na Amazônia na era do capital in *Meio Ambiente, território & práticas jurídicas: enredos em conflito*. Organizado por J. Shiraishi Neto, pp. 53-84. São Luis: EDUFMA.
- Morais, I. P. 2012. *Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidades quilombola no vale do rio Capim (PA)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará. Belém.
- Nobre, A, D. 2010. Ther is a river about us. Disponível em: https://www.ted.com/talks/antonio_donato_nobre_the_magic_of_the_amazon_a_river_that_flows_invisibly_all_around_us?language=pt-br
- Oliveira, C. A. 1998. As ceramistas de Conceição das Creolas: Remanescentes de uma História. *Clio Arqueologia*. (13):157-171.
- Peirano, M. 1995. Os antropólogos e suas linhagens e A favor da Etnografia, in *A Favor da Etnografia*. Organizado por M. Peirano, pp. 13-59. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- Pereira Junior, D. 2011. Tradição e Identidade: A feitura da Louça no Processo de Construção de Identidade da Comunidade de Itamatatua – E Alcântara Maranhão, in *Insurreição de saberes: prática de pesquisa em comunidades tradicionais*. Editado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Cynthia Carvalho Martins... [et al], pp 20-53. Manaus. Universidade do Estado do Amazonas, UEA.
- _____. 2012. *Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Ribeiro, B. G. 1987. A Linguagem Simbólica da Cultura Material, in *Suma Etnológica Brasileira*. Organizado por D. Ribeiro e B. Ribeiro, pp. 173-229. São Paulo: Vozes.
- Rosa, J. H. 2008. *Entre Alagados e Penhascos: O ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na Capitania de Mato Grosso – Região Mineradora Guaporena*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Salles, V. 1988. A Luta contra a Escravidão, in *O negro no Pará: Sob o regime de escravidão*. Editado por Ministério da Cultura e a Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves, pp. 203-310. Brasília.
- Sardenberg, C. M. B. 1994. De Sangrias, Tabus e Poderes. *Revista dos Estudos Feministas* 2(2): 314-340.
- Seeger, A.; Da Matta, R. & Viveiros de Castro, E. 1979. A construção da Pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional* (32): 2-19.
- Sinopoli, C. M. 1991. *Approaches to Archaeological Ceramics*. Plenum Press: New York. Tradução. Clarisse C. Jacques.
- Silva, F. A. A 2002. Mito e Arqueologia: A interpretação dos Assurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque indígena Kuatinemu. *Horizontes Antropológicos* 8(18):175-187.
- _____. 2009. Etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Bol. Mus. Para. Emílio. Goeldi. Ciências. Humanas* 4(1):27-37.
- Silva, F. S.; Bospalez, E & Stuchi, F. F. 2011. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica* 3(1): 32-59.
- Silvani, J. M. 2012 . *O Valor da Cultura: Um Estudo de Caso sobre a Inserção da Louça do Maruanum/AP no Mercado e sua Relação com a Preservação do Patrimônio Cultural*. PEP. Programa de Especialização no Patrimônio. IPHAN.
- Souza, A. M. 1997. *Dicionário de Arqueologia*. 1.ed. Rio de Janeiro: ADESA. 139p.
- Schaan, D. P. & Rodrigues, E. T. 2015. Relational Ontologies and Transforming Landscapes among an African descendant community on Marajo Island, Brazilian Amazon.
- Schmitt, A.; Turatti, M. C. M. & Carvalho, M. C. P. 2002. A Atualização do Conceito de Quilombola: Identidade e Território nas Definições Teóricas. *Ambiente & Sociedade* (10):01-06.
- Stanley, P. 2005. *Frutíferas e Plantas Uteis na Amazônia*. 1.ed. Belém: CIPOR, Imazon. 300p.
- Vianna, C. M & Ribeiro, M. S. 2009. Sobre pessoas e coisas: Entrevista com Daniel Miller. *Revista de Antropologia* 52(1):415-439.

- Vidal, L. B & Silva, A. L 1995. Os Sistemas de objetos nas Sociedades Indígenas: Arte e Cultura Material, in *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1ª e 2ª graus*. Organizado por A. L. Silva e L. D. B. Grupioni, pp 369-406. Brasília, MEC/MARI/UNESCO.
- Videira, L. F. F. *et al* 2010. *A Cultura do Barro: arte e ciência nas margens do rio Trombetas*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. Pará.
- Viveiro de Castro, E. 2001. “A propriedade do Conceito”, in: ANPOCS. ST. 23. Uma notável Reviravolta: Antropologia (brasileira) Filosofia (indígena).
- _____. 2004. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. *O que nos faz pensar* (18):226-254.